

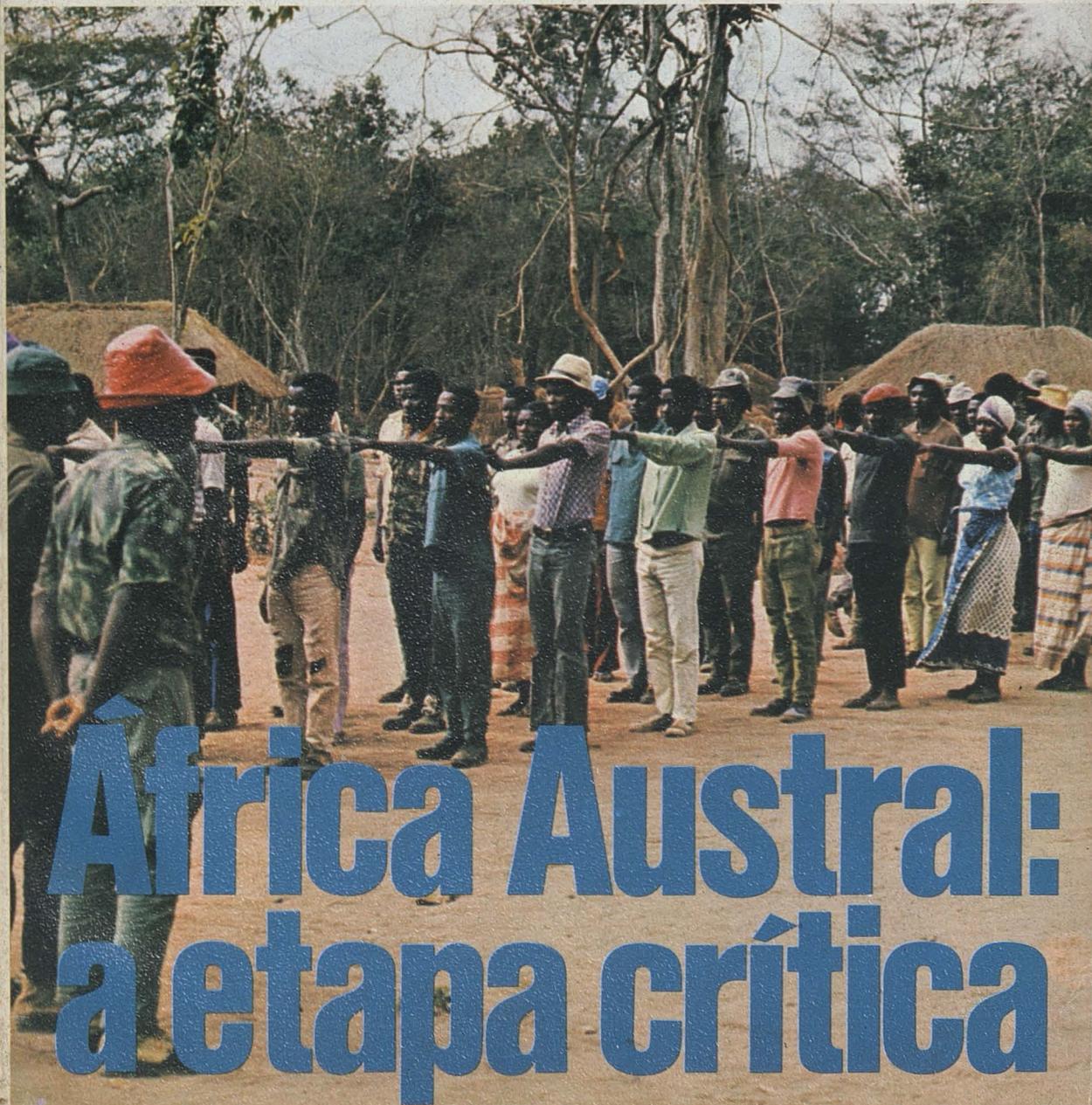
Manaus, Santarém, Rio Branco, Alatania,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 590,00

cadernos do

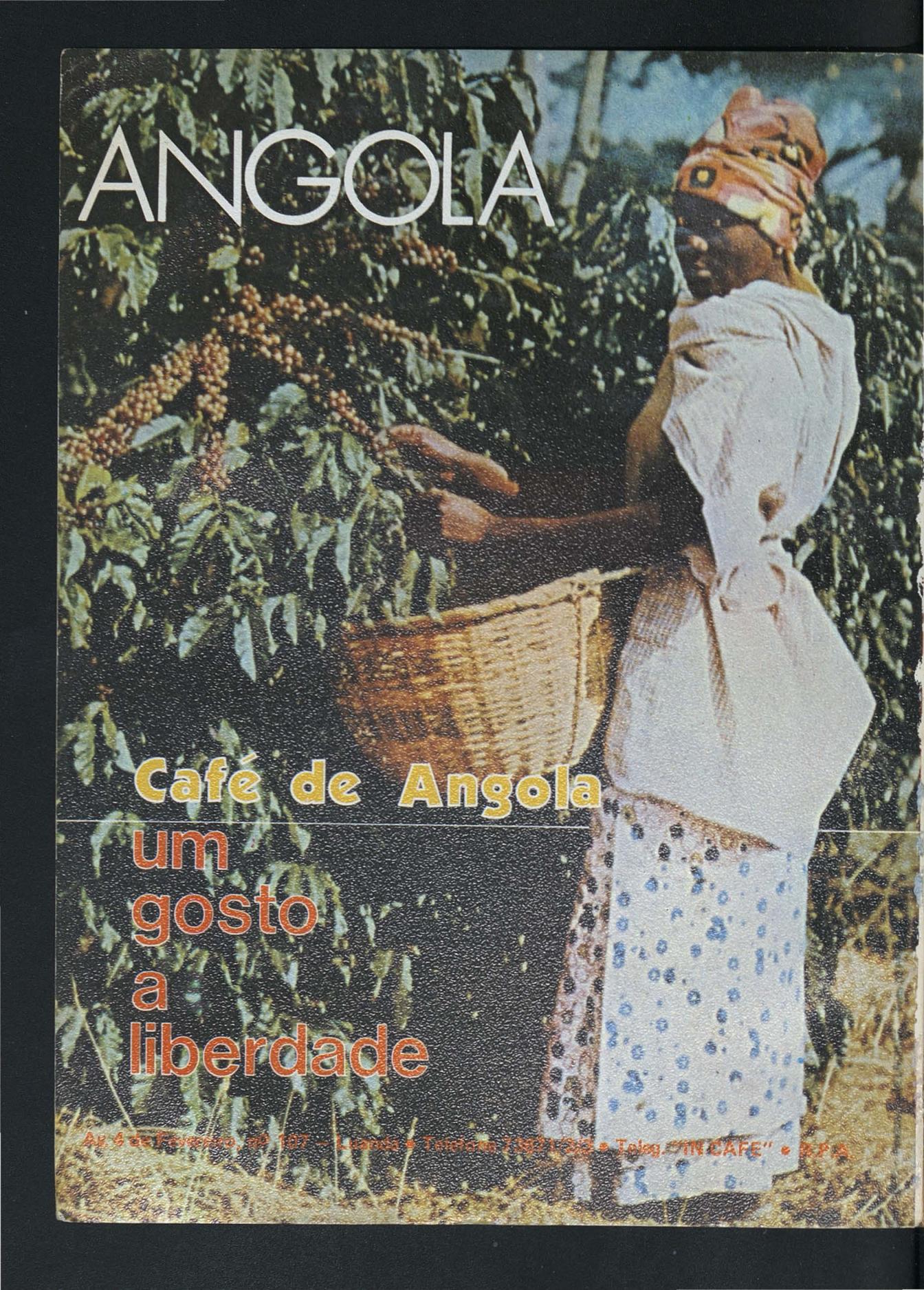
terceiro mundo

**NICARÁGUA:
Estados Unidos
apertam o cerco**

Maio - 1983 - Cr\$ 450,00 - Ano VI - Nº 54



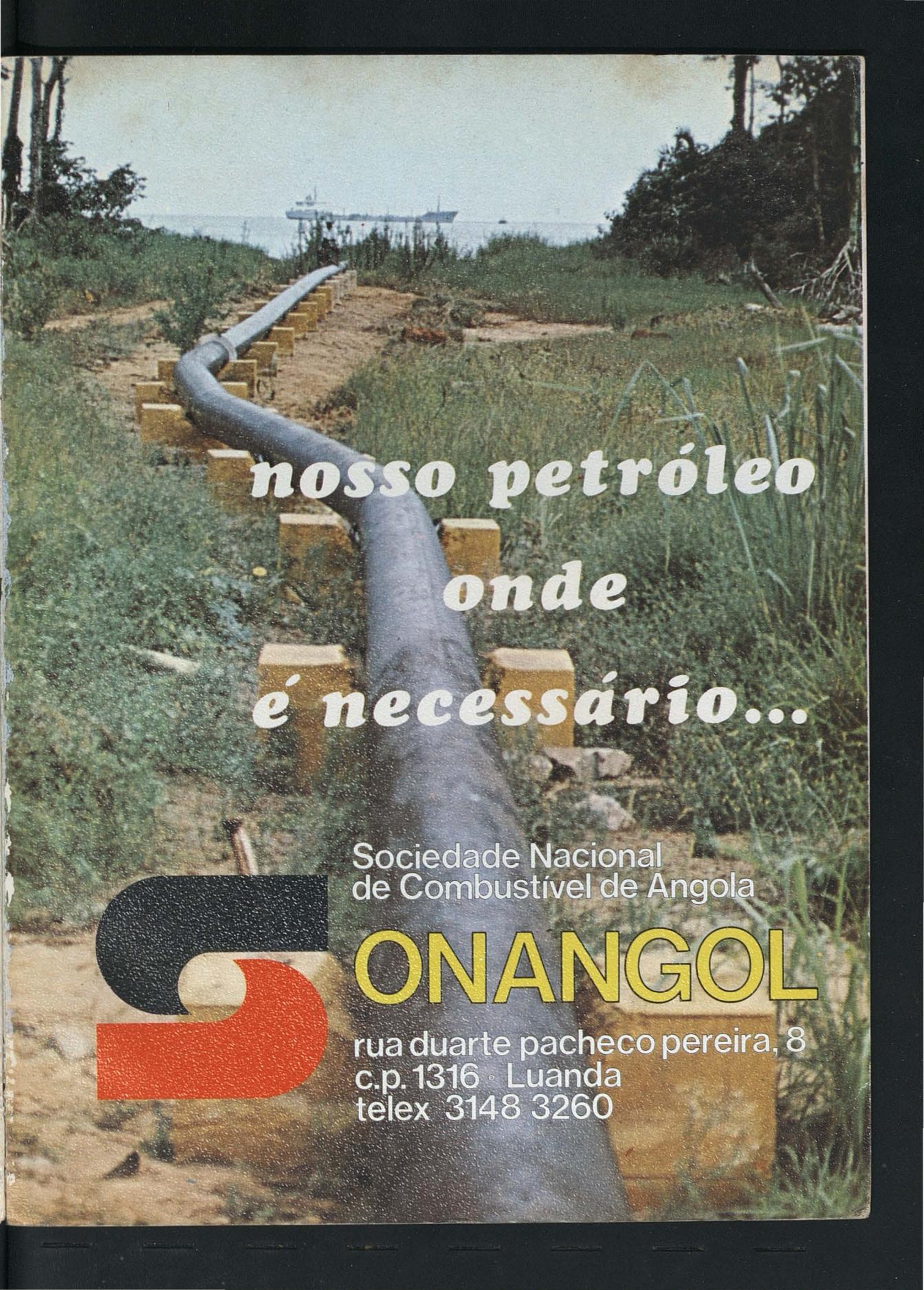
África Austral: a etapa crítica

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red cherries.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 6 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefones 73971/343 • Teleg. "MINICAFE" • B.P.A.



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260

MABOR DE MOÇAMBIQUE



tipos de pneus para exportação:	145 SR 10 Jet SPÖRT	9,00 - 20 S. EXPRESSWAY
	135 SR 12 " "	10,00 - 20 " "
175 R 15c Jet SPORT COMERCIAL	155 SR 12 " "	11,00 - 20 " "
7,00 - 14 POWER Jet COMERCIAL	145 SR 13 " "	11,00 - 20 GT 100
7,50 - 15 S.H.C.T.	155 SR 13 " "	11,00 - 20 Jet TRAC
6,00 - 16 " "	165 SR 13 " "	12,00 - 20 " "
6,50 - 16 " "	175 SR 13 " "	6,00 - 16 Tractor Frante
7,50 - 16 " "	165 SR 14 " "	7,50 - 16 " "
9,00 - 16 " "	175 SR 14 " "	16,9/14 - 30 SPECIAL FARMER
7,50 - 18 " "	145 SR 15 " "	7,50 - 20 Traction Rib.
8,25 - 20 " "	165 SR 15 " "	

Estrada Nacional Nº 1, km 13
C.P. 2341
Maputo
telex: 6-488 MABOR MO
teleg. MABOR
telef. 71 551/4



projectando a imagem de um moçambique novo



empresa moçambicana de importação e exportação de produtos pesqueiros, e e.

telex: 6-409 pesca-mo
6-530 pesca-mo
telegrama: Interpescom
caixa postal: 163 Maputo

exporta: camarão
lagosta
holotúrias

importa: peixe congelado
conservas e
farinha de peixe,
aprestos para pesca

África do Sul: mais uma condenação internacional

A Conferência de Paris promovida pela Unesco, para debater mais uma vez o problema da Namíbia, concluiu com uma nova condenação à África do Sul pela sua intransigência em relação à questão da independência da ex-colônia alemã. Em Lisboa, os países da Linha da Frente receberam amplo apoio na sua consequente defesa do direito dos países independentes da África Austral, à autodeterminação e pela sua solidariedade para com o povo namibiano. Também em Portugal, a enérgica condenação ao regime do *apartheid*.

Mas não adianta condenar em conferências e foros internacionais se, na prática, os governos encabeçados por muitos dos partidos que se somaram às críticas e declarações mantêm o apoio ao regime de Pretória mediante o comércio, a venda de armas e tecnologia, a assistência militar, ou formas menos perigosas — porém igualmente condenáveis — como as promoções turísticas e o fomento do intercâmbio esportivo com a África do Sul.

O regime do *apartheid* não pode continuar na sua guerra aos países vizinhos, na sua agressão ao sul de Angola, na sua ocupação ilegal da Namíbia. Ele tem que sentir — como as Nações Unidas vêm pregando há mais de uma década — o rigor do boicote internacional, das sanções econômicas, do isolamento diplomático. Os povos africanos estão unidos na luta contra o último bastião do racismo e do colonialismo (sob padrões *sui-generis*, como ocorre com o regime de minoria branca). Mas isso não é suficiente. Através dos artigos que fazem parte da nossa matéria de capa, os leitores terão mais elementos para compreender o dano irreparável que a África do Sul está causando aos povos africanos. De todos nós depende que a condenação internacional ao *apartheid* passe da retórica aos fatos concretos, da solidariedade declarativa ao apoio militante. Angola, Moçambique, Lesoto, Zâmbia, Tanzânia, Zimbábue (e o próprio povo sul-africano) estão esperando isso há muito tempo.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Fiscentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal nº 54
Maio — 1983
Preço de Capa: Cr\$ 450,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

● *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Antônio Neiva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna,

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Maria José S. Santos

Divulgação
Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 — CEP 05033

Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th Street ap. 3E
Nova York — NY 10003
Tels.: (212) — 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels.: 250-2505/232-0123

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 21 33054 CTMB/BR
CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irãque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

**ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 — Lisboa — 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui — Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 — Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito — João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 — Maputo

● *Edições em espanhol*
**MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

**BOLÍVIA — CHILE — COLÓMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA**

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telefone: 724-712

● *Edições em inglês*
**ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLI-VIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CANADA: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306 Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRE-TANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, Manágua, Nicarágua. PANAMA: Librería Cultural Paraméa, S.A., Ave. España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Dijonal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPUBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUECIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españas, S.A., Ave México Lechosa e Pte. Brion, Caracas.

Créditos desta edição:

Foto capa: Beatriz Bissio; Capa: Samaral. Carlos Velazquez, p. 6; Prensa Latina, pp. 7, 21, 87; Beatriz Bissio, pp. 9, 47, 60; Chris Steele-Perkins, p. 11; Keystone, pp. 21, 45; ONU, pp. 33, 93; Margaret Bourke-White, pp. 20, 24, 26, 28, 31, 34, 38, 40, 44; Majoira-Contact, p. 33; "Tempo" (Moc), p. 41; Franco Fiori, p. 51; Gamma, p. 54; Oscar Sosa, p. 51; Miran Fichtner, p. 52; Salpress, p. 55; Don Worth, p. 57; "Noticias de Guatemala", p. 63; Pedro Vahlerra, p. 65; Charge Wasserman, p. 66; Hilda R. Teixeira, p. 67; Sergio Dorantes, p. 68; Jerry Frank/ONU, p. 69; Isidoro Ludgero, p. 74; Bill Pierce, p. 74; "The Middle East", p. 75; Angola Comité, p. 79; Tweedie/Sipa, p. 81; Agência EFE, pp. 84, 87, 88, 90, 92; "ABC", pp. 84, 85; "Hoy", pp. 89, 91; Sérgio Berezovsky, p. 91 e fotos do nosso arquivo.

4 Cartas

6 Panorama Tricontinental

12 Editorial – Defender a Nicarágua da agressão

Opinião

15 Cancún: um passo à frente, *Neiva Moreira*

19 Matéria de capa – África Austral: a etapa crítica

20 Namíbia: A guerra das pressões, *Carlos Castilho*

24 Os racistas fomentam o tribalismo, *Sam Nujoma*

26 O tempo urge, *Vítor Alves*

28 A África Austral e a “teoria dos dominós”, *Lígia Chaves*

31 África do Sul: A presença militar

34 Oliver Tambo: “O povo não se amedronta”,
Carlos P. Santos, Carolina Quina e Baptista da Silva

38 Documento: O programa de ação

40 Zimbábue: A fusão Zanu-Zapu

44 Angola: Um plano de emergência em tempo de guerra, entrevista
com o ministro Lopo do Nascimento

Direitos Humanos

51 Argentina: Pertini encabeça o repúdio internacional

América Latina

54 América Central: Novo teatro de guerra dos Estados Unidos,
Moacir Werneck de Castro

60 El Salvador: Guillermo Ungo: “O povo está ganhando a guerra”

62 Guatemala: A alternativa popular, *Martín Morazán*

64 A Miami dos pobres, *Juan Quispe*

68 México: Na encruzilhada, *Miguel Conde*

71 Uma parede para separar os vizinhos, *Alicia Sepúlveda*

Oriente Médio

74 Os crimes conexos, *Beatriz Bissio*

Ásia

79 Timor Leste: A resistência cultural, *Cláudia Neiva*

83 Especial – Paraguai: Uma ditadura pouco lembrada

84 Cresce o descontentamento, *Héctor Escobar*

88 A oposição consentida

90 “Stroessner é anticomunista como o santo padre”, entrevista
com o ministro do Interior Augusto Montanaro

92 A luta pela terra, *Paulo Cannabrava Filho*

96 Humor: Wasserman



A guerra na Guatemala



Stroessner “reeleito”



Apoio aos movimentos revolucionários

(...) **Cadernos** daria uma grande contribuição desmascarando aquelas forças imperialistas e aqueles que, ingenuamente, procuram pôr uma cunha entre as três torrentes revolucionárias que marcam a nossa época: o sistema socialista mundial, os movimentos de libertação nacional e a classe operária internacional. Divulgar o enorme apoio econômico, político, moral e inclusive militar dos países socialistas aos movimentos de libertação nacional é dever de todos os verdadeiros internacionalistas e antiimperialistas. **Edson Sant'ana, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.**

Namíbia independente

Os **cadernos** são um meio informativo muito válido, principalmente para os países do Terceiro Mundo. (...) Os países ocidentais, que detêm o monopólio da informação, consideram a questão da independência da Namíbia, da guerra de ocupação e agressão movida pela racista África do Sul contra a África independente, como questões não prioritárias da sua informação. (...) Peço aos **cadernos** que desenvolvam um imenso trabalho informativo sobre esses assuntos. **Domingos Ginga Matulanda, Benguela, República Popular de Angola.**

A ação da CIA

Em sua edição de maio de 1982, **cadernos** apresentou uma brilhante reportagem sobre a CIA, "A guerra psicológica". (...) Foi de muita importância e merece que sejam feitas novas matérias com igual tema. Quanto mais informações dessas ações tiverem os povos do Terceiro Mundo, teremos mais condições de resistir e denunciar essas formas de dominação imperialista às nossas pátrias. **Paulo Fernando Farias, Recife, PE, Brasil.**

Apoio e incentivo

(...) Transmito a toda equipe de **cadernos** nossas cordiais congratulações pelo excelente nível jornalístico. (...) Só agora descobrimos tal trabalho, já que, desmerecidamente, não ocupa lugar de destaque nas abalroadas bancas tupiniquins. (...) Que beleza de trabalho! Contem com meu apoio integral e por favor melhorem a divulgação e promoção. **Edson M. Araújo, Porto Alegre, RS, Brasil.**

Lula e Angola

Gostei muito da entrevista do Lula, líder do PT, feita pelo sr. Cannabrava. Li também a reportagem "O Canto Livre de Angola" e fiquei muito deprimida por não ter assistido a essa esplendorosa apresentação. Sugiro que vocês divulguem *antes* esses shows. **Sueli G. Angles, São Caetano do Sul, SP, Brasil.**

Organização dos Estados Ameríndios

Sou admirador de **cadernos** (...) Fico contente por ter podido encontrar algo sobre Timor, Moçambique, Angola etc. (...) Quanto às Malvinas, está claro porque os Estados Unidos se colocaram a favor da Inglaterra. (...) É triste ver esses sugadores devorarem vivas as nações da terra, trazendo guerras e misérias. (...) Liberdade para Porto Rico, Malvinas e tantos irmãos ameríndios que são violentamente explorados! Um voto para que seja criado um órgão, livre dos Estados Unidos, uma espécie de Organização dos Estados Ameríndios. **José Mário Lourdes, São Paulo, SP, Brasil.**

A verdade é mais forte

Como estudante de Comunicação da Universidade do Ceará, venho louvar a maneira pela qual **cadernos** noticia as lutas revolucionárias dos povos oprimidos. (...) Peço que continuem sempre nesta luta que não é só vossa.

Ressalto que vale a pena o nosso engajamento nessa luta, apesar de sabermos que do outro lado "eles" estão com satélites, computadores e certas "Companhias". Mas contra essa técnica nada mais forte do que a verdade pura. E nós a temos. Adiante, pois! **Luiz Carlos de Carvalho, Fortaleza, CE, Brasil.**

CARTAS



Clube de leitores

Quero parabenizar o grande profissional Paulo Cannabrava e a brilhante iniciativa dos **cadernos** na publicação de matérias sobre a situação política e econômica na América Latina (...) e informar que estamos articulando um clube de leitores desta revista-documento. A idéia partiu do nosso companheiro Atalito Batista, sendo acatada pelo Grupo de Teatro Arupemba e o Cineclube Primaveraarte, ambos atuantes em bairros periféricos de Salvador. **Ermeval da Hora, Salvador, BA, Brasil.**

CLUBE DE AMIGOS

Publicamos trechos, por falta de espaço, do poema enviado pelo leitor Marcelo de Matos, de Bom Jesus da Lapa, Bahia, dedicado "a todos os que acreditam na vitória dos povos e sonham com um amanhã mais digno":

Vivendo e aprendendo

Eu não tinha nem dois anos
Quando isso aconteceu
Homens selvagens chegaram
E a nossa liberdade morreu
(...)

Alguns até aplaudiram
Pois a época era de aflição
Sem saber que estavam se
/suicidando
Apoiando a tal da "Revolução"

Dr. Franz Lee

O nº 51 dos **cadernos** me tocou bastante, especialmente a entrevista com o dr. Franz Lee. Através desta venho solicitar a gentileza de me enviar o endereço dele (...) minhas congratulações com esta empresa. **F. U. A. L. Juiz de Fora, MG, Brasil.**

Sugerimos que você escreva para Port Hacour University, Port Hacour, Nigéria, onde o dr. Franz Lee iria passar uma temporada lecionando. No caso dele não estar trabalhando mais lá, a universidade pode dar seu novo endereço.

(...)
Para todos que habitam o país
Falta comida, trabalho, saúde e /educação
Só não falta para aqueles
Que têm o poder nas mãos
(...)
Dependerá de cada um de nós
A construção de uma nova /sociedade
Vamos acreditar, trabalhar e lutar
E o nosso sonho transformará /em verdade

Esses versos eu escrevo
É para você se alertar
Deixar de ser elemento neutro
e à oposição se juntar
(...)

Neste momento encerro
Com um aperto de mão
A todos que leram e gostaram.
Os abraços ficam para quando
A ditadura estiver no chão

INTERCÂMBIO

Leonardo Landim "Nhéko"

Cx. postal 67 – Bissau
Guiné Bissau

Mário Victor Manuel Nhabanga

Cx. postal 2814
Maputo, Moçambique

Miguel Antonio

Cx. postal 140
Cabinda, Angola

Evanildo Alves da Silveira

Av. do Forte 697, apto. 215-
Bloco D – Vila Ipiranga
Porto Alegre – RS – Brasil
CEP 90.000

Antonio José da Costa

A/C de Rui de Carvalho
Martins da Cunha
R. Antonio Manuel de Noronha,
153 – B. Ct. Nelito Soares –
Luanda – República Popular de
Angola

Victor Gaspar

Cx. postal 14.676
Luanda – Rep. Pop. de Angola

D. Marques Galvão

Cx. postal 134
58000 – João Pessoa – PB
Brasil

José Antonio Mateus

B. Cte. Nelito Soares Zona 11
Rua C-9, nº 53, Luanda
República Popular de Angola

PRIMEIRO DE MAIO NO URUGUAI: ACONTECIMENTO HISTÓRICO

□ A crescente mobilização popular no Uruguai viveu o seu momento mais importante no 1º de maio passado. O Dia do Trabalho foi comemorado em Montevideu com a maior concentração popular da história do país, superando mesmo o comício do fim da campanha eleitoral da Frente Ampla — coalizão esquerdista presidida pelo general Seregni, preso há quase 10 anos — que reuniu em novembro de 1971 umas 200 mil pessoas.

A gigantesca manifestação convocada por 47 organizações sindicais, apoiada também pelos três partidos políticos permitidos e pela proscriba Frente Ampla, se desenvolveu sem nenhum tipo de incidente. Segundo os cálculos de dirigentes que se encontravam na tribuna e de correspondentes estrangeiros, havia no ato entre 250 e 300 mil pessoas.

Desde o início, as celebrações tiveram um claro caráter de protesto contra o governo militar instaurado em 1973, e com palavras-de-ordem como: "Vai se acabar, vai se acabar, a ditadura militar" ou "O povo, unido, jamais será vencido" e "Operários e estudantes, unidos, adiante".

O ato se iniciou com a leitura, durante quase uma hora, das mensagens de saudação de organizações sindicais de dezenas de países. A parte oratória foi aberta pelo representante da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) argentina, Ovins Dangelo, que se referiu à unidade sindical latino-americana e à solidariedade entre os trabalhadores.

Pelo Plenário Intersindical (que foi constituído há pouco mais de dez dias para a organi-

zação do ato), fizeram uso da palavra cinco dirigentes, que leram um documento unitário aprovado pelas 47 organizações sindicais uruguaias.

Na tribuna do ato, junto a representantes sindicais, estavam presentes os dirigentes dos três partidos autorizados pelo governo (Blanco, Colorado e União Cívica) e dirigentes da proscriba Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), entre outros, seu presidente, José Delia. Outra presença marcante foi a das mães dos presos políticos, muito ovacionadas.

O Plenário Intersindical reivindicou uma participação direta no diálogo nacional, entre os partidos políticos e os militares, para discutir os caminhos para a institucionalização do país.

Parte da multidão que participou do último 1º de Maio, em Montevideu



CHILE: FORMADA COMISSÃO NACIONAL CONTRA A TORTURA

□ Em fins de abril, foi constituído no Chile, por bispos da igreja católica, médicos, advogados, artistas e estudantes, o conselho diretor da "Comissão Nacional contra a Tortura". Na conferência de imprensa que anunciou o lançamento da Comissão — realizada na sede da Comissão Chilena dos Direitos Humanos — seu presidente, o dr. Pedro Castillo, afirmou: "Não pretendemos ser juízes, só queremos criar espaço para o testemunho. Queremos que os homens e mulheres desta terra conheçam e julguem os fatos". Castillo esteve preso 57 dias em 1981, junto com os médicos Manuel Almeida e Patricio Arroyo, sendo deixados em liberdade sem nenhuma acusação. Quando foram soltos, denunciaram à justiça terem sido vítimas de coações físicas e psíquicas.

Na conferência de imprensa, a advogada Laura Soto denunciou a situação de numerosos

jovens de Valparaíso, que estão sofrendo tortura por estarem vinculados a organizações de direitos humanos.

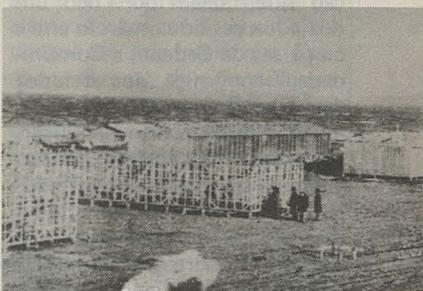
O monsenhor Juan de Castro, do arcebispado de Santiago, presente à conferência de imprensa, afirmou que a prática da tortura é "abominável e uma verdadeira vergonha que ocorra em um país que se diz cristão, governado por gente que se diz cristã".

O problema da tortura foi abordado também pelo presidente da conferência episcopal, monsenhor José Manuel Santos, quando respondeu às acusações que a ministra da Educação, Mónica Madriaga, fez à igreja, pela edição de um livro de religião questionado pelo governo.

"Eu não tenho nada contra evitar falar sobre a tortura no Chile, mas primeiro cheguemos a um acordo em eliminá-la para sempre", disse. E acrescentou que "o dia em que terminarem

as torturas, para quê vamos falar delas?". Monsenhor José Manuel declarou ainda que possui documentos sobre violações dos direitos da pessoa humana cometidos recentemente.

O conselho da Comissão, composto por 23 pessoas, está integrado pelos bispos da igreja católica Carlos Camus, Jorge Hourton, Tomás González e Manuel Camilo Vial, além do presidente da Comissão chilena pelos Direitos Humanos, Máximo Pacheco, o prêmio nacional de ciências, Joaquín Luco, o secretário executivo do Serviço Paz e Justiça (Serpaj), Jorge Osorio e pelos sociólogos José Joaquín Brunner, Manuel Antonio Garretón e Andrés Domínguez.



Um campo de prisioneiros políticos no Chile

COLÔMBIA: GUERRILHEIROS ANISTIADOS REGRESSAM À CLANDESTINIDADE

□ Os membros do comando superior do movimento rebelde 19 de Abril (M-19), libertados em dezembro (ver **cadernos do terceiro mundo**, nº 52), voltaram à clandestinidade. A notícia foi dada a jornalistas colombianos, convidados pela organização para participar de uma conferência de imprensa, realizada em Cartagena em fins de abril, por ocasião do 12º aniversário do M-19.

O médico e ex-parlamentar Carlos Toledo Plata e o ideólogo

do M-19, Alvaro Fayad, que tinham aceito submeter-se à lei da anistia, declararam aos jornalistas que a mesma fracassou. Confirmaram também que o movimento guerrilheiro quebrou a trégua militar em agosto do ano passado, depois da tomada de posse do presidente Belisario Betancour.

A conferência de imprensa, da qual participou também o comandante superior do M-19, Jaime Bateman Cayon (um dos

poucos dirigentes que nunca esteve preso e que sempre se manteve na clandestinidade), foi realizada no mesmo momento em que um comunicado clandestino do M-19 se pronunciava sobre a gestão dos primeiros oito meses do governo Belisario Betancour. Os guerrilheiros explicaram que a falta de garantias para a sua integridade pessoal é uma das razões para o seu regresso à clandestinidade. Doze guerrilheiros que haviam aderido à anistia foram assassinados nos últimos meses durante a vigência da lei. Estes crimes foram reivindicados pela organização clandestina "Morte aos Sequestradores".

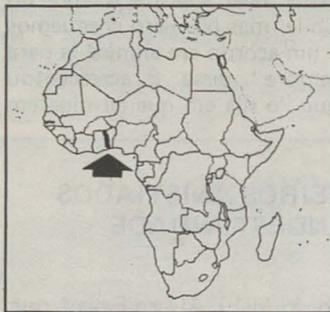
TOGO: SOB O SIGNO DO RIGOR E DA AUSTERIDADE

□ A economia deste país, desde o início de 1983, está sob o signo da austeridade. Entre a época eufórica de 1973-1974 (plano de industrialização, nacionalização dos fosfatos) e o sombrio balanço econômico apresentado pelo general Eyadéma em dezembro de 1982, decorreram dez anos. Dez anos durante os quais caíram, uma a uma, as cotações das matérias-primas de exportação que faziam do Togo um dos alicerces do comércio entre os países da Cedeao, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

Afetados em primeiro lugar, os preços do fosfato prosseguem na sua queda livre: 75 dólares a tonelada em 1974, 40 a 50 dólares no máximo, em 1983. E embora o potencial da exportação de minério se situe em 3,6 milhões de toneladas, a secretaria togoleza dos fosfatos não conseguiu produzir mais do que 2,9 milhões de toneladas em 1981 e 1,8 milhão em 1982.

Mas existe um motivo de preocupação ainda maior: a queda do comércio com os paí-

ses vizinhos, Gana e, sobretudo, a Nigéria. A partir de setembro de 1982, data do fechamento da fronteira comum pelo seu vizinho ganense, as transações com esse país foram subitamente suspensas. A isso deve-se acrescentar ainda a reviravolta da Nigéria, que apesar de ter se reabastecido habitualmente junto dos seus vizinhos africanos, decidiu bruscamente intensificar o seu comércio com a Europa. Consequência: milhares de pequenos comerciantes, intermediários e ambulantes togolezes encontram-se sem trabalho, ao passo que algumas empresas de importação-exportação apropriaram-se



de uma boa parte dos mercados.

Um dado positivo nesse contexto sombrio: as exportações de produtos agrícolas tais como o cacau (17 mil toneladas vendidas em 1981), o café (7.800 toneladas em 1981) e o algodão (17 mil toneladas em 1981) registraram um certo aumento em 1982. As receitas da exportação não foram suficientes, no entanto, para neutralizar a dívida externa que continuou a aumentar em 1982, atingindo atualmente 300 bilhões de francos CFA (moeda utilizada na Comunidade Franco-africana). Os encargos dessa dívida representam um-terço do orçamento de 1983 (26,3 bilhões de francos CFA sobre 75,8 bilhões).

O Togo obteve do "Clube de Paris" o reescalonamento dos encargos referentes a 1981-1982 da sua dívida externa e deverá obter um novo reescalonamento para 1982-1983.

Foi pedida, especialmente à França, a anulação da dívida pública, mas o sistema bancário privado assumiu, nos últimos anos, uma parte importante dos encargos dessa dívida.

Houve, por tudo isso, cortes importantes nas despesas de gestão (-5,02%) e sobretudo nas dos investimentos (-31,57%). O governo manteve unicamente o projeto de ampliação do porto de Lomé, vital para a economia do país.

Peru: pesquisas de opinião favorecem o Apra

□ Os resultados das pesquisas de opinião encomendadas por dois semanários situacionistas coincidem em assinalar que Alan García, secretário-geral do Partido Aprista, obterá a maior votação do eleitorado de Lima, 37,6%, se as eleições pre-

sidenciais fossem realizadas agora. Uma das revistas, *Caretas*, assinala que o líder do Partido Popular Cristão (PPC), de direita, Luis Bedoya Reyes, ocupa o segundo lugar na preferência dos entrevistados, com 18,3% dos votos, seguido de perto por Alfonso Barrantes, dirigente da coligação "Esquerda Unida", que alcançou 15,7%.

Quanto ao respaldo por grupos políticos, a enquete da revista *Caretas* mostra que o Apra tem a preferência de 29,3% do eleitorado de Lima, seguido pelo partido governamental Ação Popular (AP), com 17%. Depois vem a frente Esquerda Unida (IU), com 13,5% e em quarto lugar, o Partido Popular Cristão, com 9,6%.

ÁFRICA: INOVAÇÕES NO ENSINO PRIMÁRIO

□ Na Tanzânia, as escolas primárias de duas regiões administrativas foram transformadas em "escolas comunitárias", enquanto que na Etiópia, um novo programa de estudos está sendo experimentado em todas as escolas primárias. Neste último país, foram estabelecidos centros locais para que se elaborem elementos didáticos complementares de baixo custo, com o objetivo de tornar o ensino primário o mais amplamente acessível, adequado e mais barato.

Segundo informa uma publicação editada pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a busca de um novo tipo de educação começou na África no final da década de 50 e princípios da de 60, com os processos de independência, já que os sistemas de educação herdados dos regimes coloniais resultavam inadequados.

A idéia de "educação para a auto-suficiência" fez parte da declaração aprovada em 1967, em Arusha, por iniciativa do presidente Julius Nyerere. Na época, o mandatário tanzaniano declarou que a educação primária "não deve continuar sendo simplesmente uma preparação para a educação secundária", e ressaltou que, em vez disso, "as atividades da escola primária devem ser uma preparação para a vida que a maioria das crianças levará".

As "escolas comunitárias" exigem que estudantes e comunidades rurais empreendam juntos trabalhos como jardinagem e criação de porcos e aves,

e constituem parte de um projeto de reforma da educação primária levado a cabo pela Tanzânia, pela Unicef e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Essas escolas também estão incorporadas a outras atividades de serviço social (construção de postos de assistência médica, perfuração de poços etc.). As crianças aprendem, simultaneamente, a usar água potável e os princípios elementares do cuidado com a saúde, assim como aspectos básicos de leitura, redação e matemática.

No Malawi, o ensino de ciências é dado segundo as necessidades e os recursos locais, e na Etiópia, centros locais es-

tão desenvolvendo materiais didáticos, principalmente para o ensino de ciências. Os mais simples elementos colaboram para o entendimento da matéria, pois permitem demonstrações gráficas. Por exemplo, dois discos de madeira com arames que conduzem esferas de papel que giram em uma vara, podem demonstrar como se produz a rotação da Lua ao redor da Terra e desta em seu próprio eixo, ao redor do Sol, gerando um eclipse.

A reação dos estudantes constitui um reflexo do mérito do novo sistema. Em certas localidades, as crianças começaram a levar noções de higiene e saúde a seus respectivos lares, além de explicar a seus pais o porquê de tais iniciativas. Esse novo sistema de educação na África poderia conduzir as crianças a se transformarem nos futuros inovadores de suas comunidades. (*Horace Awori*)



GANA: COMO ASSEGURAR A SOBREVIVÊNCIA DOS REFUGIADOS?

"O nosso objetivo é incitar os refugiados a voltarem a instalar-se na sua aldeia natal de modo a que a solidariedade familiar possa ir em seu auxílio. Agora que esses homens já perderam toda a esperança de ocupar um posto de trabalho na Nigéria, é de esperar que alguns dentre eles se voltem para o setor agrícola". Esses votos, expressos por um portavoz do governo de Acra quando da chegada, em princípios de fevereiro, da primeira leva de expulsos da Nigéria, têm poucas probabilidades de vir a se realizar.

Mais de um milhão de indivíduos (a décima parte da população total de Gana), teria, segundo esse projeto, de se

transferir da capital para as suas aldeias de origem. Os observadores admitem, no entanto, que os refugiados não vão aceitar fixar-se precisamente no mesmo local de onde haviam emigrado um ou dois anos antes por falta de emprego ou de salário suficiente. Os Estados vizinhos (Alto Volta, Níger, Benin, Togo e, sobretudo, a Costa do Marfim) receiam, com preocupação, que em breve milhares de ganenses desempregados atravessem as suas fronteiras, passado o primeiro entusiasmo do reencontro familiar e da solidariedade.

Enquanto espera poder reintegrar os refugiados, Gana é obrigado a enfrentar um vasto número de problemas, todos

eles graves.

A escassez de produtos essenciais é tal que as autoridades solicitaram, a partir do mês de fevereiro, um auxílio urgente (produtos alimentares para crianças, sabonetes, calçados, pneumáticos, ambulâncias etc.). Na província de Volta, no norte do país, as aldeias não têm água, há três meses que falta a gasolina e a fome ameaça centenas de camponeses.

As necessidades de cereais do país, indispensáveis para alimentar a população até setembro, são avaliadas em 500 mil toneladas. Dada a falta de meios de transporte e de armazenagem suficientes, Gana não poderá receber mais do que metade dessa quantidade numa primeira fase. Finalmente, já começam a aparecer sinais precursores de epidemias nas aldeias mais afastadas.

E essa dramática situação não parece ter chances de melhorar. As receitas em divisas

Costa do Marfim: cresce a oposição

O presidente da Costa do Marfim, Felix Houphouët Boigny reconheceu perante o comitê do partido do governo, que possui milhões de dólares no estrangeiro, particularmente em bancos suíços. Houphouët Boigny também admitiu uma crescente resistência popular contra seu regime, confirmando que se registram levantes no país. O presidente atribuiu os protestos à influência de uma força africana sobre vários setores da população (segundo foi interpretado, ele se referia à Líbia). Houphouët disse ainda que apresentaria um relatório sobre a situação geral ao presidente norte-americano Ronald

Reagan — com quem deve se entrevistar em breve — para obter ajuda para conter as rebeliões.

Índia recebe urânio da França

A primeira-ministra Indira Gandhi anunciou que o governo da Índia firmou um contrato com a França, mediante o qual receberá deste país urânio enriquecido para o funcionamento do reator nuclear situado a noroeste de Bombaim. A França substituiu os Estados Unidos como o maior fornecedor de urânio para a Índia, depois que este país se negou a aceitar as condições norte-americanas para a supervisão do seu reator.

África: fortalecer as economias

O fortalecimento das economias internas dos países africanos, como um caminho para aumentar a sua participação na economia mundial, é a principal recomendação da Conferência sobre Comércio Regional realizada em Mombasa (Quênia), em fins de abril. Representantes de 15 países africanos participaram da conferência, que aprovou um relatório para ser apresentado a agências comerciais, câmaras de comércio e outras organizações regionais. Nele são formuladas diversas recomendações, entre elas, a de que os países africanos diversifiquem suas exportações e sua produção agrícola

(436,4 milhões de dólares em 1982) não chegam para pagar as importações de produtos de primeira necessidade nem a fatura petrolífera (350 milhões de dólares no ano passado). A colheita do cacau, que proporciona em média mais de metade das entradas de divisas, não atingiu mais de 216 mil toneladas em 1982. A alta do preço de 1 mil para 1.200 libras esterlinas por tonelada de cacau permitiu manter o total das receitas ao mesmo nível que em 1981 (340 milhões de dólares em 1982), mas as perspectivas da colheita de 1982-1983 não são animadoras (196 mil toneladas no máximo).

Na indústria, as fábricas funcionam a 10/20% da sua capacidade, por falta de peças sobressalentes e devido à fuga de capitais estrangeiros que as grandes orientações do plano de reestruturação intermediário, apresentado em 30 de dezembro de 1982, veio intensi-

ficar. O plano prevê o monopólio do Estado em todas as operações comerciais externas e a participação de 40 a 80% nas companhias de seguros e em certos bancos estrangeiros.

O próprio comércio, tradicionalmente florescente, está correndo mal. Os estabelecimentos estão vazios. As fraudes continuam e os únicos circuitos que funcionam bem beneficiam apenas um punhado de comerciantes — os célebres *mama Benz* — dos quais o governo não conseguiu corrigir o gosto pela especulação.

Que fazer para mudar para o rumo certo? Depois de ter recusado durante muito tempo a intervenção do FMI, dado que esta é subordinada a uma desvalorização prévia do *cedi* (a moeda nacional, artificialmente cotada vinte vezes acima do seu valor real) o governo acaba de aceitar essas imposições. Resta saber em que pro-



porção será efetuada a nova paridade — e quais as medidas corretivas que a acompanharão. O auxílio internacional é agora mais urgente do que nunca.

e "estabeleçam fortes vínculos comerciais a nível regional para melhorar o comércio no Terceiro Mundo, em vez de se orientarem em direção a um comércio dominado pelos países desenvolvidos".

Mais ajuda à Nicarágua

A esquerda mexicana pediu a seu governo que preste toda ajuda material à Nicarágua para que esta possa se defender da agressão externa. Os representantes dos três maiores partidos de esquerda — o Partido Socialista Unificado, o Partido Popular Socialista e o Partido Socialista dos Trabalhadores — pediram que sejam enviados à Nicarágua alimentos,

medicamentos e armas.

Todos os partidos mexicanos, incluindo também os de direita, se declararam decididamente contra a intervenção externa na Nicarágua e condenaram a política de pressões de Washington contra esse país centro-americano.

Senegal: mudanças constitucionais

As reformas recentemente aprovadas na Constituição do Senegal, entre as quais se inclui a eliminação do cargo de primeiro-ministro, estão provocando temor em setores da oposição de que daqui para a frente o presidente concentrará um poder excessivo.

A oposição se manifestou contrária à eliminação do cargo de primeiro-ministro, entre outras razões, por considerar que isso geraria um vazio de poder no caso de morte ou renúncia do mandatário.

Novas medidas do regime do "apartheid"

Continuando sua política racista, o conselho municipal de Pretória (África do Sul) aprovou normas proibindo a entrada de sul-africanos de cor em 14 jardins públicos da capital. Essa disposição custará ao regime sul-africano 70 mil dólares em barreiras para proteger a entrada dos jardins.

Defender a Nicarágua da agressão

Os Estados Unidos jamais deixaram de intervir na América Latina. Talvez poderia se dizer que só deixaram de fazê-lo depois de terem eliminado governos adversos ou nos períodos em que não viram regimes contrários a seus interesses.

Porém, o grau e as características das ingerências norte-americanas diferiram em função de diversos fatores entre os quais se destacam a composição de suas diferentes administrações, a conjuntura internacional, o questionamento interno às aventuras externas e, nos países ameaçados, a natureza do desafio à hegemonia dos Estados Unidos.

Atualmente, assiste-se a um claro recrudescimento do intervencionismo que tem seu ponto crucial na América Central. Nesse sentido, a diferença de grau é palpável se compararmos o tratamento dos assuntos nicaraguenses por parte do ex-presidente James Carter e do atual governo de Ronald Reagan. A semelhança de objetivos entre as duas administrações — a preservação da hegemonia na crítica região centro-americana — não exclui uma notável diferença tática que, no caso do governo Reagan, privilegia o emprego da força militar em detrimento dos meios diplomáticos.

A política de Washington em relação a essa área é consequência direta de sua concepção global, na qual o principal elemento é o enfrentamento Leste-Oeste, isto é, a competição entre as duas superpotências. Essa concepção se projeta até o extremo de tornar caso omissa a realidade centro-americana.

Para encarar a sua política na América Central, a administração Reagan não leva em consideração suas relações históricas com a área (que é a única explicação para a situação atual) mas sim suas próprias contradições com a União Soviética. Segundo essa visão, todos os conflitos entre Washington e Moscou, inclusive os da América Central e do Caribe, são simples exemplos das "posições expansionistas" da União Soviética e de seu aliado cubano.

Portanto, o modo de enfrentar o desafio consiste no endurecimento das relações com Moscou até o ponto de abandonar a distensão e voltar aos

Cancin, um passo à frente

tempos da guerra fria, incentivar a corrida armamentista e, no âmbito regional, instrumentar uma intervenção cujos pontos principais visam à desestabilização do governo nicaraguense e à consolidação, a todo custo, do regime salvadorenho. Nessa concepção e na prática subsequente se acham as causas que transformaram a América Central em um campo de guerra aberta. Não haverá espaço para o diálogo e para uma esperança de solução negociada e orientada à pacificação enquanto não for modificada essa concepção que implica a negação da realidade e da identidade dos povos centro-americanos e que significa para eles uma pretensão inaceitável. Prescindir da história das relações entre os Estados Unidos e a América Central, cuja projeção atual é nítida, é, de fato, a abstração mais arriscada.

No decorrer do século passado e do atual, o México, a América Central e o Caribe foram os cenários onde se registrou a maior ingerência — militar, diplomática e econômica — dos Estados Unidos, que consideraram e consideram a área como sujeita a sua zona de influência e estreitamente ligada a seus interesses estratégicos. Trata-se, portanto, de impor a esses países um estatuto neocolonial, uma soberania limitada. Daí que esse longo período tenha sido uma sucessão de conflitos produzidos antes do aparecimento da União Soviética e que, evidentemente, prosseguiram depois, já que se manteve a prática hegemônica que os origina.

Após a 2ª Guerra Mundial, quando a retirada dos impérios europeus do Terceiro Mundo deu lugar ao processo de descolonização, as circunstâncias internacionais sofreram profundas transformações que modificaram os métodos de dominação dos povos dependentes. Apesar disso, os vizinhos do sul dos Estados Unidos foram objeto de novas agressões entre as quais se destacam: a derrubada do governo Arbenz na Guatemala (1954), o ataque a *Playa Girón* (Cuba) como parte de uma tentativa de derrubar o governo de Fidel Castro (1962) e a intervenção na República Dominicana (1965).

Cada um desses episódios se inscreve, com suas

características próprias, na dialética opressão-libertação, que é o fator determinante para a compreensão dos mesmos.

A Nicarágua e El Salvador, por sua vez, representaram dois casos de antigas ditaduras implantadas sob o amparo dos Estados Unidos onde se desenvolveu uma longa, dura e onerosa resistência que culminou com a queda do general Anastasio Somoza e a insurreição da guerrilha salvadorenha.

Durante décadas esses povos foram privados de liberdades políticas e sociais, foram brutalmente reprimidos os opositoristas e se exploraram — através das transnacionais — os recursos naturais. Teria sido surpreendente que os nicaraguenses e os salvadorenos não se insurgissem contra a opressão, que não tratassem de se libertar lutando por todos os meios a seu alcance. Quando o presidente Reagan assumiu o governo, deparou-se com a revolução sandinista consumada e El Salvador à beira da guerra civil. Dado que sua concepção negava os próprios fundamentos dessas lutas populares e situava suas causas no distante Kremlin, Reagan não teve possibilidades de explorar os únicos caminhos que poderiam ter levado à paz: abrir o diálogo com Manágua e facilitar uma solução negociada em El Salvador.

O procedimento utilizado consistiu, ao contrário, na exclusão de todo diálogo ou negociação e no fortalecimento de aparelhos militares, que não poderia ter outro resultado senão a radicalização da luta naqueles países e impossibilitar as diversas fórmulas propostas por um amplo leque de governos e partidos políticos da América Latina e da Europa.

Agora sabemos que Reagan recusou desde o início a simples consideração de uma solução pacífica e inclinou-se pela alternativa militar. São numerosas as evidências que a própria imprensa norte-americana exibiu sobre a intervenção que se programa a partir da vizinha Honduras e que o governo Reagan financia e dirige com o propósito de desestabilizar a revolução sandinista. Um exemplo disso é a revelação do jornal *New York Times* que data de abril de 1982. A matéria

documenta a aprovação de operações clandestinas contra a Nicarágua (Ver matéria nesta edição.)

O caráter dessa agressão que se apóia nos restos do exército da dinastia Somoza é tão inocultável que chega ao grotesco: enquanto funcionários da administração norte-americana devem reconhecer a assistência e o financiamento dessas atividades alegando que não constituem uma tentativa para derrubar o governo de Manágua mas apenas uma "pressão" para impedir-lhe que ajude os guerrilheiros salvadorenhos, o Congresso norte-americano considera que se trata de um violação à resolução da Câmara de Representantes aprovada em dezembro de 1982, que evitou toda operação visando eliminar o governo de Manágua.

Ao mesmo tempo, o Pentágono mantém um enorme e constante fluxo de ajuda militar às forças armadas salvadorenhas que, apesar disso, não conseguem conter as ofensivas guerrilheiras. Portanto, o que Washington promove é uma invasão armada a partir de Honduras contra a Nicarágua — um país soberano — que pode se transformar em uma guerra aberta entre as duas nações centro-americanas e arrastar toda a região a uma situação imprevisível.

O incentivo da guerra civil salvadorenha, que podia e devia ter sido evitada, também tem um potencial alcance regional. Segundo os representantes da oposição salvadorenha, o custo humano dessa luta já chega a 40 mil mortos e centenas de milhares de refugiados. Tudo indica que o saldo de mortes e destruição continuará aumentando, assim como os riscos de expansão dos conflitos nessa área atormentada. Entretanto, há um aspecto que é preciso esclarecer: a revolução sandinista derrubou a tirania somozista e instalou-se no poder com um projeto revolucionário que, assim como no plano econômico descartava uma socialização geral e se pronunciava por um modelo misto, na esfera política ofereceu um regime de amplas garantias para a oposição em nome do pluralismo ideológico. O funcionamento correto desse modelo exigia a normalidade interna e fronteiriça. Como é óbvio, uma ameaça externa gera em qualquer país um regime de exceção e a articulação de medidas de

segurança para evitar infiltrações, sabotagens e atentados.

Todos esses extremos se apresentaram em grande escala na Nicarágua, e mais ainda: está em andamento uma invasão organizada pela nação mais poderosa do mundo. A implantação de um estado de exceção na Nicarágua é, portanto, não só legítima mas constitui uma resposta similar a que qualquer outro país daria, independentemente da natureza do seu regime político.

Em tais circunstâncias, as relações com os setores não identificados com o governo sandinista, como aconteceria em qualquer quadro similar, dificilmente poderiam estar isentas de tensões a menos que as posições e a atuação desses opositoristas se inscrevessem dentro de uma rejeição categórica à ingerência externa e na defesa da segurança nacional. Isso implicaria o reconhecimento e a denúncia dos planos intervencionistas norte-americanos, cuja evidência e concretização está fora de discussão. Contudo, essa atitude não se verificou no caso nicaraguense e este fato não pode ser esquecido ao se analisar o quadro atual naquele país.

Esse esclarecimento tem importância no que diz respeito a alguns setores que exigem da Nicarágua um regime interno liberal que tornaria praticamente impossível a preservação da segurança nacional, facilitaria o êxito da desestabilização instrumentada a partir de Washington, consagraria o desígnio hegemônico norte-americano e faria retroceder a história nicaraguense.

O motivo da radicalização na América Central se deriva da política agressiva dos Estados Unidos e isso traça uma fronteira entre aqueles que apóiam ou não essa região em sua luta pela autodeterminação.

Portanto, defender o direito nicaraguense à autodeterminação transcende o problema da identificação ou da dissociação com o projeto sandinista, que corresponde a uma instância posterior. Defender a soberania nicaraguense é também defender os direitos elementares dos povos e as normas de convivência pacífica entre as nações. ●

Cancún, um passo à frente

Neiva Moreira

As conversações de Cancún e as declarações dos presidentes do Brasil e do México foram um passo à frente para a correta compreensão do problema centro-americano e das relações do Terceiro Mundo com o sistema capitalista.

Como de hábito, o governo norte-americano estava empenhado em que Figueiredo e De la Madrid evitassem definir as causas reais das dificuldades que os países emergentes estão enfrentando e, muito menos, que as relacionassem com o que se passa na América Central e no Caribe.

Os dois mandatários se expressaram de modo diferente das expectativas de Washington, ao evocarem as responsabilidades do sistema nas nossas dificuldades. Pela primeira vez, em meio século, em vez de um avanço econômico ou mesmo de uma estagnação, recuamos, muito. Houve uma queda do produto bruto global da região. As exportações, que devem alimentar o pagamento das dívidas externas, caíram 10% e se registrou uma deterioração de 30% nos termos do intercâmbio. Estamos devendo mais de 300 bilhões de dólares, quase dois-terços correspondentes às dívidas do Brasil e do México.

O comunicado conjunto lembrou que as responsabilidades principais da crise — sem eliminar as causas nacionais — são dos países desenvolvidos. “A duração, amplitude e profundidade da crise demonstram seu caráter estrutural e revelam as deficiências do atual sistema econômico internacional”, acentua o documento.

Uma advertência oportuna foi feita em Cancún: um-terço das exportações dos países desenvolvidos é absorvido pelos países em desenvolvimento e, nos Estados Unidos, um em cada seis empregos industriais é gerado por essas exportações. Com isso, se quis demonstrar não que somos interdependentes mas que o comércio com o Terceiro Mundo, hoje objeto de enormes entraves nos países capitalistas industrializados, é também vital aos Estados Unidos. Uma precisão do presidente mexicano foi muito interessante, para diferenciar entre interesses compartilhados e interdependência. Recordou De la Madrid uma frase célebre de um escritor mexicano, Alfonso Reyes: “A interdependência entre desiguais não é outra coisa senão uma forma disfarçada de

dominação”.

Esse tipo de colocação é irritante para a Casa Branca. É, mais ainda: Reagan jamais poderia aceitar a tese, defendida em Cancún, de que “a situação na América Central é prova concreta da necessidade de uma Nova Ordem Econômica Internacional”.

Em diferentes oportunidades, nossa revista publicou amplas análises e reportagens, mostrando as verdadeiras causas da atual crise de El Salvador, Guatemala e Honduras, que as transnacionais, com a cumplicidade das oligarquias criadas à sombra do café e da banana, transformaram em áreas de rapinagem.

As guerras de libertação desses países e mais as de Cuba e Nicarágua não se originaram em ambições personalistas ou no sectarismo de grupos ideológicos, embora os dois sempre existissem — os grupos e o sectarismo — e muito menos de um novo tipo de militarismo de caráter guerrilheiro. Essas lutas se inspiraram nos mais profundos anseios populares e na secular resistência à dominação econômica daquela área por parte dos Estados Unidos. A guerra de libertação só foi deflagrada quando aos cubanos e nicaraguenses e aos seus dirigentes foram fechadas todas as possibilidades de uma saída democrática e pacífica. Desconhecer ou tergiversar essa verdade histórica é errar por ignorância ou má fé.

Na América Latina, apesar das distorções dos meios de comunicação, é muito amplo, no seio dos nossos povos, o reconhecimento de que as lutas de libertação do Caribe e América Central têm essa origem. Mas quando esse reconhecimento é feito em documento oficial, por dois mandatários que não podem ser acusados de esquerdistas ou de castro-comunistas, essa posição assume um relevo muito maior.

Washington manteve uma atitude de aparente distância, mas quando os seus porta-vozes opinaram para extravasar profunda discordância com as decisões de Cancún. A representante do governo norte-americano nas Nações Unidas, Jeanne Kirkpatrick, conhecida pelas suas posições direitistas fanáticas, não escondeu essa contrariedade: “Por desgraça, há vários anos, disse ela, o governo mexicano tem uma política ex-

terna muito compreensiva para com as posições de Cuba e Nicarágua”.

Logo em seguida a Cancún, se reuniram na Bahia as chamadas equipes de planejamento político do Departamento de Estado e do Itamarati para uma “troca de impressões”. Um porta-voz norte-americano disse que os Estados Unidos “querem entender as razões que levam o Brasil a tomar certas atitudes (o grifo é nosso), ao mesmo tempo em que desejam que o Brasil entenda as suas”.

Nos meios conservadores da América Latina, se registraram reações desfavoráveis à posição mexicano-brasileira, mas, segundo o próprio Figueiredo, essas reações já eram previsíveis.

As trocas comerciais

A reunião no México trouxe, além dessas, outras novidades. Uma delas foi o recurso às negociações bilaterais, estabelecendo um sistema de trocas comerciais como medida de defesa comum face à crise financeira e ao desequilíbrio da balança de pagamentos. Petróleo, que o México produz muito, por produtos agrícolas e alguns manufaturados brasileiros que aqui estão sem mercado. Essa fórmula já havia sido prevista nas proveitosas e bem conduzidas negociações comerciais de Brasília entre o Departamento de Comércio Exterior do Itamarati e a missão angolana chefiada pelo ministro do Planejamento Lopo do Nascimento.

Nada mais natural que um país que tem petróleo e quer soja troque esse produto com outro país que tem soja e não tem petróleo. Mas, para o sistema capitalista internacional, esse tipo de prática comercial, que pode ser efetivada sem o recurso ao dólar, é uma heresia que deve ser abolida. Essa posição é fácil de se explicar: uma operação dessa natureza pode ser conduzida à margem do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da *Wall Street*, das grandes *trades* e de todo um aparato de controle das economias dos países em desenvolvimento.

No entanto, é através desse velho e eficaz método de trocas que muitos países do Terceiro Mundo poderão amenizar seus problemas e reduzir o impacto da crise de moedas fortes.

Porta-vozes do sistema financeiro capitalista criticaram essa posição, que desagradou tanto a Washington, do mesmo modo como as referências na declaração de Cancún ao *apartheid* e às agressões que o regime racista de Pretória perpetrava todos os dias contra as democracias populares da África Austral.

No documento não está dito que a mão que arma os somozistas que invadem a Nicarágua é a mesma que treina os grupos de terroristas que atacam Angola, Moçambique e outros bastiões da África livre no sul do continente. Mas o fato de que o tema seja relacionado com a crise na América Central — todos dentro do contexto das responsabilidades capitalistas na crise mundial — é um avanço que deve ser considerado.

O que fica no ar é uma pergunta, ou muitas perguntas: Qual a eficácia dessas denúncias? Essas palavras seriam coerentes com a atitude comum e corrente dos governos signatários? Na verdade, a declaração ajudou os nicaraguenses na sua brava resistência à agressão apoiada pelos Estados Unidos e já oficialmente reconhecida (e teoricamente proibida) pela própria Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em Washington.

Os mexicanos têm mantido, nesse terreno, uma atitude coerente e o processo libertador daquela área deve muito aos estímulos, à compreensão e ao apoio do México. O mesmo não se poderia dizer do governo brasileiro, que até então assumira, em face das agressões e interferências norte-americanas nessa região, uma posição de neutralidade, defendendo uma vaga “não-interferência”, sem definir as claras responsabilidades dos Estados Unidos.

De qualquer maneira o que se decidiu em Cancún foi importante e o que alguns jornais conservadores denunciaram como “mexicanização” da política externa brasileira pode ganhar transcendência histórica se for a retificação de uma neutralidade que, no fim de contas, só beneficiava o agressor.

A Nicarágua está sendo invadida e há legiões de “assessores” norte-americanos na Guatemala, em Honduras e El Salvador. O direito desses povos à soberania e autodeterminação está sendo pisoteado por uma conspiração de interesses econômicos e pela ambição de hegemonia estratégica urdida no cerne do complexo militar-industrial dos Estados Unidos.

Todos os esforços, todas as iniciativas, todo tipo de cooperação — das armas do coronel Khadafi à declaração de Cancún, do simples protesto à ajuda ativa — são importantes no apoio àqueles valentes povos irmãos que enfrentam a agressão. Todas as vezes que os belicistas da Casa Branca ouvirem uma voz de condenação, se estará fortalecendo a resistência de povos que não têm outra meta senão serem donos do seu próprio destino. Nesse contexto, Cancún foi um fato positivo que deve ser aplaudido.

LEITOR: Você é indispensável na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS aos amigos e participe desta promoção.

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

Escolha entre: ● uma assinatura grátis para você ou de presente a um amigo(a), ou ● um livro da "Estante do Terceiro Mundo" constante desta edição.

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou va le postal no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou **vale postal** no valor acima. 54

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou **vale postal** no valor acima. 54

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou **vale postal** no valor acima. 54

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de cadernos, pelas quais remeto Cr\$ 13.800,00 em **cheque nominal** ou **vale postal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de cadernos ou () Um livro da Estante do Terceiro Mundo: código: 54

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

estante do **terceiro mundo**

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Estante do Terceiro Mundo

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

Código	Quantidade

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: não-assinante

já assinante

assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido, e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

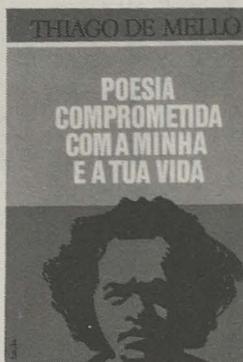
Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 20% para "assinantes" na compra de até 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito a desconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



POESIA COMPROMETIDA COM A MINHA E A TUA VIDA,

de Thiago de Mello.

O livro tem como um segundo título a "Pequena História Natural do Homem no Fim Que Vem Vindo do Século Vinte" cantada pelo caboclo do Amazonas e cidadão do mundo. Diz o poeta: "Não importa que doa: é tempo de avançar de mão dada/com quem vai no mesmo rumo,/ mesmo que longe ainda esteja/ de aprender a conjugar/o verbo amar".

Código E-7 Cr\$ 1.150,00



ANÁLISE DO "MODELO" BRASILEIRO,

de Celso Furtado (7ª edição).

O autor analisa as virtudes e os defeitos do "modelo brasileiro" em dois ensaios estimulantes. No primeiro, estuda as origens, o desenvolvimento e as malformações da industrialização; no segundo, sobre a estrutura agrária, mostra-nos quais as opções que realmente se abrem para o trabalhador rural, entre o mito da terra própria – geralmente de baixo rendimento econômico – e a promessa de amparo social pela empresa agro-mercantil – geralmente vã.

Código E-8 Cr\$ 1.450,00



A IDEOLOGIA DA SEGURANÇA NACIONAL,

de Pe. Joseph Comblin.

O livro, em uma linguagem clara e didática, é um estudo sério e minucioso dessa teoria, de sua aplicação em vários países – entre os quais o Brasil – e dos graves riscos que traz à defesa dos Direitos Humanos. Na verdade, o autor esclarece, ponto por ponto, como é a implantação do "poder militar na América Latina".

Código E-9 Cr\$ 2.200,00

África Austral

A etapa crítica



A questão da Namíbia chegou a um impasse. A curto prazo não se espera nenhuma concessão e nenhum recuo da África do Sul, tanto no terreno militar como no diplomático. Pelo contrário, o regime racista de Pretória está se entrincheirando cada vez mais numa posição intransigente ao mesmo tempo em que os cinco países do Grupo de Contato (Inglaterra, França, Estados Unidos, Canadá e Alemanha Ocidental) mostram-se totalmente impotentes para arrancar da África do Sul as menores concessões. Na conferência promovida pela ONU em Paris sobre a questão da Namíbia, o dirigente nacionalista Sam Nujoma foi taxativo: "O Grupo de Contato sobreviveu à sua própria utilidade". Enquanto isso, a Organização de Libertação do Povo da Namíbia (Swapo), dirigida por Sam Nujoma, está em plena ofensiva militar. Em março, a Swapo fez os maiores ataques dos últimos 16 anos, conseguindo penetrar até mesmo na região conhecida como "triângulo da morte", onde está concentrado o grosso das forças

sul-africanas na Namíbia. E no terreno diplomático, os países da Linha da Frente (Angola, Botsuana, Tanzânia, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue) também passaram à ofensiva. Em abril, em Lisboa e em Paris, duas reuniões internacionais levaram o debate sobre a Namíbia para dentro da opinião pública europeia. O aumento das pressões diplomáticas e o crescimento da atividade militar da Swapo devem, segundo especialistas, provocar o rompimento do impasse na Namíbia, até o fim do ano.

Na reportagem de capa desta edição, além de uma análise da situação interna na Namíbia, focalizamos as conferências de Lisboa e Paris, a posição do Zimbábue no terceiro aniversário da independência, e mostramos um depoimento do ministro do Planejamento de Angola, Lopo do Nascimento, sobre o Plano de Emergência através do qual o MPLA-Partido do Trabalho pretende enfrentar o desafio da guerra contra a África do Sul, e da construção de um regime socialista.



Namíbia

A guerra das pressões

Os nacionalistas namibianos incrementam sua luta, inclusive no campo diplomático, diante da ofensiva cada vez maior do regime racista sul-africano

Carlos Castilho

A situação na Namíbia chegou a um ponto muito delicado. A África do Sul está intensificando sinais de intransigência tanto no plano militar como no diplomático. O regime de Pretória não está conseguindo neutralizar os guerrilheiros da Organização de Libertação do Povo da Namíbia (Swapo), ao mesmo tempo em que se lança num controverso projeto de dividir o território que ocupa desde 1917.

Por outro lado, os países da chamada Linha da Frente aumentaram as pressões diplomáticas levando o debate sobre a Namíbia para dentro da Europa. No terreno militar, a Swapo empreendeu no mês de março a sua maior ofensiva guerrilheira dos últimos 16 anos, obrigando os comandantes militares do exército racista a reconhecer que não foi possível neutralizar as ações armadas dos nacionalistas da Namíbia.

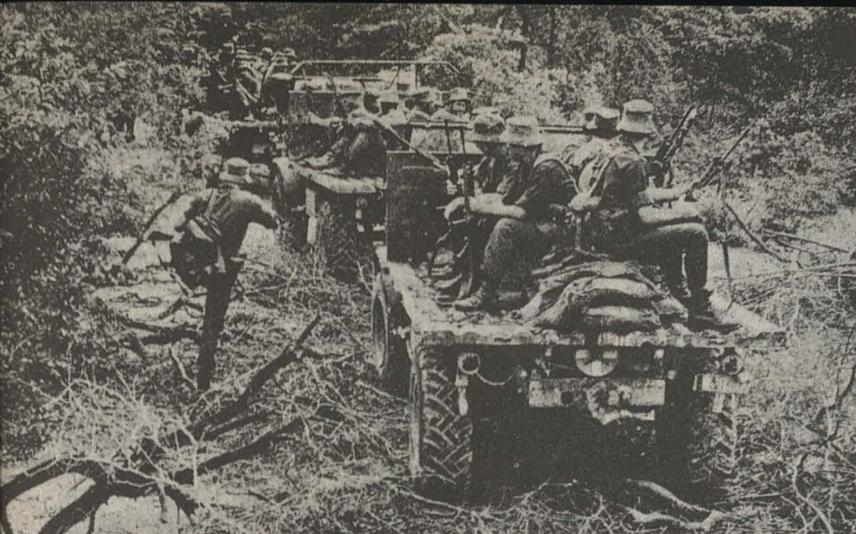
A ofensiva da Swapo durou aproximadamente 40 dias e foi protagonizada por cerca de 14 grupos de 50 guerrilheiros cada um. Atacando em várias frentes, os grupos da Swapo conseguiram ir até o famoso "triângulo da morte", uma região localizada ao redor da cidade de Grootfontein, onde está concentrado o grosso dos quase 100 mil soldados sul-africanos estacionados na Namíbia. A audácia dos grupos guerrilheiros foi admitida pelo administrador-geral da Namíbia, Willie Van Niekerk, nomeado pelo governo de Pretória. Van Niekerk reconheceu ter errado ao afirmar em meses recentes que a guerrilha da Swapo havia sido neutralizada, depois de ataques contra o território angolano.

A ofensiva foi um golpe psicológico contra a maior parte dos militares e políticos sul-africanos, como o ex-ministro do Exterior David Willers. Ele escreveu no exemplar de janeiro da revista *The South Africa Foundation News* que a "Swapo perdeu 20% do seu poderio militar no ano passado

graças a bombardeios aéreos mais destruidores do que os das 'fortalezas voadoras' B-52 dos Estados Unidos sobre o Vietnã". Hoje, uma grande parte da opinião pública sul-africana reconhece que os dados do exército racista sobre as baixas da Swapo são falsos e que a *South African Defense Force* ainda não conseguiu provar que é capaz de derrotar a guerrilha da Swapo.



Países da "Linha da Frente"



Tropas de ocupação sul-africanas na Namíbia: repressão indiscriminada à população negra

Os 700 guerrilheiros do comando Volcano da Swapo ainda continuam operando no "triângulo da morte", aproveitando-se da estação chuvosa e da boa cobertura fornecida pela vegetação da savana. Alguns grupos chegaram a atacar fazendas de brancos provocando uma grande inquietação entre os europeus. Para evitar um êxodo para as cidades, o exército sul-africano intensificou a campanha de propaganda, na tentativa de convencer os fazendeiros de que a ofensiva não passou de um ataque suicida.

Mas a propaganda não conseguiu ocultar o fato de que os nacionalistas da Swapo conseguiram dinamitar a importante hidrelétrica de Ruacana, na fronteira com Angola, bem como destruir uma ponte estratégica em Oshakati, também no norte da Namíbia. A Swapo anunciou ter posto fora de combate cerca de 300 soldados sul-africanos durante os 40 dias de ofensiva. Pelo menos 10 desses mortos em combate são mercenários de uma unidade recentemente formada com aventureiros norte-americanos, ingleses, alemães e israelenses.

Os "bantustões" na Namíbia

Em Windhoek, capital da Namíbia, circularam no mês de abril insistentes rumores de que o governo sul-africano estaria estudando uma possível divisão da ex-colônia alemã em duas áreas com administração separada, mas estreitamente ligadas a Pretória. A parte norte englobaria parte do território da Namíbia, incluindo as províncias de Ovambo, Kavango e Caprivi e uma parte do sul de Angola, ocupada de fato há quase dois anos por tropas invasoras da África do Sul. Jonas Savimbi, o dirigente do grupo contra-revolucionário angolano Unita, apoiado pela África do Sul, seria o presidente desse novo "bantustão" tendo como vice-presidente, Peter Kalangula, um político negro muito ligado a Pretória.



Nessa área norte, a administração seria entregue aos negros, enquanto os brancos teriam seus direitos resguardados. Na parte sul, centralizada em torno da capital, Windhoek, e do estratégico porto de Walvis Bay, os europeus teriam o controle absoluto. Tanto no norte como no sul a Swapo seria excluída de qualquer arranjo político. Embora o plano não tenha sido oficialmente endossado pelo primeiro-ministro racista P. W. Botha, a divisão territorial da Namíbia está sendo bastante discutida na cúpula do Partido Nacional, o partido no poder em Pretória.

Na verdade, trata-se de uma tentativa de estender à Namíbia o plano de criação de reservas negras, os "bantustões", já implantados na África do

Sul. Os negros dóceis aos governantes racistas teriam o seu "bantustão" no norte, a área mais pobre e mais duramente atingida pela guerra, enquanto os brancos ficariam com o sul, onde estão as reservas minerais de urânio, chumbo e cobre, além das minas de diamante. Os brancos teriam também o controle do único porto marítimo da Namíbia, em Walvis Bay.

O plano tem como principal objetivo tentar evitar que a Swapo venha a participar de eleições internas na Namíbia, criando ao mesmo tempo uma zona-tampão (o território norte) que separaria os redutos econômicos brancos no sul, de Angola. É também um exercício de geopolítica para os membros do governo de Pretória, que não estão interessados em fazer concessões no essencial do problema: o fim da ocupação ilegal e a realização de eleições livres na Namíbia.

Mas o plano de divisão territorial tem poucas chances de ser materializado. A crise interna na Namíbia não seria resolvida pelo artifício da criação de dois governos, porque a Swapo continuaria excluída. Ela tem no momento o apoio majoritário da população do território, além de ser o movimento politicamente melhor organizado. Ninguém tem dúvidas de que a Swapo se oporá a um regime negro aliado de Pretória, com a mesma intensidade com que luta hoje contra a ocupação racista.

Se a Swapo não for reconhecida, a guerra continuará. Além disso existe o grave problema da eventual anexação de parte do território angolano, seguindo o tristemente célebre precedente da ocupação de fato do sul do Líbano por Israel. A divisão seria também amplamente rejeitada não só pelos países da Linha da Frente como também pela maioria dos governos membros da ONU e que reconhecem a Swapo como única representante do povo da Namíbia e ao governo de Luanda como soberano em todo o território do país.

A chantagem

O plano vale no entanto como uma demonstração do estado de espírito dos dirigentes e políticos sul-africanos envolvidos na questão da Namíbia. A criação do território norte, governado por Savimbi, mostraria que os sul-africanos não estão dispostos a abandonar a faixa de 200 quilômetros ocupada no sul de Angola. Evidencia também que o apoio à Unita é hoje um objetivo de longo prazo e que as relações de Jonas Savimbi com os racistas brancos são tão estreitas a ponto dele ser cogitado para governar uma área crítica para os interesses de Pretória.

As dificuldades para a materialização desse plano de divisão da Namíbia são tantas, que alguns diplomatas africanos acreditam que ele pode ser tam-

bém uma espécie de chantagem contra o governo de Angola. O governo de Pretória estaria ameaçando anexar parte do território angolano para entregá-lo a Jonas Savimbi, com o objetivo de tentar obrigar o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola — no poder) a aceitar uma aliança com a Unita para impedir a divisão de Angola. Esse plano não tem nenhuma chance de ser levado a sério pelo governo de Luanda.

Por outro lado, a ofensiva militar da Swapo serviu para obrigar a África do Sul a mobilizar suas tropas para combates dentro da Namíbia, em vez de usá-las para ataques contra Angola, que no momento se prepara para importantes modificações políticas e econômicas visando ampliar a guerra contra a Unita e a África do Sul (ver entrevista com o ministro Lopo do Nascimento nesta edição). E em Moçambique, a reação das forças armadas logrou dois importantes golpes contra o grupo terrorista MNR, apoiado pela África do Sul.

Discussão a nível internacional

O exército popular moçambicano conseguiu neutralizar duas ofensivas do MNR em novembro e janeiro, reabrindo o tráfego ferroviário ao longo da estrada para Mutare (no Zimbábue) e para o Malawi. Essa estrada havia sido dinamitada por terroristas do MNR. A contra-ofensiva liquidou os redutos de terroristas ao norte do rio Limpopo e recentemente se concentrou na perseguição aos pequenos bandos de contra-revolucionários que passaram a se dedicar ao saque e a aterrorizar a população. Nessa contra-ofensiva funcionou a integração militar entre Moçambique e Zimbábue. Dois batalhões do exército de Zimbábue atuaram conjuntamente com forças moçambicanas ao longo da ferrovia e do oleoduto ligando o porto de Beira à cidade de Mutare.

No terreno diplomático, a questão da Namíbia e o conflito na África Austral ganharam em abril uma nova dimensão. O debate se transferiu para dentro da opinião pública europeia na medida em que foram realizadas duas conferências sobre a Namíbia e África Austral, uma em Lisboa e outra em Paris.

A reunião de Lisboa contou com a presença de vários ministros e delegações de alto nível de quase todos os países envolvidos diretamente no problema (alguns depoimentos de participantes estão nesta edição). Foi a primeira vez que Portugal recebeu delegados de ex-colônias na África para uma reunião destinada a discutir a luta contra o racismo.

Em Paris, a Unesco patrocinou no final de abril uma conferência sobre a Namíbia, contando com a participação de 300 delegados. Pouco antes, tanto Angola como Moçambique diversificaram os seus contatos diplomáticos visando neutralizar mano-

bras sul-africanas junto aos Estados Unidos e os países europeus. Os dois países aceitaram também o pedido sul-africano para encontros interministeriais. Houve duas reuniões entre ministros de Angola e da África do Sul, e uma com representantes do governo de Moçambique. Através desses encontros, o governo de Pretória pretendeu desfazer, junto à Casa Branca e aos governos europeus, os efeitos da intransigência política sobre a Namíbia e a África Austral em geral. Angola e Moçambique aproveitaram no entanto as reuniões com o objetivo de mostrar justamente o contrário. Dos encontros não resultou nada de concreto, salvo a certeza de que Pretória não está inclinada a fazer nenhuma concessão.

Angola resolveu levar os seus esforços diplomáticos ainda mais longe. O ministro do Interior, Alexandre Rodrigues, esteve em Washington na primeira quinzena de abril para um encontro com o secretário de Estado George Shultz. E o presidente Samora Machel, depois de ter recebido em janeiro o controvertido subsecretário de Estado para Assuntos Africanos, Chester Crocker, viajará em maio para Londres onde deve se encontrar com a primei-



Se a Swapo não for reconhecida, a guerra continuará - ministra Margareth Thatcher. Machel esteve em abril na União Soviética.

A movimentação diplomática indica que Moçambique e Angola partiram para uma ofensiva nesse terreno indo defender seus pontos de vista dentro dos países que hoje constituem a principal base de apoio para a África do Sul. O esforço diplomático tem como principal objetivo neutralizar a intensa propaganda sul-africana na Europa e nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que procura abrir brechas na própria retaguarda do regime de Pretória. ●

REUNIÃO ACUSA O GRUPO DE CONTATO

Delegados de cento e trinta países condenaram, no final de abril em Paris, a incapacidade das grandes potências ocidentais de acabar com a ocupação ilegal da Namíbia pelo regime racista da África do Sul. A declaração final aprovada após cinco dias de discussões sob o patrocínio das Nações Unidas, rejeita também qualquer vinculação da retirada sul-africana com a saída dos soldados cubanos de Angola.

As críticas mais violentas foram concentradas na atividade dos cinco países integrantes do Grupo de Contato, criado há mais de três anos e que até agora não conseguiu forçar o governo de Pretória a acabar com a ocupação da Namíbia. O presidente da Swapo, Sam Nujoma, chegou a afirmar que "o Grupo de Contato se tornou prejudicial aos interesses do povo namibiano porque procura apenas adiar a solução final do problema, sem levar em conta que a ocupação já foi considerada ilegal pela ONU desde 1968". Nujoma pediu que o Conselho de Segurança das Nações Unidas assumia suas responsabilidades sobre o processo de descolonização da antiga colônia alemã, tomada pela África do Sul após o final da 1ª Guerra Mundial.

O apelo ao Conselho de Segurança foi aceito

pelo plenário da Conferência, que ratificou também o reconhecimento da Swapo como única representante do povo da Namíbia. Um membro do grupo dissidente da Swapo chefiado por Andreas Shipanga e apoiado pela África do Sul, foi excluído dos debates pela maioria esmagadora dos participantes da reunião de Paris. Shipanga foi expulso da Swapo há seis anos por colaborar com os racistas.

Antes mesmo do início da Conferência sobre a Namíbia, o governo da África do Sul já anunciara que não reconhecera os resultados do debate, mantendo a posição de desafio à ONU e à Comunidade Internacional adotada desde 1968.

Sam Nujoma acusou o governo Reagan de dar apoio militar e econômico à África do Sul. O líder da Swapo também denunciou na conferência de Paris que a Inglaterra está vendendo ao regime de Pretória radares militares fabricados pela empresa Marconi. Essa venda, no valor de oito milhões de dólares, está proibida desde 1978 pela Resolução 418 da ONU, que impõe o embargo na exportação de material bélico para a África do Sul. Nujoma condenou as vacilações da Alemanha Ocidental, que ajuda a Namíbia através de organizações religiosas, mas, ao mesmo tempo, vende armas para a África do Sul. O único país do Grupo de Contato a merecer elogios do dirigente da Swapo foi a França, que rejeitou a vinculação da retirada dos racistas da Namíbia à saída dos cubanos de Angola.



Namíbia

Os racistas fomentam o tribalismo

Um resumo da intervenção que o líder da Swapo fez perante a Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente

Sam Nujoma



Sam Nujoma: fazer os racistas pagarem por seu crimes

Vivemos uma época em que o regime racista de Pretória, que ocupa ilegalmente a Namíbia, está incrementando a sua agressão militar e os seus ataques contra os Estados da Linha da Frente. Tais ataques são levados a cabo com renovada intensidade, frequência e brutalidade. Confiantes no apoio que recebem de alguns dos seus amigos ocidentais, e conscientes da força protetora do veto no Conselho de Segurança da ONU, em especial por parte da administração Reagan, a junta de Pretória tem cometido sucessivos atos de agressão contra Estados africanos vizinhos, com desplante e impunidade, utilizando por vezes a Namíbia como ponto de partida. Através da agressão sistemática, o regime ocupou certas zonas do sul da República Popular de Angola, prosseguiu seus atos hostis e de agressão contra Moçambique

e incrementou os atos de banditismo contra a República do Zimbabue. Além disso, o regime massacrou, de forma bárbara e covarde, inocentes refugiados das injustiças, da opressão e da discriminação racial praticadas na República do *apartheid*, assim como os indefesos civis do Lesoto.

Isto para não falar nas tentativas da junta para derrubar o governo da República das Seychelles, através do auxílio de mercenários.

O objetivo da África do Sul racista é o de forçar os Estados da Linha da Frente a abandonar o seu firme apoio à ANC e à Swapo, o seu empenho pela total independência da África e, em última análise, atraí-los para a sua órbita de influência e controle.

É nossa firme opinião e posição de princípio que não basta condenar e rejeitar os atos de barbárie e terrorismo da África do Sul na região. Há que examinar em profundidade as causas de fundo da sua intransigência e tomar adequadas medidas conjuntas visando obrigar os racistas a pagar caro pelos seus crimes contra a humanidade.

A situação na Namíbia

No que diz respeito à Namíbia, a situação permanece tensa e explosiva. A diabólica aliança e o apoio que recebe por parte da administração Reagan fornecem o sustento necessário ao aumento da intransigência e agressividade do regime. Nesse sentido, o regime acelerou a sua escalada militar na Namíbia. As suas tropas são constantemente reforçadas com novos contingentes, provenientes da outra margem do rio Orange. Tais tropas estão plenamente equipadas com todo tipo de armamentos. Além dessas tropas racistas sul-africanas existe a chamada Força do Território da África do Sudoeste. Essa odiosa instituição não conseguiu obter o apoio do povo namibiano e, como resultado, o regime tem de recorrer à incorporação mili-

tar. Jovens, mesmo a partir dos 13 anos de idade, são recrutados nas escolas da Namíbia inteira. Com vistas a tornar mais eficiente a incorporação, militarizam o sistema escolar.

Além dessa Força do Território da África do Sudoeste, o regime também criou a chamada Polícia da África do Sudoeste, a "Força dos Cidadãos", bem como a Força de Comandos, na qual estão incorporadas muitas pessoas com registros criminais.

Para completar as fileiras desses criminosos, supostamente transformados em defensores da lei, o regime tem procurado aliciar os desempregados através de atraentes promessas de remuneração.

Vale a pena chamar aqui a atenção para o fato de o regime, fiel à sua natureza, ter criado tais instituições, não apenas com o objetivo de africanizar a guerra, mas também com a intenção explícita de lançar as sementes da guerra civil. Em outras palavras, esses recrutamentos não são apenas feitos para serem utilizados nos combates contra a Swapo, mas realizados tendo por base diferenças étnicas, e instruídos nas concepções de superioridade ou inferioridade de certos grupos étnicos face a outros. Como resultado, permanecem fiéis aos seus chefes e/ou costumes tribais e resistirão por todos os meios a qualquer outra autoridade após a independência.

Força de ocupação

A escalada militar na Namíbia alcança proporções assustadoras. O número daqueles que diariamente oprimem e intimidam o nosso povo ultrapassa em muito os 100 mil homens. Esse aumento generalizado de efetivos militares tem sido acompanhado pelo alargamento dos serviços e instalações militares. Novas bases foram criadas no leste e no norte do país para servir ao número crescente de soldados e fortificar as posições avançadas do regime contra os países africanos independentes vizinhos da Namíbia, e em particular a República Popular de Angola. Paralelamente ao estabelecimento e ao alargamento das unidades militares, verifica-se a expansão e a modernização das bases aéreas. A esse respeito, cabe assinalar que desde a ocupação de algumas zonas do sul da República Popular de Angola, a junta de Pretória tem dado especial atenção à expansão e alargamento, na Namíbia, dos aeródromos militares de Grootfontein, Ondangua e Runtu, no centro-norte, norte e nordeste, respectivamente. O regime considera tais bases essenciais para servir os seus aviões militares que se destinam ou que regressam de missões de agressão contra Angola.

As ações do regime racista na Namíbia são indicativas de uma entidade que não está de forma alguma disposta a renunciar à posse ilegal e colonial



A Swapo não aceita a vinculação da independência à saída dos cubanos de Angola

da Namíbia. Já em janeiro de 1981, durante a reunião de Genebra, a junta de Pretória levantava a questão da falta de imparcialidade da ONU. Alegava que a ONU favorecia a Swapo. Hoje, após ter sido demonstrada a falência das suas teses, é a administração Reagan que fornece aos racistas uma nova cortina de fumaça para encobrir as suas ações. A esse respeito, a administração Reagan e a África do Sul racista estão exigindo a retirada das tropas cubanas de Angola como condição prévia para a independência da Namíbia. Essa tentativa deliberada de associar a retirada das tropas cubanas de Angola com o processo de descolonização e independência da Namíbia é mais uma manobra dilatória, que visa protelar, através de tais maquinações, a independência da Namíbia.

A Swapo da Namíbia e os próprios Estados da Linha da Frente já rejeitaram essa associação. Consideramos a retirada das tropas cubanas e o processo de descolonização da Namíbia como duas questões separadas. Os cubanos estão em Angola a convite do governo desse país e ao abrigo de um acordo bilateral entre dois Estados soberanos. A sua vinda data de muito antes da adoção da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, e destinou-se a repelir as forças invasoras racistas. Durante o debate e a aprovação da Resolução 435, nem as cinco potências ocidentais nem a África do Sul levantaram a questão da retirada das tropas cubanas. Não há, portanto, qualquer base para a introdução dessa questão no processo de implementação da Resolução 435. ●



O tempo urge

O presidente da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente enuncia quatro razões fundamentais para uma solução urgente da situação no Cone Sul do continente africano

Vítor Alves*

A realização da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente — Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zimbábue e Zâmbia — foi o resultado de um processo iniciado em 1977 quando da criação do Comitê Internacional contra o *Apartheid*, o Racismo e o Colonialismo na África Austral (ICSA), com sede em Londres. A sua realização num país da Europa Ocidental figura entre as resoluções da 3ª Sessão do ICSA, em julho de 1980, Estocolmo.

O ano de 1981 foi consagrado a consultas internacionais quanto à resolução de Estocolmo. Tais consultas tornaram claro o empenho dos países da

Linha da Frente e Movimentos de Libertação e suscitaram a adesão da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos e o apoio de outros importantes organismos internacionais, governamentais e não-governamentais.

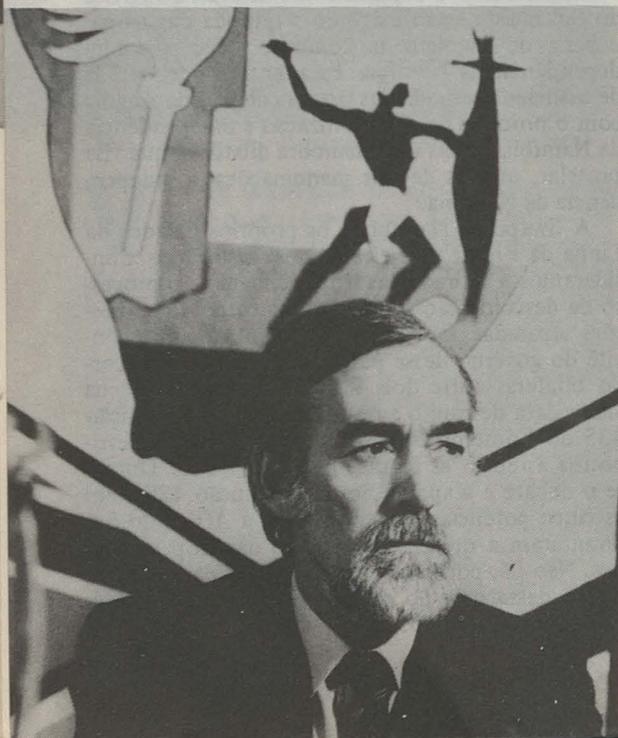
Na escolha de Lisboa para a realização da Conferência sugerida no ICSA pela parte portuguesa a par de sugestões análogas de outros países da Europa Ocidental, pesou significativamente uma outra iniciativa portuguesa. No momento da agressão sul-africana a território angolano em setembro de 1981, o Movimento Português contra o *Apartheid* e outras associações cívicas propuseram, com efeito, uma Conferência de Emergência de Solidariedade com a RPA, em Lisboa.

A Revolução do 25 de abril de 1974, o processo de descolonização a que deu origem, o relacionamento privilegiado de Portugal com a África, não foram estranhos à escolha de Lisboa para a efetivação de tão importante encontro.

Na verdade, Portugal reuniu as condições ideais para garantir o êxito de uma tal iniciativa, não só por estar em condições de melhor compreender a situação na África Austral, mas também por ser a porta de entrada para o Ocidente quer se situe na Europa quer se situe nas Américas.

À Conferência assistiram representantes de 27 governos (num total de 22 ministros), os órgãos pertinentes das Nações Unidas, a Organização de Unidade Africana, 159 outras organizações governamentais e não-governamentais, Organização Anti-*Apartheid* e de Solidariedade e personalidades de relevo. É de se destacar que as delegações da

Vítor Alves: erradicar definitivamente o racismo



* Membro do extinto Conselho da Revolução e atualmente conselheiro do presidente Ramalho Eanes, o tenente-coronel Vítor Alves exerceu o cargo de presidente da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente

Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano) da Namíbia e do Congresso Nacional Africano (ANC) foram dirigidas pelos seus respectivos presidentes. A oposição direta e frontal de Pretória à Conferência não é de estranhar, aliás bem visível nos comentários que vieram à tona em certa imprensa portuguesa, reproduzindo congêneres sul-africanas¹.

A importância da Conferência residiu no fato de a problemática de uma região crucial para a segurança e a cooperação internacionais, a África Austral, ser submetida na presente conjuntura e de forma global à opinião pública na Europa Ocidental. E de forma global, na medida em que foi pela primeira vez analisado o problema de Estados independentes e soberanos estarem a braços com uma guerra não declarada por parte da África do Sul, perante a relativa passividade da Comunidade Internacional.

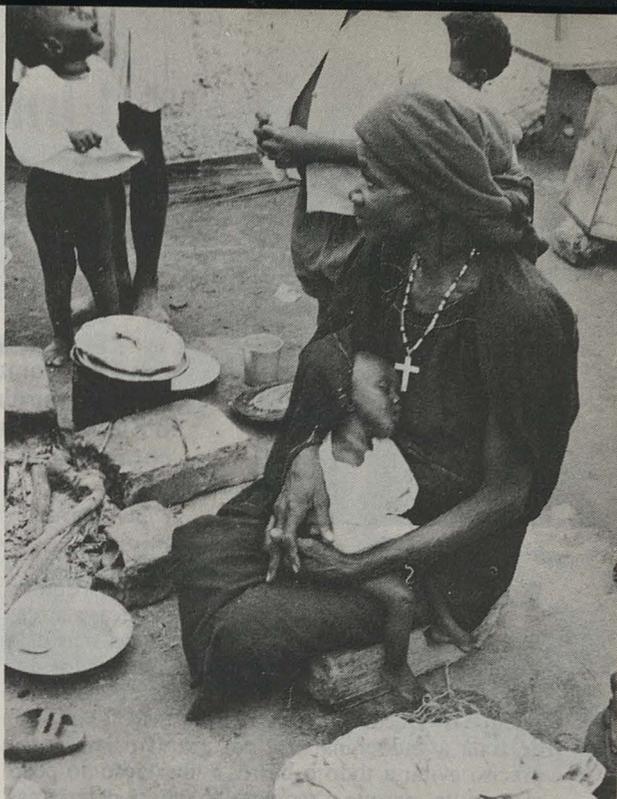
Alertar a opinião pública internacional

Os documentos públicos finais adotados resumem-se a uma "Declaração Final" dos participantes da Conferência e à implementação do "Programa de Ação de Lisboa". Traduzem a somatória das intervenções havidas ao longo de três dias de debate e participação, constituindo não só um apelo à solidariedade moral, política e diplomática para com os Estados da Linha da Frente, mas também um convite a formas concretas de apoio econômico e cooperação com esses Estados, no seu esforço de reconstrução nacional e no interesse da paz mundial.

O tempo urge na África Austral, fundamentalmente por quatro razões:

— pela deterioração da situação econômico-social e da própria segurança dos Estados da Linha

¹ A negativa do PS português a comparecer à Conferência foi decisiva para a neutralização de partidos congêneres europeus em especial, PSF, PSI, PSOE, SPD e Partido Trabalhista Inglês e outros que não se fizeram representar para não ficarem em oposição frontal ao próprio secretário-geral do PSP.



A guerra não declarada da África do Sul contra Estados independentes foi analisada em Lisboa

da Frente e pelos incalculáveis sofrimentos humanos devidos à constante violação dos mais elementares Direitos do Homem e dos Povos praticada pelo regime do *apartheid*;

— pela escalada da guerra não declarada de agressão levada a cabo contra os Estados da Linha da Frente pondo em causa não só a própria estabilidade na África, como a própria paz mundial;

— pela necessidade urgente de se encontrar uma solução política para a independência da Namíbia na base das resoluções das Nações Unidas;

— pela necessidade de erradicar definitivamente a prática opressiva da discriminação racial, como contrária à própria natureza humana. ●

PALAVRA DE UM EX-PRESIDENTE

Antigo presidente da República e membro destacado do movimento da paz em Portugal, o marechal Costa Gomes foi um dos participantes desta Conferência de Solidariedade com os Países da Linha da Frente:

"Foi um sucesso. Apesar de toda a oposição que a direita e o Partido Socialista lhe fizeram. E foi um sucesso não apenas pelo número de representações dos países africanos e asiáticos, mas igualmente pela qualidade dessas representações, constituídas por altos dirigentes dos países. Isso demonstra a importância que lhe foi atribuída. Como sublinhou o secretário-geral das Nações Unidas foi muito oportuna porque o problema da Namíbia tem de ser resolvido o mais rapidamente possível."



A Linha da Frente e a "teoria dos dominós"

Em 1976, cinco Estados da África Austral agruparam-se numa frente, à qual o Zimbabue se associou em 1980. Objetivo: coordenar as ações contra o poder racista

Lígia Chaves

Uma das justificações que os Estados Unidos apresentaram para a sua presença maciça, para os seus morticínios, para as suas destruições no Vietnã, foi a chamada "teoria dos dominós". Com essa expressão, Washington queria dizer que a "queda" do Vietnã arrastaria a "queda" de toda a Indochina. Ou, por outras palavras, era preciso evitar, a todo o custo, a libertação do povo vietnamita, porque o movimento não se deteria nas fronteiras desse país: toda a Indochina conheceria o mesmo destino histórico.

Assim aconteceu. Por fatalidade da história? Uma coisa é certa: quem testemunhou a guerra da Indochina, dia a dia, através das informações que dali vinham, chega a uma conclusão: na sua ânsia de evitar a queda dos dominós, os Estados Unidos contribuíram poderosamente para que eles fossem abatidos num instante.

Essa teoria dos dominós tem, ao menos, dois méritos: o primeiro está exatamente no fato de constituir um fator de precipitação dos acontecimentos que procura evitar; o segundo reside em demonstrar, aos olhos de todos, que o próprio imperialismo não alimenta quaisquer ilusões sobre a força das suas posições. O imperialismo tem consciência de que as suas pedras são dominós em equilíbrio instável e que basta a queda de uma para arrastar as que lhe estão próximas.

A sociedade capitalista, sobretudo na forma que assume na África Austral, é tipicamente esquizofrênica. Ali o bastião da civilização ocidental é a negação mais total dos valores supostamente defendidos por essa mesma civilização. Desse modo, não existe da parte do sistema capitalista e das potências ocidentais, coniventes na exploração das riquezas da África Austral, qualquer capacidade de atração para os seus próprios valores. Impossibilitadas de pregar o racismo, o *apartheid*, a exploração desenfreada, advogam vagos princípios de li-

berdade e antitotalitarismo, para justificarem um domínio cuja crueza nada pode mistificar.

Essa contradição conduz ao recurso sistemático à violência, por exaustão de todos os meios persuasivos.

É precisamente isso que se passa em relação ao Ocidente e à África do Sul. Todo o mundo condena o regime de *apartheid*, defende a libertação dos povos da Namíbia e da África do Sul, mas não tem mostrado força suficiente para se opor à violência generalizada a que Pretória, Washington e seus cúmplices recorrem como último meio de salvaguardarem o seu domínio.

A ameaça

Durante cerca de 20 anos, a África do Sul conseguiu manter-se como barricada face às independências que vieram recobrando o continente a partir do norte. Angola, Moçambique, Rodésia (atual Zimbabue), Namíbia constituíam um sólido muro de contenção. As brechas abertas nesse muro — o Botsuana — ou estavam completamente cercadas e portanto obstruídas, não constituindo uma ameaça séria, ou ficavam muito acima da linha principal, incapazes elas também de ferirem diretamente o leão branco (Zâmbia e Tanzânia).

Contudo, os cálculos falharam. Zâmbia e a Tanzânia, deram uma valiosa contribuição à libertação dos países vizinhos. A "queda" de dois "dominós" fundamentais para o poder branco alterou bruscamente os dados da situação. Referimo-nos à independência de Angola e de Moçambique. Como se sabe, não tardou que outro "dominó" caísse: o Zimbabue. E, de repente, o muro de contenção atinge as próprias fronteiras da África do Sul. Essa vastíssima área que separava o poder branco da chamada "África Negra" reduz-se, de um momento para o outro, ao território da Na-



Sessão de encerramento da Conferência de Lisboa: unânime condenação ao regime do *apartheid*

míbia, precisamente o ponto mais fraco, sob o aspecto moral e jurídico, do colonialismo na África Austral.

O Botsuana, até então praticamente imobilizado e paralisado na sua situação de "sanduíche" entre dois colossos brancos, adquire uma nova liberdade, uma nova margem de manobra, e entra, apesar de todos os condicionamentos, no concerto das nações ativamente anti-*apartheid*. O reino encravado do Lesoto, um quase "bantustão", afirma também a sua voz independente.

Em certo sentido, toda a África é uma Linha da Frente. Porque o conflito na África Austral, se repercute mais direta e mais violentamente nos países da Linha da Frente e no Lesoto, condiciona também a sobrevivência da paz e da independência no resto do continente. Exemplo flagrante disso é o que se passa com a Organização da Unidade Africana (OUA), com a penetração de Israel, com a luta de interesses franco-americanos, com as bases no Quênia e na Somália, com a militarização do Índico, com as tentativas revigoradas da criação institucional do Pacto do Atlântico Sul, com o alargamento pretendido da área de ação da Organização do Atlântico Norte (Otan).

Mas indiscutivelmente são os países vizinhos da África do Sul aqueles que mais pesado tributo pa-

gam para que a causa da libertação dos povos saia vitoriosa.

A Zâmbia começou por ser vítima do apoio prestado à Frente Patriótica (Zanu-Zapu) que lutou pela libertação do Zimbabue. Agora, o apoio à Swapo da Namíbia e ao Congresso Nacional Africano são o pretexto para uma guerra econômica, militar e política contra os Estados da Linha da Frente e o Lesoto.

Coordenar ações

Conscientes de que uma nova etapa histórica se abria com a libertação de Angola e Moçambique, cinco Estados da África Austral constituíram-se em 1976 em Linha da Frente. Objetivo: coordenar as ações conjuntas dos países agredidos pelo poder branco (de Pretória e a então Salisbury).

A Linha da Frente teve um papel importantíssimo na independência do Zimbabue, em 1980. Além do apoio direto, os quatro países coordenaram a sua ação, opondo-se firme e unanimemente a todas as manobras tendentes a impor uma solução neocolonial ao povo do Zimbabue. A sua atitude firme conduziu ao isolamento do regime branco de Ian Smith e acabou por levar de vencida todos os planos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e das

potências ocidentais para escamotear a verdadeira independência desse Estado. A partir da sua libertação, o Zimbábue junta-se, por sua vez, à Linha da Frente.

A questão mais imediata que agora se coloca na África Austral é a da libertação da Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul. Embora a Namíbia tenha ficado desde 1966 sob administração direta da ONU, embora a Swapo tenha sido reconhecida desde 1973 como única e legítima representante do povo namibiano, embora exista desde 1978 um plano para a independência plena da Namíbia, o certo é que a situação de gritante ilegalidade permanece. O território continua sob real administração da África do Sul.

Mas desde a independência de Angola, a Swapo conta, pela primeira vez na história da sua luta, com uma retaguarda, fato que altera qualitativamente os dados da situação.

Não surpreende que o maior peso da agressão sul-africana recaia sobre a República Popular de Angola, neste momento parcialmente ocupada por tropas racistas, que, conjuntamente com bandos fantoches, prosseguem uma guerra sistemática militar e econômica contra o regime de Luanda.

Embora Angola e os demais Estados da Linha da Frente se disponham a dialogar e tenham mesmo encetado já conversações diretas com Pretória e com Washington, a política de "bastonada" continua.

A exploração das dificuldades herdadas do colonialismo, a sistemática sabotagem, as destruições de vidas e haveres visam forçar os angolanos a abandonarem o apoio à Swapo. Fazendo intervir no processo uma questão completamente alheia ao problema — a presença de tropas cubanas no território angolano, tropas cuja colaboração a RPA solicitou no pleno uso da sua soberania e exercendo o direito de autodefesa — Washington e Pretória recorrem a manobras dilatórias para camuflar a sua recusa à independência da Namíbia. Por outro lado, procuram explorar as divergências ideológicas porventura existentes nos Estados da Linha da Frente, tentando convencê-los de que a solidariedade com Luanda e a Swapo representa uma submissão aos interesses soviéticos... Finalmente, tentam isolar o regime de Luanda dos que verdadeiramente apoiaram a sua independência desde a primeira hora.

As armas

Os Estados da Linha da Frente constituem, em termos econômicos e militares, um inimigo que Pretória e Washington não conseguirão derrotar, mas ao qual podem ainda infligir duros golpes.

No plano econômico, e, citando a Declaração de Lusaka, de abril de 1980, "a África Austral de-

pende da República da África do Sul como um ponto central de transportes e comunicações, um exportador de bens e serviços e um importador de bens e mão-de-obra barata". Essa dependência resulta do fato de os nove Estados e o território ocupado da Namíbia terem sido "deliberadamente incorporados em diversos graus pelas metrópoles, potências coloniais e subcoloniais, centrados, de uma maneira geral, na República da África do Sul", sem que nessa estratégia de integração econômica tivessem sido considerados "o desenvolvimento das economias nacionais como unidades equilibradas e ainda menos o bem-estar do povo".

Essa situação de saturação dos países da África Austral em relação a Pretória é entendida pelos Estados da Linha da Frente como um obstáculo maior à sua luta e ao apoio aos movimentos de libertação. Por isso, esses Estados decidiram criar em abril de 1980 em Lusaka, conjuntamente com outros países da área, a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral (SADCC). (Ver cadernos nº 30).

Os principais objetivos desta Conferência são: 1) reduzir a dependência econômica, particularmente em relação à África do Sul; 2) estabelecer vínculos que criem uma interação genuína e equitativa da região; 3) mobilizar recursos para promover a implementação das políticas nacionais, interestatais e regionais; 4) agir concertadamente para garantir a cooperação internacional no quadro da estratégia comum para a libertação econômica.

Jogando com essa situação estrutural da economia da África Austral, agravando-a com sabotagens e agressões econômicas, dilapidando-a com o estado de guerra permanente, a África do Sul e o Ocidente têm um trunfo para arrancar muitas concessões, para enfraquecer grandemente a retaguarda dos movimentos de libertação. Até agora, isso não foi conseguido, apesar de todas as pressões.

Os princípios básicos para a solução dos problemas da África Austral foram, uma vez mais, reafirmados na Conferência de Lisboa.

A aplicação real, efetiva, das sanções decretadas contra Pretória, o cumprimento da resolução 435 sobre a Namíbia, o respeito pela não espoliação dos recursos desse território tornariam a luta muito mais fácil, colocando a África do Sul na obrigação de dialogar em posição de igualdade com os seus vizinhos e de aceitar a instauração de uma paz justa na África Austral.

Mas tudo isto depende em grande medida da posição de certas forças ocidentais face à teoria dos "dominós". Da lucidez do Ocidente depende que a queda dos "dominós" seja explosiva — com todos os males daí decorrentes — ou suave, pacífica, apoiada também pelas forças progressistas ocidentais. Para bem da paz. Para bem do próprio Ocidente. ●



África do Sul

A presença militar

A participação cada vez mais ativa das forças armadas parece demonstrar que o caminho para a ditadura está delineado*

O dispêndio militar na República da África do Sul subiu em flecha nas duas últimas décadas — de 72 milhões de *rands* em 1961 para três bilhões de *rands* em 1981. Durante este período, os gastos para a defesa exigiram uma proporção crescente das verbas atribuídas; o orçamento de março de 1982, por exemplo, aumentou os gastos para a defesa em mais 8% em relação ao ano anterior. No mesmo período, a Força de Defesa Operacional cresceu de 12 mil para 200 mil membros enquanto a força total cresceu de 79 mil para 515 mil.

A força policial, que sempre foi parte integrante da Força de Defesa, aumentou os seus efetivos de 26 mil em 1961 para 72 mil em 1981.

O alistamento no serviço militar dos sul-africanos brancos passou a ser obrigatório desde 1967, mas com as crescentes lutas de libertação na África do Sul e na Namíbia, o período de serviço aumentou consideravelmente. A legislação em curso no parlamento branco indica que os alistados são obrigados a prestar serviço por um período de dois anos, em tempo integral, na Força de Defesa. A isso se seguirá, por um longo período de 12 anos, prestações de serviço anuais alternantes, de um a três meses. Foi recentemente aprovado, o treino militar obrigatório para todos os brancos até a idade de 55 anos, juntamente com o alistamento de indianos e de sul-africanos de cor.

Uma indústria militar própria

Desde o massacre de Sharpeville, em março de

* Este texto retoma algumas das considerações elaboradas pelo Congresso Nacional Africano (ANC) num documento apresentado à Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, sob o título: "A guerra na África Austral"



África do Sul: assegurar a auto-suficiência de armamento

1961, e dada a crescente exigência por parte da comunidade internacional (através do Conselho de Segurança da ONU) de um embargo de armas a Pretória, o regime do *apartheid* iniciou uma estratégia dupla.

A primeira, ligada à compra do mais sofisticado armamento e sistemas de terra, mar e ar, juntamente com tecnologia de apoio, licenças, patentes técnicas e peritos com conhecimentos especializados.

A segunda dessas estratégias está ligada com o desenvolvimento na África do Sul de um complexo militar-industrial para assegurar, tanto quanto possível, a auto-suficiência em armamento.

O primeiro desses objetivos começou a ser realizado com a ativa colaboração dos países da Otan, em primeiro lugar, enquanto que o segundo começou a ser posto em execução com o estabelecimento da Corporação de Armamentos Sul-Africanos — Armscor.

Nos cinco anos desde que foi implementado o

embargo de armas pela ONU, cerca de 630 milhões de rands foram gastos no aumento da capacidade da Armscor. Os seus meios incluem oito grupos econômicos de que é plena proprietária, com 15 grandes fábricas e capital avaliado em 1,55 bilhão de rands.

Enquanto que há dez anos só um terço do armamento era produzido internamente, hoje afirma-se que mais de 90% dos pedidos das forças militares e militarizadas do *apartheid* são satisfeitos pela Armscor. À volta deste monopólio de Estado cresceu um vasto complexo militar-industrial. Cinquenta companhias privadas são as principais clientes da Armscor; cerca de 400 outras estão envolvidas na manufatura e fornecimento de componentes, enquanto outras mil firmas fornecem peças relacionadas com armamento. Só a Armscor emprega cerca de 28 mil trabalhadores, e estima-se que as companhias envolvidas nesta rede empregam mais de 100 mil operários.

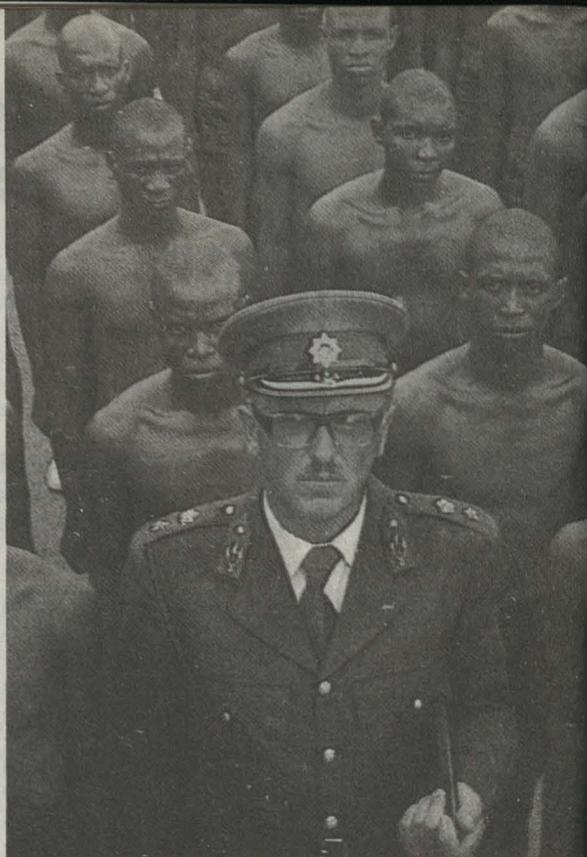
A Armscor não só se tornou o principal fornecedor de armas às forças militares e militarizadas do *apartheid* como constitui hoje um agente ativo no mercado de armas internacionais na qualidade de vendedor. Nos finais de 1982, o diretor da Armscor revelou que o objetivo projetado da corporação para os próximos cinco anos era aumentar cinco vezes as exportações, uma meta que ele avaliava entre 100 e 150 milhões de rands.

Outro aspecto da estratégia de "desenvolvimento" da corporação foi a transição para a concepção e produção de armas mais sofisticadas, particularmente veículos blindados especialmente concebidos para determinados objetivos, armas pesadas, artilharia, aviação, equipamento de radar e força naval. Os resultados até agora obtidos resultaram no desenvolvimento e produção do carro de combate *Olifante* e da autometralhadora *G-6 155mm*.

A acumulação nuclear

Não podem hoje restar dúvidas de que o regime sul-africano dispõe de capacidade no campo das armas nucleares juntamente com um sistema sofisticado de lançamento. Em setembro de 1979, satélites dos Estados Unidos e da União Soviética identificaram uma explosão nuclear no Atlântico Sul, perto da África do Sul, e provas posteriores demonstraram a responsabilidade do regime de Pretória (ver cadernos nº 30). É digno de atenção a este respeito ter um documentário da televisão britânica sugerido que o engenho pode ter explodido por meio de um sistema fornecido pela Corporação de Investigação Espacial de Vermont da fronteira dos Estados Unidos com o Canadá.

É a partir de 1965 que o regime sul-africano envereda por um programa deliberado de desenvolvimento nuclear. Juntamente com a Namíbia, a Afri-



O regime de Pretória sustenta-se no militarismo e na repressão

ca do Sul possui cerca de 17% das reservas mundiais conhecidas de urânio. Sem a ativa colaboração dos países ocidentais, em especial da Alemanha Federal, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, esse programa nunca teria sido iniciado. Possibilitou-o uma assistência financeira, técnica e tecnológica maciça. Cientistas e engenheiros treinados nos países ocidentais com experiência nesse campo entraram nos serviços do Conselho para a Investigação Científica e Industrial (CSIR), com a responsabilidade de desenvolver a indústria nuclear do país. A África do Sul possui hoje dois reatores nucleares de pesquisa, uma fábrica de enriquecimento de urânio e dois reatores nucleares produtores de energia, em Koeber, perto da Cidade do Cabo.

A linha divisória entre o uso militar e civil da energia nuclear é, na melhor das hipóteses, muito precária, e a alegação da África do Sul de que é motivada apenas pelo uso civil foi inteiramente desmentida pela explosão nuclear de 1979. Em nenhum momento o regime do *apartheid* tem desejado abrir a sua fábrica de enriquecimento de urânio à inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica, nem tampouco tem mostrado qualquer interesse em assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.



A comunidade negra rebelde-se contra um sistema que a oprime, discrimina e explora



Um Estado militarista

Talvez a característica mais surpreendente do Estado sul-africano seja a predominante influência dos militares no seio dos órgãos de decisão e ação política.

Desde a subida ao poder de P. W. Botha, o antigo ministro da Defesa, e a nomeação do general Magnus Malan como ministro da Defesa, o papel do parlamento, predominantemente branco, tem sido sistematicamente desfigurado. Botha, como primeiro-ministro, e considerado como o futuro presidente, dadas as alterações constitucionais propostas, disporá de poderes que serão totais e ficarão fora do controle das estruturas do poder branco presentemente em funcionamento. Embora o vasto aparelho estatal tenha sido drasticamente reduzido, foi criado um certo número de comissões ministeriais, dependendo do gabinete do primeiro-ministro. A tomada de decisões e a direção da

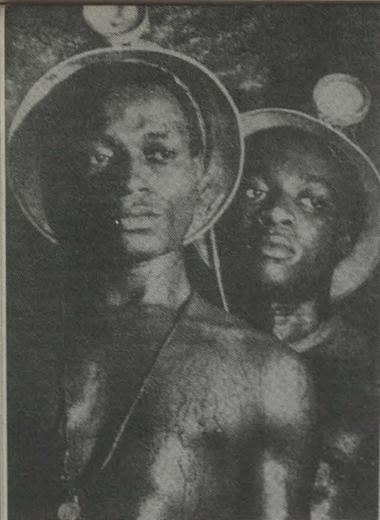
orientação política foram entregues a essas comissões.

O governo pelo parlamento exclusivamente branco, foi agora substituído pelo governo através de comissões ministeriais. No centro desse sistema de comissões está o Conselho de Segurança do Estado — o SSC — que é responsável, em última análise, por todas as principais decisões políticas. Sete dos nove membros que integram o SSC são ou foram efetivos da Força de Defesa da África do Sul.

Essa concentração de poder político nas mãos dos militares representa, *de facto*, a transformação do Estado sul-africano num regime militar com poderes alargados a todos os aspectos do funcionamento do *apartheid* — políticos, militares, econômicos, ideológicos, sociais e culturais. O funcionamento do Estado, incluídas as políticas interna e externa, é guiado pela doutrina da “estratégia total”, anunciada em primeira mão no “Livro Branco da Defesa” de 1977 quando P. W. Botha era ainda ministro da Defesa. É sintomática nesse sentido a declaração do general Jack Dutton, embaixador da África do Sul no Chile:

“... a necessidade da aplicação da estratégia total parece favorecer um sistema de comando unificado, e planejamento central conjunto... A organização convencional dos sistemas democráticos, por via de regra, não se presta a esses procedimentos”.

Ninguém duvida da não-democraticidade do sistema racista da África do Sul. Porém a declaração de Dutton sublinha o domínio de uma solução militar para a crescente crise que aflige o regime do *apartheid*. A aplicação da “estratégia total” implica que a dominação branca é incapaz de se manter na sua velha forma política. A África do Sul não só se armou até os dentes com armas convencionais sofisticadas e potencial capacidade de ataque nuclear, como, com a reorganização do Estado, demonstrou ter aberto caminho à implantação de uma ditadura militar, tão cedo surja essa necessidade. ●



Oliver Tambo:

“O povo não se amedronta”

O líder do Congresso Nacional Africano (ANC) explica a estratégia da luta contra o regime instalado no seu país

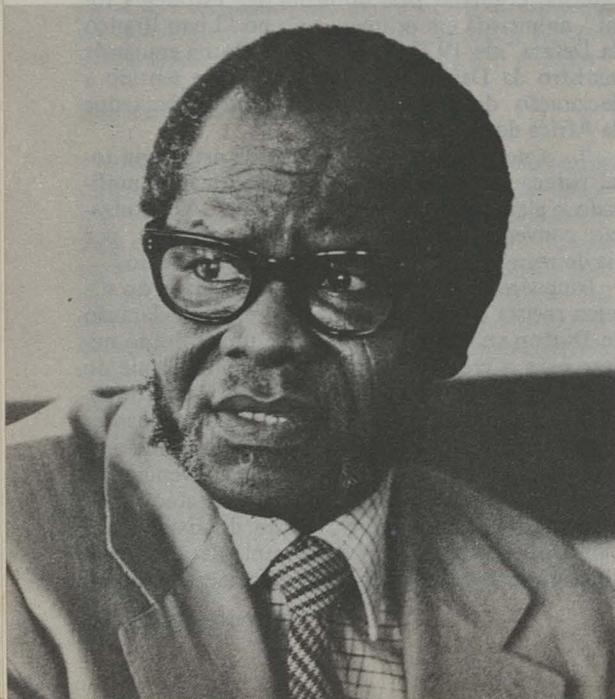
Carlos Pinto Santos/Carolina Quina e
Baptista da Silva

Numa entrevista exclusiva, o dirigente máximo do ANC, Oliver Tambo, refere-se à posição do seu movimento em relação à comunidade branca e mestiça e critica as atitudes do Grupo de Contato.

Quais as perspectivas da luta na África do Sul? Há possibilidade de se desenvolver uma luta armada num país com as características da África do Sul?

— Como sabem, a nossa luta tem como objetivo a realização dos princípios contidos naquilo a que nós chamamos a “Carta da Libertação”. Esta define claramente a África do Sul que nós combatemos, reitera a total e completa rejeição do re-

Oliver Tambo: “o regime sul-africano não sobreviverá”



gime do *apartheid*, propondo profundas alterações para o povo sul-africano. Aí defendemos uma África do Sul para o povo do nosso país como um todo, independentemente de sua raça ou religião. Esse país que defendemos não se assentaria em bases raciais, teria um governo do povo em que a maioria prevalecesse sobre a minoria. Colocaríamos as riquezas do país a serviço de todos, em clara oposição à situação de hoje, em que elas estão concentradas apenas nas mãos de alguns, enquanto que a maioria morre de fome e sofre de graves doenças em resultado da má nutrição...

Combateremos qualquer manifestação racista e desenvolveremos relações políticas de amizade e cooperação com os países vizinhos. Daí que sendo o nosso objetivo a tomada do poder, tenhamos hoje que enfrentar a oposição por parte daqueles que o detêm e disputam os privilégios.

Quais seriam os caminhos para a tomada do poder?

— Do nosso ponto de vista, a luta tem de ser o resultado da combinação da ação política de massas — incluindo as ações desencadeadas pelas massas trabalhadoras que são o pilar da nossa economia — com a luta armada.

Nós combinamos esses dois níveis de luta, encara esta como uma guerra permanente e articulada contra a situação que se vive na África do Sul. O ramo responsável pela luta armada assume progressivamente uma posição dominante, já que a atividade de resistência política é quase tão antiga como o próprio ANC.

A luta armada é um novo ramo que tem de ser desenvolvido nos seus diferentes níveis, e essa ofensiva coordenada pode ter um efeito e um impacto decisivos no próprio sistema sul-africano. Pensamos que o regime não sobreviverá se esta combinação de ações — política e militar — vier a

alcançar um alto grau de coordenação.

A participação dos brancos

Qual o grau de participação dos brancos nessa luta por uma nova sociedade sul-africana?

— Procuramos esclarecer os membros da comunidade branca de que os seus interesses repousam na sua auto-identificação com a luta desenvolvida pelo Congresso Nacional Africano (ANC). As respostas aos nossos esforços têm sido muito encorajadoras e expressam-se principalmente pelas manifestações verificadas no seio da juventude que começa a interrogar-se a si própria: “qual o sentido de darmos a nossa vida em nome de um sistema que, no fundo, não apoiamos?” Não se estranhe, pois, que se verifiquem muitas deserções no exército. Muitos desses jovens abandonam pura e simplesmente o país.

Embora exista já uma forte corrente de adesão por parte da população branca à causa da libertação, fácil é constatar que se manifesta uma grande pressão e intimidação contra todos aqueles que são acusados de “estarem traindo o futuro dos brancos”. Existem, no entanto, condições que nos permitem prever que, no futuro, essa corrente aumentará e se aprofundará.

Uma enorme ratoeira!

Não acha que o novo estatuto jurídico dos mestiços na África do Sul — introduzido com a nova Constituição — possa representar uma quebra na unidade de luta contra o apartheid?

— É, de fato, uma ameaça, um “complô” contra a unidade da luta. Mas o povo em geral entendeu o sentido da medida e está lutando para vencer o objetivo do inimigo. Porém, alguns dos líderes da comunidade mestiça, num primeiro momento, caíram na ratoeira, não perceberam que o objetivo da medida era dividir a população mestiça e criar uma situação de potencial divisão entre negros, mestiços e indianos.

Isso foi, no entanto, ultrapassado tendo-se verificado um movimento, como nunca se vira antes, no sentido da unidade, da consolidação dessa unidade. E mesmo aqueles que, num primeiro momento, apoiaram a medida, começam a considerar que caíram em um erro.

A ineficácia do Grupo de Contato

Pensa que as conversações existentes entre os Estados da Linha da Frente e as autoridades de Pretória poderão vir a ter reflexos na luta no interior da própria África do Sul?

— Não. As conversações entre os Estados africanos e o regime de Pretória nada têm a ver com a

luta no interior da própria África do Sul. Têm a ver antes com problemas que afetam esses Estados e que são provocados pelo regime sul-africano.

Do nosso lado, estamos certos de que, nas negociações, os Estados africanos saberão defender as posições de princípio e não se envolverão em nada que possa diminuir o desenvolvimento da luta de libertação na África Austral.

Em relação à questão da independência da Namíbia, o que pensa daquilo que tem sido a atuação do Grupo de Contato?

— O mínimo que se pode dizer é que o grupo tem atuado de forma ineficaz. Tem apoiado o regime sul-africano e tem lhe servido de “guarda-costas”, fato que explica porque a Namíbia ainda não está independente. É o caso dos Estados Unidos, que não cumprem a Resolução 435 das Nações Unidas.

O grupo foi criado com o objetivo de se ocupar exclusivamente da questão da Namíbia e pressionar a África do Sul. Mas o fato é que só fizeram isolar a Namíbia da comunidade internacional. O papel desenvolvido pelo Grupo de Contato é motivo de preocupação.

A 9 de dezembro último, o Lesoto foi cenário de mais um sangrento massacre lançado pelo exército sul-africano. A África do Sul nunca hesitou em raptar ou assassinar membros do ANC nos Estados vizinhos independentes, com especial predileção pelos dirigentes da luta anti-apartheid — aquilo que os porta-vozes de Pretória apelidam de “peixe graúdo”. E, no entanto, você foi a Maseru prestar uma derradeira homenagem às vítimas. Qual o verdadeiro significado desse gesto?

— Fui, porque a nossa gente tinha sido barbaramente assassinada e era necessário que eu me deslocasse para lhes prestar essa última homenagem em nome do Congresso Nacional Africano e em nome também do povo da África do Sul.

Fomos, juntamente com muitos milhares de outros elementos, prestar uma última homenagem a todos esses jovens que foram massacrados... e cujo único crime era serem — ou suspeitou-se que seriam — membros do Congresso Nacional Africano.

Não há lugar algum que não seja perigoso nesta luta em que estamos empenhados — e não podemos estar longe dos Estados da Linha da Frente e, ao mesmo tempo, querer dirigir a luta.

A luta é perigosa mas o nosso povo não se encolhe ou se amedronta com a perspectiva da morte. Ela tem-nos acompanhado desde sempre — lembremos como os jovens de Soweto enfrentaram as balas com pedras, como improvisaram escudos com simples tampas de caixotes de lixo. Tanto o “peixe graúdo” como o “peixe miúdo” continuam esse combate pela dignidade. A luta continua! ●

A SOLIDARIEDADE SE BASEIA NO CONCRETO

● Jameson Mothibamele, vice-ministro do Poder Local de Botsuana, afirmou que o aparelho de segurança sul-africano vai muito além das suas fronteiras. Os patriotas são perseguidos, mutilados e assassinados nos campos de refugiados nos países vizinhos.

● Por sua vez d. Lisulo, membro do Comitê Central do Partido Unip da Zâmbia, afirmou: "Na Zâmbia não estamos interessados na retórica nem em resoluções infundáveis que terminem em palavras-de-ordem, nós pretendemos ações concretas".

● "Não há força, por poderosa que seja, que possa parar a maré da revolução. Não há exército, por forte que seja, capaz de impedir a força de um povo que se quer libertar", salientou Frederick Shava, ministro da Mão-de-Obra e Desenvolvimento do Zimbábue. Ressaltou que a África do Sul espera em vão que os países da Linha da Frente quebrem as suas alianças revolucionárias com os povos em libertação da África do Sul e da Namíbia. E, concordando com a análise feita por Joaquim Chissano, de que a internacionalização do conflito é da responsabilidade da África do Sul, salientou: "Há diferença entre países que se vêem forçados a negociar comercialmente com a África do Sul (os países da África Austral) e aqueles que, fora da área, não têm necessidade e mesmo assim negociam".



Salim Salim

● "A mais alta aspiração do pensamento do nosso tempo é a da libertação do oprimido, do opressor", diz Salim Salim, ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia. Salim Salim alertou para o fato de que "alegar a existência de tropas cubanas em Angola para impedir a independência da Namíbia é uma tentativa de ter a liberdade do povo da Namíbia como refém e atacar a soberania do povo angolano. Ao insistirem nesse caminho, os Estados Unidos fornecem mais argumentos para a intransigência da África do Sul".

● V. Makhele, ministro do Desenvolvimento Rural do Lesoto, em nome do governo do seu país, afirmou: "Continuaremos a dar o nosso auxílio humanitário às pessoas a quem é negado o estatuto de cidadãos no seu próprio país. Ainda que sejamos atacados dia e noite, continuaremos a apoiar a luta pela liberdade e pela dignidade humana nessa região. Os ataques de que somos vítimas apenas nos dão mais determinação".

Refutando as acusações de Pretória, segundo as quais o território do Lesoto abrigaria campos de treinamento dos combatentes do ANC, Makhele concluiu: "A África do Sul é ameaçada apenas pelo povo negro da própria África do Sul".

PAULO JORGE: "O SUCESSO DA CONFERÊNCIA FOI A MELHOR RESPOSTA AO BOICOTE"

"Lamento que na base das manobras do fracassado boicote a esta Conferência de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente estivessem alguns que se deveriam identificar com a luta dos nossos povos, se quisessem ser coerentes com os princípios que proclamam. No entanto, o alto nível de muitas delegações, vindas de todos os lados, e que cobriam um vastíssimo leque po-

lítico-partidário — e o próprio sucesso da Conferência — foram a melhor resposta a essas manobras", afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros angolano Paulo Jorge, ao referir-se às tentativas para fazer fracassar a Conferência de Lisboa.

"É óbvio — prosseguiu Paulo Jorge — que qualquer iniciativa que tenha por finalidade apoiar os movimentos de libertação e os Estados da Linha da Frente, que constituem a sua retaguarda segura, deva sofrer por parte dos Estados Unidos e seus aliados, todo o tipo de sabotagens e pressões. Mas sem efeito desta vez: o papel nefasto que os Estados Unidos desempenham no contexto internacional foi claramente denunciado pelos participantes da Conferência. Conseguiu-se chamar

CHISSANO: A LUTA DO ANC FAZ-SE NO TERRITÓRIO SUL-AFRICANO

□ “Na África do Sul os negros, por serem negros, são mantidos sob a mais dura condição de opressão, repressão, humilhação e desrespeito total dos direitos e liberdades fundamentais do homem”, afirmou, durante a sessão solene de abertura da Conferência, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano. Anteriormente, Chissano fizera um breve apanhado sobre o percurso seguido pelo seu país desde a luta contra o colonialismo português, até os dias de hoje em que a África do Sul investe no território moçambicano através de grupos de bandidos armados.

“O mineiro sul-africano não tem direito a um lar. É um trabalhador emigrante na sua própria terra. A sua pátria é o bantustão¹ de onde parte para as minas e regressa para se juntar à família. A tortura e o assassinato de estudantes, operários, camponeses, sindicalistas, religiosos que se opõem ao abominável regime, impregnam o cotidiano da vida sul-africana. A mãe negra vive em constante sobressalto e tensão. Nunca sabe se o seu filho regressará da escola. A esposa do trabalhador sul-africano é uma viúva latente. É dominada pelo espectro constante da notícia da morte do marido. A irmã do prisioneiro não é permitido visitá-lo na masmorra racista. Apenas lhe é permitido resgatar o corpo do irmão que os torcionários enforcaram e a quem passaram uma certidão de óbito por suicídio.”

Em seguida, Chissano fez uma resumida análise



Joaquim Chissano

se dos métodos utilizados pela África do Sul em cada um dos países da Linha da Frente. Como justificativa para as suas ações, a África do Sul alega hipotéticas bases do ANC nos diferentes territórios estrangeiros. Porém o ministro Chissano assinalou: “A base do ANC é o território sul-africano. Aqui é que vive o ANC. Os combatentes da liberdade são os mineiros sem remuneração, os camponeses sem terra. São os estudantes que se negam a falar o afrikander² nas escolas. Em suma, a base do ANC é o povo, que reivindica as liberdades democráticas, que rejeita o apartheid, que exige que a África do Sul seja a pátria de todos os sul-africanos sem distinção da cor da pele”.

¹ bantustão: chama-se assim o pedaço de território sul-africano no qual Pretória força uma pseudo-independência e onde os membros da majoritária comunidade negra do país são obrigados a residir.

² afrikander: língua de origem holandesa falada na África do Sul, pela população branca.

as coisas pelo seu próprio nome.”

Em relação ao problema da Namíbia, o ministro angolano assinalou que a obsessão do governo norte-americano em estabelecer uma ligação (linkage) entre o processo de independência da ex-colônia alemã e a presença de forças internacionalistas cubanas em território da República Popular de Angola é a causa do impasse atual. A rejeição categórica do governo angolano a esta questão é muito clara e foi aliás incontestavelmente assumida pelo continente africano, na recente Cúpula dos Não-Alinhados em Nova Déli e mesmo pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em dezembro último, que numa resolução adotada recusou o linkage. Mas apesar de todas essas claras posições, a administração norte-americana

permanece indiferente, não hesitando em se colocar contra a opinião da comunidade internacional.

Segundo revela Paulo Jorge, a proposta atual do governo de Luanda é a de que o Grupo de Contato se reúna a nível ministerial procurando resolver três aspectos para que se cumpra o plano da ONU conforme a Resolução 435/78 do Conselho de Segurança: a definição do processo eleitoral na Namíbia, a composição final das tropas das Nações Unidas a serem enviadas para o território e o cessar-fogo. Uma vez concluídas estas fases, caberá ao Grupo de Contato remeter o assunto ao secretário-geral da organização que o apresentará ao Conselho de Segurança para a aplicação prática da Resolução 435. (C. P. Santos e Bernard Curet)



Documento

O programa de ação

Resoluções adotadas pelos países participantes da Conferência de Lisboa, quanto às formas de ação conjunta contra a política racista na África Austral

1. OS ESTADOS DA LINHA DA FRENTE SE PROPÕEM A:

a) desmascarar e denunciar o mais amplamente possível os atos de agressão, subversão e sabotagem econômica através dos quais o regime do *apartheid* procura desestabilizar os Estados da Linha da Frente (ELF), do oceano Índico e outros Estados vizinhos;

b) promover e apoiar campanhas nacionais e internacionais:

— para assegurar a retirada imediata e incondicional das forças armadas e dos bandidos do regime do *apartheid* das zonas do sul de Angola que continuam ocupando, violando o direito internacional e a integridade territorial de um Estado soberano;

— em todos os países ocidentais para impedir que o regime do *apartheid* recrute, treine, equipe, financie, forneça informações, apoio logístico aos bandidos armados e mercenários bem como para impedir a sua infiltração em Angola, Moçambique, Zimbábue e Lesoto;

— para desmascarar e denunciar a verdadeira natureza criminosa dos bandidos armados;

— para defender o direito dos ELF a procurar e receber auxílio militar, financeiro e material para frear as incursões no seu território, zona marítima e espaço aéreo e os ataques armados e massacres cometidos pelo exército e força aérea do regime do *apartheid* e pelos bandos armados de mercenários;

— desenvolver ações para que os ELF recebam auxílio humanitário e econômico a longo prazo visando fortalecer a capacidade de defesa da sua independência, soberania e integridade territorial;

— levar a cabo as ações adequadas para obrigar

o regime do *apartheid* a pagar:

1. compensações pelos danos materiais provocados em bens públicos e privados nos ELF; e

2. indenizações pela perda de vidas e danos físicos causados à população.

c) influenciar os governos e as instituições nos países desenvolvidos do mundo para que empreendam programas de auxílio destinados a ultrapassar a herança da exploração colonial e a fortalecer e desenvolver as economias dos Estados da Linha da Frente;

d) exigir que o regime do *apartheid* liberte Nelson Mandela, Toivo Ya Toivo e todos os presos políticos submetidos a restrições, discriminações, castigos e prisões domiciliares, ou que se encontrem detidos ou encarcerados nas prisões;

— exigir que o regime do *apartheid* trate dos combatentes pela liberdade detidos, como prisioneiros de guerra, ao abrigo das Convenções de Genebra de 12.08.49 e do Protocolo Adicional I, de acordo com o parágrafo 17 da Resolução 37/69A da Assembléia-Geral da ONU, de 09.12.1982.

e) desenvolver ações para garantir que nenhum país apoie no seu território elementos nacionais ou dos Estados da Linha da Frente ou outros que, de uma ou outra forma promovem atividades a favor da África do Sul ou dos bandidos armados, contra os Estados da Linha da Frente e os movimentos de libertação.

2. ÁFRICA DO SUL

Isolamento Total do Regime do Apartheid
Mobilizar ações a todos os níveis, incluindo ações de massas:

a) O *apartheid* — Crime contra a Humanidade

— nos países que ainda não o fizeram, garantir que respondam ao apelo contido no parágrafo 15 da Resolução 37/69A da Assembleia-Geral da ONU de 09.12.1982, para que adotem a Convenção Internacional sobre a Supressão e Castigo do Crime do *apartheid*.

b) *Sanções Globais e Obrigatórias*

— nos países que votaram contra a Resolução 37/69A da AG da ONU de 09.12.1982, em que se apelava ao Conselho de Segurança da ONU que impusesse sanções globais e obrigatórias ao abrigo do Cap. VII da Carta, garantir que alterem a sua posição e respondam ao parágrafo 7 da já referida Resolução 37/69A da AG da ONU e ao parágrafo 4 da Resolução 37/69B da AG da ONU de 09.12.1982.

— em todos os países garantir a aplicação plena e incondicional do parágrafo 9 da Resolução 37/69A de 09.12.1982 apelando para medidas separadas e coletivas visando sanções globais contra a África do Sul enquanto o Conselho de Segurança da ONU não tomar medidas.

c) *Embargo de Armas Obrigatório*

em todos os países, em particular naqueles que se abstiverem ou votarem contra as Resoluções 37/69C e D da ONU, de 09.12.1982, agir para que apóiem o apelo da Assembleia-Geral a um embargo de armas mais eficaz e global e contra todas as formas de colaboração militar e nuclear com o regime do *apartheid* da África do Sul.

d) *Embargo Petrolífero Obrigatório*

em todos os países, em especial naqueles que: (1) são sede de transnacionais e transportadoras que fornecem e transportam petróleo e seus derivados para o regime do *apartheid*; (2) são produtores de petróleo e ainda permitem o envio ou venda do seu petróleo ao regime do *apartheid*; garantir o cumprimento da Resolução 37/69J da AG da ONU de 09.12.1982, fazendo assim com que: (a) o embargo petrolífero seja eficaz; (b) se tomem medidas punitivas contra aqueles que vendem ou transportam o petróleo e seus derivados para o regime do *apartheid*.

e) *Investimentos e Empréstimos*

em todos os países, em agências de organizações intergovernamentais e em organizações não-governamentais, visando garantir:

— nenhum novo investimento estrangeiro na África do Sul;

— nenhum novo empréstimo ou crédito à África do Sul;

— revogação ou não renovação de atuais empréstimos ou créditos;

— que não sejam permitidos os investimentos em outros países de empresas transnacionais sul-africanas ou de outras empresas transnacionais com interesses, diretos ou indiretos, na África do Sul.

f) *Esporte e Cultura*

— persuadir os esportistas a todos os níveis a não: (1) tomarem parte em atividades esportivas na África do Sul; e, (2) convidarem ou participarem em encontros com representações sul-africanas fora desse país.

— persuadir artistas de todos os campos, a não atuarem na África do Sul nem se associarem com atuações incluindo sul-africanos que, aberta ou veladamente, apóiam o regime ou o sistema do *apartheid*.

3. NAMÍBIA

Desenvolver enérgicas campanhas pela:

a) retirada imediata e incondicional do regime do *apartheid* do território que continua a ocupar e administrar ilegalmente;

b) aplicação imediata e incondicional do plano da ONU de acordo com a Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU e de outras resoluções;

c) firme denúncia e rejeição da associação ou tentativas de associar a independência da Namíbia com a presença de forças cubanas na República Popular de Angola;

d) crescente apoio político, diplomático, material e militar ao povo da Namíbia, através da Swapo, seu único e legítimo representante;

e) condenação e rejeição da proposta de certas forças conservadoras e reacionárias do Parlamento Europeu para fornecer auxílio de desenvolvimento financeiro e de bolsas de estudo diretamente ao regime de ocupação na Namíbia e aos chamados refugiados angolanos na Namíbia, reconhecendo que a sua concretização resultaria na aceitação da legitimidade do regime de ocupação;

4. INFORMAÇÃO

De forma a pôr em prática o Plano de Ação a nível da comunicação social, torna-se necessário:

a) garantir, em cooperação com as Nações Unidas, a Organização de Unidade Africana (ÓUA), os Estados da Linha da Frente e os movimentos de libertação, a mais ampla divulgação possível de informação sobre a luta em defesa da independência, soberania e integridade territorial dos Estados da Linha da Frente, e sobre as guerras de libertação contra o regime do *apartheid* na África Austral.

b) desmascarar e combater as ações de organizações oficiais ou não-oficiais de propaganda, bem como as de organizações financiadas, total ou parcialmente, pelo regime do *apartheid*.

c) dar total apoio ao código jornalístico aprovado pela Unesco. ●



Zimbabue

A fusão Zanu-Zapu

Três anos após a independência, o primeiro-ministro Robert Mugabe consegue o que parecia impossível: neutralizar o inconformismo de Joshua Nkomo e abrir caminho para a fusão dos dois partidos mais importantes na luta contra o colonialismo e o racismo



O forte prestígio de Mugabe torna possível a reaproximação Zanu-Zapu

Quando faltavam pouco menos de duas semanas para o terceiro aniversário da independência do Zimbabue, o jornal inglês *Financial Times*, num artigo escrito por seu correspondente em Joanesburgo, não escondia o espanto pela ausência de uma guerra civil logo depois da fuga de Joshua Nkomo para o exterior. Afinal, o fugitivo era nada mais nada menos do que o mais antigo líder nacionalista da ex-Rodésia, um homem que controlava o segundo partido em importância no país, possuía ainda entre cinco e sete mil homens em armas, era apoiado pelo maior magnata do sul da África, teria as simpatias de Moscou e sempre foi tido como o líder incontestável dos quase dois milhões de *ndabele*, o segundo grupo étnico mais numeroso do Zimbabue.

Joshua Nkomo, hoje com 60 anos, nunca se

conformou com o fato de Mugabe conseguir 63% dos votos nas eleições gerais realizadas em janeiro de 1980. E nem aceitou o papel de coadjuvante na difícil tarefa política de reconstruir um país arrasado por quase sete anos de guerra contra o regime racista rebelde de Ian Smith. Hoje, Nkomo vive em Londres depois de abandonar o seu posto como deputado no Parlamento e deixar virtualmente acéfala a Zapu (União Popular Africana do Zimbabue), que ainda tem três ministros no governo de Mugabe. Joshua tentou se apresentar como a grande vítima do suposto sectarismo político e da, por ele chamada, "prepotência tribal" de Mugabe e dos *shona*. Agora, lhe resta o incômodo papel de cúmplice indireto das manobras de desestabilização do governo Mugabe, promovidas pela África do Sul.

O fim da aliança Nkomo-Mugabe, que surgiu durante a guerra pela independência através da Frente Patriótica e durou pouco mais de cinco anos, é o fato político mais significativo desde a independência do Zimbabue. Com o enfraquecimento político de Nkomo, surgiram condições para uma profunda reorganização partidária, que marca definitivamente o fim das formas organizativas da fase pré-independência e abre um período novo, onde a necessidade de estruturar um país passa obrigatoriamente por mudanças ideológicas profundas. Ainda é cedo para dizer se esse processo será tranquilo ou não. Mas já existem dados suficientes para comprovar que o primeiro-ministro Robert Gabriel Mugabe demonstrou uma habilidade política maior do que supunham até mesmo os seus seguidores.

A decadência de Nkomo

Quando Mugabe rompeu a Frente Patriótica, no final de 79, para concorrer sozinho nas eleições de janeiro de 80, muitos observadores acharam que ele estava mais preocupado com ambições pessoais.

Algumas testemunhas da época dizem que não foi uma decisão fácil e que muitos membros da Zanu (União Nacional Africana do Zimbábue) achavam arriscado disputar isoladamente a maioria no parlamento pós-independência. Na época, Mugabe defendeu a sua posição dizendo: "Nós já superamos a fase mais difícil. A Frente Patriótica cumpriu o seu papel de unificar esforços na guerra contra o colonialismo e o racismo. Agora devemos passar a uma nova fase. Uma fase que passa pela purificação dos partidos e depois pela sua integração".

Depois da vitória eleitoral, e quando muitos esperavam que a Zanu iria usufruir sozinha dos frutos do êxito, Mugabe surpreendeu novamente ao propor a recomposição da aliança com Nkomo em outras bases. A Zanu (majoritária) e a Zapu (minoritária) seriam sócias na empreitada política de tentar criar um país novo. Mugabe ofereceu a Nkomo o cargo de presidente da República e três ministérios importantes para a Zapu, além de vários cargos no segundo escalão do governo. Os guerrilheiros de Nkomo já estavam sendo integrados no exército unificado em condições de igualdade com os da Zanu. Mas Nkomo não aceitou a presidência, preferindo reivindicar o estratégico posto de ministro do Interior, encarregado da segurança interna e da polícia.

Um setor importante da Zanu não gostou dessa reaproximação com o velho Joshua. Entre os descontentes estava Edgar Tekere, o ministro da Mão-de-Obra e alguns dirigentes guerrilheiros que estavam irritados com a demora na integração no exército e com o atraso na distribuição de terras. Na época, segundo a revista *Africa*, Mugabe teria dito: "Eu prefiro ter Nkomo conspirando dentro do ministério, a tê-lo fora de controle, na oposição". Quase na mesma época, a cúpula da Zanu já esboçava um ambicioso plano de absorção dos setores mais politizados da Zapu, visando um partido unificado e mais forte.

O personalismo de Nkomo levou-o a considerar este plano como mortal para suas ambições, que na época (final de 80) já estavam voltadas para as próximas eleições parlamentares. Em março de 82, a teoria da conspiração acabou sendo comprovada na prática. Na fazenda chamada Ascot, nos arredores de Bulawayo, as forças de segurança encontraram um esconderijo de armas sofisticadas, que variavam desde fuzis-metralhadoras do tipo AK-47 (soviético) até mísseis *Sam-7* (também soviéticos). A Ascot pertencia a uma empresa chamada Nitrax, cujo presidente era o então ministro do Interior, Joshua Nkomo. Foi a gota d'água. Mugabe achou que estava configurado um claro caso de traição.

Numa entrevista em abril de 82, o primeiro-ministro do Zimbábue afirmava textualmente: "A descoberta de armas em Bulawayo mostrou uma



As armas encontradas na fazenda de Nkomo

história diferente. Antes, nós sabíamos que as armas estavam chegando clandestinamente da Zâmbia e outros países. Mas, depois, verificamos que elas estavam sob controle direto de Nkomo e que portanto só poderiam estar sendo guardadas com um objetivo claro: tentar derrubar o meu governo. Mesmo assim Nkomo negou saber do esconderijo. Mas como se poderia acreditar na honestidade dele, quando noutras fazendas também controladas pela Zapu nós achamos mais armas escondidas, inclusive jipes e pequenos canhões. Tudo isso aconteceu cinco meses depois de nós termos declarado uma anistia para todos os que possuísem armas. Eles deveriam entregá-las ao exército. Nkomo não fez isso, mesmo sendo um homem do governo, o homem encarregado de zelar pela segurança interna. Depois do episódio de Ascot, a credibilidade do meu ministro ficou seriamente abalada. Na época, eu soube também que Nkomo se encontrou duas vezes no primeiro semestre de 80 com emissários sul-africanos para discutir a derubada do meu governo. Foi o general Peter Walls, que me contou isso." (O general Walls foi comandante do exército racista, mantido no cargo por Mugabe e depois demitido porque passou informações militares para a África do Sul.)

A crise e a Zapu

A demissão de Nkomo obrigou Mugabe a acele-

rar os planos de reformulação política do seu partido e do governo, diante da evidência de que a Zanu estava enfrentando não uma resistência isolada, mas um vasto plano de desestabilização, que incluía a rebelião armada. Nkomo tentou colocar o rompimento com Mugabe como um episódio de sectarismo tribal, transformando a crise numa manobra dos *shona* contra os *ndabele*. O objetivo era ocultar a natureza ideológica do confronto através do recurso fácil às velhas diferenças raciais, que no passado foram habilmente manipuladas pelos colonos brancos. Nkomo sabia que se tentasse se apresentar como vítima da perseguição tribal, os *ndabele* poderiam mais facilmente ser atraídos para um boicote ao governo.

Mas a manobra falhou porque um setor considerável da Zapu não seguiu o seu desacreditado líder. Além dos ministros que continuaram no governo, os *shona* da Zapu (entre eles o presidente em exercício do parlamento, Josiah Chinamano), não foram envolvidos pela radicalização tribalista. Acrescenta-se a isso que o presidente indicado pela Zanu, o reverendo Canaã Banana é um *ndabele*, junto com o ministro Enos Nkala, o principal inimigo de Nkomo dentro do governo. Ao mesmo tempo, dentro da Zapu cresceu o grupo daqueles que acreditam na aliança com a Zanu como a única possibilidade de sobreviverem politicamente. Esse grupo começa a achar que uma absorção da Zapu pela Zanu não chega a ser uma catástrofe, mais ou menos como aconteceu com vários outros partidos africanos, como por exemplo a Kadu, do atual presidente do Quênia, Daniel Arap Moi, que depois da independência se incorporou à Kanu, o partido do falecido Jomo Kenyatta.

Homens como os ministros dos Recursos Hídricos, Cephas Msipa; da Construção, Callistus Ndhlovu; e dos Transportes, Daniel Ngwenya, todos da Zapu, são os interessados diretos nesse relacionamento especial com a Zanu. A mesma opinião parece ser compartilhada por John Nkomo (não há parentesco) que no momento é um dos assessores de Mugabe, apesar de ser da Zapu. E pelos veteranos da guerra pela independência, Joseph Mskika, Sam Munodawafa, Clement Muchochi e Daniel Madzimbamuto, integrantes da cúpula do partido de Nkomo.

Os atritos em Matabele

O grupo que procura desestabilizar o governo de Mugabe é composto por Akim Ndhlovu, um ex-chefe do serviço de inteligência da Zapu, Vote Moyo e Sidney Malunga, ambos dirigentes de organizações de base; Dumiso Dabengwa, o ex-chefe supremo das guerrilhas da Zapu; Lookout Masuku e Isaac Nyathi, dois outros importantes chefes guerrilheiros e por Willie Musarurwa, atual diretor

do jornal *Sunday Mail*. Com exceção de Musarurwa, todos os demais estão presos ou no exílio. Dumiso Dabengwa está sujeito a um tribunal especial por ter sido apontado como o principal responsável pelos esconderijos de armas na fazenda Ascot.

Os chamados "duros" da Zapu estão agora praticamente neutralizados, embora muitos dos seus seguidores estejam ativos no interior, principalmente em Matabele, onde aconteceram durante o mês de março alguns incidentes que chegaram a ameaçar a tranquila hegemonia política de Mugabe. Grupos dissidentes, que, segundo informações não confirmadas, atendem às ordens de Dumiso Dabengwa, começaram a protagonizar ataques contra fazendas de brancos. Alguns casos bastante dramáticos aconteceram, provocando reações emocionais da comunidade européia no Zimbábue, que ameaçaram desencadear pressões bastante agudas sobre o primeiro-ministro Robert Mugabe.

O governo encarregou a 5ª Brigada, uma unidade de elite, formada quase que exclusivamente por ex-guerrilheiros da Zanu e orientada por assessores militares norte-coreanos, de neutralizar os grupos dissidentes, que já estavam no limiar do banditismo e do terrorismo. A 5ª Brigada mostrou algumas vacilações políticas quando foi obrigada a lidar com camponeses *ndabele*, das redondezas de Bulawayo e Gwelo, e acabou caindo em armadilhas. Foram cometidos atos de violência e houve várias mortes desnecessárias, que acabaram gerando uma onda de denúncias sobre um suposto massacre. Isso quase virou o jogo a favor de Nkomo, que tentou de todos as maneiras se apresentar como vítima. Até mesmo a igreja católica do Zimbábue fez críticas diretas ao governo, mas teve o cuidado de observar que se reservava o direito de um julgamento definitivo depois de apuradas as responsabilidades.

Os adeptos de Nkomo tentaram também jogar os *ndabele* contra a 5ª Brigada afirmando que ela havia sido mandada por Mugabe para proteger os brancos de Bulawayo. De certa maneira, foi isso que acabou acontecendo, embora o objetivo inicial da unidade tenha sido manter a ordem e neutralizar os grupos dissidentes. Como estes estavam fazendo ataques contra os brancos para tentar jogá-los contra o governo, eles acabaram procurando a proteção do exército, que chegou inclusive a autorizar a devolução das armas tomadas aos fazendeiros brancos logo após a independência. Foi também reativado o sistema chamado "Agrialert", que interligava todas as fazendas brancas por sistema de rádio, na época em que os guerrilheiros de Mugabe eram perseguidos pelo exército colonial.

A fusão Zanu-Zapu

O enfraquecimento de possíveis focos de rebe-

lião dentro da cúpula política da Zapu, aliado à prisão e ao exílio de outros dirigentes mais comprometidos com Joshua Nkomo, junto com o tempo dos brancos em relação a represálias dos dissidentes, criaram para o governo uma situação bastante favorável no plano estratégico, embora difícil no plano tático. Estrategicamente, a fusão da Zanu e da Zapu, ou melhor, absorção da Zapu pela Zanu, parece contar hoje com condições que não existiam a um ano atrás. Os dois principais dirigentes do partido de Nkomo, Josiah Chinamano e o ministro Joseph Msika, já se manifestaram publicamente a favor da fusão. Na primeira semana de abril, Robert Mugabe esteve em Bulawayo e participou de concentrações políticas onde a maioria dos espectadores eram *ndabele*, e grande parte deles, eleitores da Zapu.

O primeiro-ministro procurou em todos os seus discursos fazer uma separação entre os rebeldes e terroristas, e o restante da população local. Disse que os excessos da 5ª Brigada seriam investigados a fundo, mas que o exército não relaxaria a perseguição aos que se dedicam ao banditismo. A mensagem de Mugabe foi bem recebida e até mesmo a idéia da fusão da Zanu com a Zapu passou a ser vista com maior receptividade pelos *ndabele*.

Na verdade, dentro do Zimbabue, essa fusão está despertando muito menos polêmica e alarme do que dão a entender as agências UPI, AP, France Press e Reuters. Elas procuram sempre enfatizar a questão do partido único, como uma idéia antidemocrática. Mas, em Harare e também em amplos setores de Bulawayo, a impressão reinante é bem diferente. Se Mugabe quisesse impor o partido único, ele teria que enfrentar um complicado processo de reformas constitucionais e alterações dos acordos de Lancaster House, que garantiram a independência. Mas, ao contrário do que previram numerosos diplomatas europeus e também jornais da Inglaterra, Mugabe está caminhando para a unificação, a partir do consenso dos dois maiores partidos do Zimbabue. Essa estratégia foi ajudada em muito pelos erros políticos de Nkomo, e se Mugabe alcançar a fusão — coisa que muitos já consideram quase certa — a mudança da Constituição e as alterações de Lancaster House serão mera formalidade, porque a Zanu e a Zapu contam com 94% do eleitorado do Zimbabue. Mugabe e seus assessores mais diretos querem a unificação partidária como etapa inicial de um projeto mais amplo de mudança política do país.

O controle dos negros e especialmente da direção socialista da Zanu sobre a economia do Zimbabue ainda é pequeno. E o país enfrenta uma situação muito difícil devido ao crescimento das pressões econômicas e políticas da África do Sul, ao mesmo tempo que a agricultura sofre os efeitos da pior seca deste século, depois de ter registrado durante



Robert Mugabe (acima) aproveita o declínio evidente da influência de Nkomo (esq.) para reorganizar a estrutura partidária

dois anos safras recordes de milho. Mugabe está convencido de que é necessária uma mudança radical a curto prazo porque o projeto de reforma agrária ainda está engatinhando. Das 162 mil famílias que o governo pretendia reinstalar no campo, apenas 15 mil conseguiram receber terras para cultivo. Uma das principais responsáveis por esse atraso é a complicada burocracia estabelecida pelos acordos de Lancaster House para a desapropriação de fazendas particulares. Segundo economistas, Mugabe teria que gastar meio bilhão de dólares para indenizar os fazendeiros brancos. E essa quantia — obviamente —, o governo não tem.

Nessas circunstâncias, Mugabe está diante de um dilema: abandonar a reforma agrária ou acelerá-la. A primeira hipótese significaria muito provavelmente uma explosão social e política, dos milhares de negros que se consideram no legítimo direito à terra, depois de terem sido expulsos para áreas inférteis pelos colonos brancos. A outra possibilidade — a que foi escolhida por Mugabe — implica a radicalização do processo político, com o rompimento de cláusulas protetoras dos brancos, impostas pelos acordos de Lancaster House.

A alternativa escolhida significa que o governo terá que enfrentar pressões externas ainda maiores do que as existentes atualmente. Isso se refletirá no agravamento das dificuldades econômicas internas, com escassez periódica de combustíveis, matérias-primas importadas e eventualmente até comida. É para vencer esse quadro adverso, Mugabe terá que contar com uma sólida união política dos setores mais comprometidos com mudanças revolucionárias. É aí que entra o projeto de fusão Zanu-Zapu. (Carlos Castilho) ●



Angola

Um plano de emergência em tempo de guerra

O ministro Lopo do Nascimento, em declarações exclusivas, define as metas do novo planeamento

A ocupação do território angolano pelas tropas sul-africanas desde agosto de 1981 — particularmente a província de Cunene, a principal fornecedora de carne do país — tem criado *de facto* uma situação de guerra permanente que obriga as autoridades de Luanda a modificar seus planos no campo econômico, político e militar. Permiteu, por exemplo, a abertura de corredores de penetração da Unita que, contando com total apoio sul-africano, intensificou as operações de sabotagem, ataques contra objetivos econômicos estratégicos — como o atentado à refinaria de Luanda, ou a destruição das pontes na estrada de ferro de Moçâmedes — as sabotagens de barragens, ou das pontes que conduzem às zonas diamantíferas de Malange. Mais ainda: esses corredores possibilitam às forças sul-africanas um distanciamento maior das suas bases logísticas no sul, facilitando incursões mais profundas em território angolano.

Esses elementos internos, somados à crítica situação da economia mundial que, como não podia deixar de ser, teve reflexos diretos na economia angolana, extremamente dependente das exportações de petróleo, levaram a direção do MPLA-Partido do Trabalho a definir que, a partir de 1983, o plano de desenvolvimento do país devia assumir um caráter de emergência.

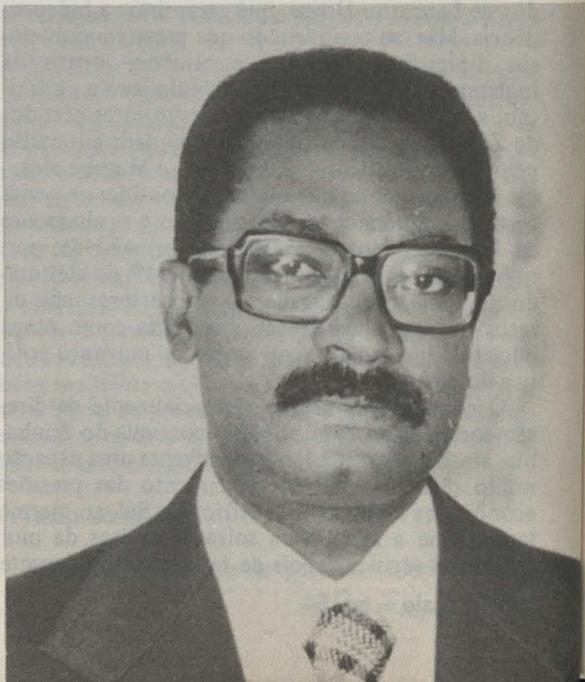
Redefinindo as metas traçadas pelo Plano Quinquenal, Angola adota, com o seu Plano de Emergência, novos métodos de planificação, concentrando ao máximo os seus recursos humanos, materiais e financeiros, com vários objetivos, entre os quais os prioritários seriam dar solução ao proble-

ma alimentar e controlar o endividamento externo do país.

Coube ao ministro do Plano, Lopo do Nascimento, uma boa parte da responsabilidade de elaborar, aprofundar e pôr em andamento esse ambicioso plano de emergência.

“A nível executivo, o plano traduz-se na elaboração de 13 programas de emergência, prioritários, para os quais iremos canalizar todos os recursos fundamentais: humanos, materiais e financeiros”, explica o ministro. “Inclusive, iremos alterar a legislação já aprovada no país, como por exemplo as leis do trabalho ou a legislação para a concessão de bolsas de estudo. Todos os estudantes que regressem formados ao país ficarão afetos ao

Lopo do Nascimento: concretizar o novo Plano



Esta entrevista foi concedida aos nossos companheiros Beatriz Bissio e Carlos Castilho, na redação dos “cadernos” no Rio de Janeiro, quando da sua última visita ao Brasil



A ocupação sul-africana no sul de Angola causa diariamente sérios danos à infra-estrutura econômica do país

Ministério do Plano, que irá distribuí-los pelos setores considerados de maior prioridade.”

O Plano de Emergência foi elaborado em estreita colaboração entre o Ministério do Plano e o Ministério da Defesa. O ministro Lopo do Nascimento foi encarregado pela direção do partido de trabalhar com o Estado Maior das forças armadas e definir zonas de produção, empresas e também rotas de circulação consideradas estratégicas. “Isso tudo será entrosado e para esse efeito vamos alterar alguns aspectos da estrutura administrativa do governo, para poder dar resposta à nova situação”, assinala Lopo do Nascimento.

Inclusive haverá novidades quanto às responsabilidades sociais pelo novo plano. Os sindicatos terão uma participação direta no controle e acompanhamento da execução dos programas. Haverá fábricas que passarão a estar afetas ao trabalho exclusivo de abastecer as forças armadas, deixando portanto de abastecer a população civil. Elas vão estar controladas pelo Ministério da Defesa e Segurança e os trabalhadores passarão a funcionar em regime militar.

Essa adaptação do país às novas realidades exige também modificações no próprio planejamento. “Atualmente a planificação é feita por setores — descreve o ministro. O nosso plano era concebido em torno do setor da agricultura, da indústria, do setor da construção etc.”

Agora na elaboração do Plano de Emergência, já não mais se levou em conta uma planificação setorializada, mas uma visão global dos problemas. “Vejam os exemplos da planificação no caso do aumento da produção alimentar. Nesse programa já não está só a agricultura, mas a indústria e a pesca. A responsabilidade pelo programa de aumento da produção alimentar, assim como por qualquer



outro dos programas implementados, recai num dirigente do Partido”.

Na sua análise da realidade do país e nas suas reflexões sobre a experiência desses anos de independência, o MPLA-Partido do Trabalho constatou que a estrutura do governo não era a mais adequada para fazer frente à conjuntura como a que vive Angola. Até hoje cada ministro respondia por um setor. Com o Plano de Emergência, o acompanhamento de cada programa vai corresponder a dirigentes do partido, normalmente secretários do Comité Central.

Vejamos um exemplo: como responsável pelo programa de recuperação e desenvolvimento da indústria de material de construção, o ministro Lopo do Nascimento tem que trabalhar com os Ministérios da Construção, da Indústria e do Petróleo. “Isso nos dá uma concepção mais global”, afirma o ministro.

Os programas prioritários

Para 1983, foram definidos 13 programas iniciais. Dois correspondem ao setor de saúde; um terceiro à recuperação de todo o equipamento e maquinaria, assim como meios de transporte, num trabalho conjunto dos ministérios da Indústria, das Estradas de Ferro e dos Transportes; um quarto — já citado — prevê o desenvolvimento da produção alimentar; um quinto, de abastecimento às forças de defesa e segurança. Além desses, outro sobre o funcionamento das empresas prioritárias (que inclui medidas de caráter organizativo, legislativo e de controle dos quadros para o melhoramento do funcionamento nessas empresas). Assinale-se que foram consideradas empresas prioritárias aquelas dos setores do petróleo e da alimentação e as que produzem para a defesa. Esse programa é dirigido pelo secretário-geral da UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos), a central única que reúne os trabalhadores do país.

“Agora, os sindicatos participam da gestão dos problemas com que se defronta a direção. Os ministros que participam desses programas vão ser

coordenados por um dirigente do Partido, que é o secretário dos sindicatos.”

Outro programa se refere à recuperação de equipamentos de energia elétrica. Outro, aos problemas de comercialização (compra e venda aos camponeses). Um programa especial foi destinado ao problema da produção e exportação de café, tendo em conta o seu caráter estratégico.

“Há nesses programas duas componentes que convém ressaltar: primeiro, a importância que se dá à recuperação de tudo o que seja equipamento existente (em vez de importar equipamentos novos) e criar redes de assistência e, segundo, dar uma ênfase maior ao apoio à defesa, pois até aqui não tínhamos preparado convenientemente a nossa economia para esse caso”, assinala o ministro do Plano.

Apoio ao camponês

Em relação ao problema da produção agrícola, o Plano de Emergência introduz algumas inovações que implicam uma mudança de critério em relação ao papel do camponês no processo produtivo. “Continuamos na realização de empresas estatais no campo, mas a um ritmo menor” explica Lopo do Nascimento. As empresas estatais exigem uma gestão mais complexa, a resolução de alguns problemas técnicos e um maior investimento”.

“Em Angola — prossegue o ministro —, o camponês sempre produziu mais de 60% dos produtos alimentares. Nosso erro nesse terreno foi ter-nos lembrado pouco desta situação. Se nós tivéssemos, desde o início, concentrado maiores recursos no apoio ao camponês, nós teríamos melhorado muito a situação alimentar do país. De 60 a 80% dos alimentos que se consumiam no país eram produzidos pelo camponês angolano. E o camponês está lá, não abandonou Angola. Então, por que ele reduziu a produção? Porque nós não fomos capazes de recriar o circuito de comercialização, levando ao camponês aquilo que ele precisa e trazendo do campo as coisas produzidas por ele.”

O ministro assinala que, nessa fase do desenvolvimento da revolução angolana, a comercialização

A QUESTÃO DA NAMÍBIA, NA OPINIÃO DO MINISTRO

- O plano dos sul-africanos seria dividir a Namíbia antes de conceder a sua independência?
— O plano não é dividir a Namíbia; é dividir Angola. Se do ponto de vista militar, a África do Sul tivesse ocupado territórios para além do Cunene, certamente já teriam dividido Angola. Tinham feito aí uma independência fantoche. Daí

a grande pressão que existe para que os cubanos se retirem para fora de certos paralelos. Atualmente, os cubanos estão numa linha, para além da qual nós consideramos inexpugnável.

E os assessores israelenses no Zaire? Que ameaça poderiam trazer para a integridade territorial de Angola?

— Temos garantias do presidente Mobutu do Zaire de que as tropas que lá estão não têm nenhum objetivo nesse sentido. Nós confiamos nessas garantias.

é uma questão prioritária. “É preciso reativar a ligação entre a cidade e o campo”.

A experiência desses anos demonstra que se não se garante a compra da sua produção, o camponês desinteressa-se de produzir e de dar proteção à sua terra. “Nós temos que resolver os problemas da comercialização para mobilizar a massa camponesa do país, isto é, 85% da nossa população”.

Haveria nessa nova atitude uma revisão teórica, ideológica, do conceito do papel do camponês no processo revolucionário? Sobre isso, o ministro Lopo responde que o Partido está refletindo. Como partido, ainda não há uma posição a respeito. “Porém — afirma — eu estou trabalhando nesses aspectos teóricos, na revisão da teoria sobre o papel do camponês na construção de uma sociedade socialista. Da mesma forma, eu agora estou mais centrado em desenvolver teoricamente o papel do comércio no desenvolvimento de uma sociedade socialista”.

A reestruturação da indústria

A ênfase na produção agrícola definida pelo Plano de Emergência, está acompanhada pelo abandono da ênfase à industrialização. “Nós temos uma infra-estrutura industrial bastante grande e repartida porém temos que repensar toda a nossa programação industrial”, afirma Lopo do Nascimento. “Os órgãos competentes da área econômica já estão estudando essa reestruturação. A nossa indústria é dependente, pois foi criada para utilizar a matéria-prima importada de Portugal. Nesses anos todos, nós fizemos a indústria funcionar nesses moldes. Porém, o modelo não é adaptável às nossas condições. Temos que aprofundar esse estudo para que a indústria angolana passe a funcionar em função das possibilidades da nossa agricultura. Tanto no sentido de trabalhar com produtos fundamentalmente angolanos, como também no sentido de produzir aquilo que possa servir à agricultura. Por exemplo, fertilizantes e instrumentos agrícolas. Tudo o que contribua para melhorar a produtividade e a vida dos agricultores. Não vale a pena desenvolver uma indústria têxtil com fibras sintéticas quando a gente produz algodão.”

Cooperativas ou produção individual?

A questão do apoio ao camponês traz algumas outras interrogações que estão hoje em discussão em Angola. Por exemplo, o que seria mais conveniente, promover a organização de cooperativas ou manter a estrutura atual do camponês produzindo de forma individual?

Segundo explica o ministro do Plano, está previsto continuar com o programa de criação de cooperativas porém com um caráter de voluntaria-



“Os jovens têm que deixar os estudos e irem para a guerra...”

do: o camponês participa se quiser. Ele tem que se convencer da sua eficácia, constatar que lhe convém participar.

Mas, ao mesmo tempo, respeita-se a propriedade camponesa individual. Não só isso: o camponês pode fazer a sua própria comercialização. Até agora Angola tinha empresas estatais para a comercialização de alguns produtos, o café, o milho e a carne, por exemplo.

“Comprovamos que as empresas estatais não têm possibilidades de abranger um horizonte tão extenso, a nível territorial. Então, aquele que está no local onde há produção, pode fazer a comercialização, seja estatal ou privada, para evitar que o camponês fique com os produtos à espera da empresa estatal que lhe compre o produto”, explica o ministro. “Para que o camponês possa comercializar melhor quando os compradores são privados, no início de cada campanha procuramos fazer a maior divulgação possível dos preços”.

Mas há alguns produtos cuja comercialização é monopólio do Estado. Então, “todos os intermediários que se relacionam no circuito, em última instância, vão tratar com a empresa estatal”. Tudo isso traz um desafio do ponto de vista teórico. “O que se faz em Angola, Moçambique, Etiópia — assinala Lopo do Nascimento — são experiências novas. Outros países que construíram o socialismo não enfrentaram esses problemas”.

Quanto à questão de o quê plantar, o camponês pode escolher livremente. "Nós o orientamos através dos preços, afirma o ministro. Ele tem crédito para plantar produtos que lhe garantam a alimentação ou aqueles que sejam mais rentáveis. Se temos interesse em desenvolver a cultura do milho, então pomos um preço alto no milho e um preço baixo na mandioca. No ano passado, o governo fixou um preço elevado para a mandioca e baixo



Toda a produção está sendo reorientada, com prioridade para a guerra e a alimentação

para o milho. Isso não é feito — digamos assim — casuisticamente. Os preços correspondem a uma política de orientação da produção. Independentemente da baixa que houve no preço do café no mercado internacional, vamos aumentar o preço do café no mercado interno, porque nos interessa”.

O problema do café e outras culturas

Em Angola, há cerca de 520 mil hectares plan-

tados de café. O Estado deveria ter uns 330 mil hectares, mas foi feita uma reforma no sentido do Estado ficar só com as melhores fazendas, nas ricas áreas tradicionais de produção. As outras foram entregues aos próprios trabalhadores.

Atualmente, o Estado tem somente uns 230 mil hectares. O resto está sendo entregue à atividade privada. Cada pessoa tem direito a 10 hectares. O Estado vai ficar, fundamentalmente, com a pesquisa científica, as sementes, as 34 fazendas que foram escolhidas e a comercialização.

O Plano de Emergência prevê a concentração dos esforços nas seguintes culturas: milho, arroz, oleaginosas, algodão, soja, girassol, mandioca e feijão. É uma estratégia ligada à satisfação das necessidades alimentares. O café é um caso à parte. Está ligado à recuperação dos cultivos existentes. E o objetivo é a exportação. Só há um outro produto de exportação: a banana. “Temos um programa especial de produção de bananas para exportação para os países socialistas. Temos um relacionamento estável com eles e há, portanto, condições para se elaborar um programa especial”.

Mas, salvo esses dois casos, as culturas agrícolas não são para exportação. Há duas razões para isso: “Primeiro, porque Angola é um país exportador de petróleo, não dependendo da agricultura para gerar divisas. Segundo, porque não haveria suporte político para tentar exportar aquilo que se planta, numa situação de grande carência alimentar, como nós temos”, assinala o ministro do Plano.

Uma outra questão também está em discussão: trator ou arado? Tecnicificar ou não a produção?

O ministro explica: “Nós pensamos que na fase atual do nosso desenvolvimento — e eu não quero extrapolar para outros países, o que conheço é o nosso caso — temos que introduzir o que eu chamo de ‘tecnologia moderada’. A nível do desenvolvimento das nossas forças produtivas. E isso eu defino com a seguinte frase: ‘tecnologia avançada para ir para trás e tecnologia atrasada para ir para a frente’. As tecnologias extremamente avançadas num país com uma população camponesa semi-

AS RELAÇÕES BRASIL — ANGOLA

“Temos mantido relações com o Brasil desde a nossa independência. Penso que agora há melhores perspectivas para um aumento desse relacionamento. Houve, durante esse período, alguns problemas, não no relacionamento entre os Estados, mas sim com as empresas. Nesse sentido, tanto com o embaixador do Brasil em Luanda como no Itamarati (durante a sua visita ao Brasil), nós quisemos ressaltar que gostaríamos que

houvesse um maior acompanhamento das autoridades governamentais brasileiras em relação à atuação de empresas brasileiras em território angolano. Penso que o quadro que se desenha é bom. Podemos considerar que a minha visita representa um reencontro que possibilita um desenvolvimento, na medida que eu era um dos elementos mais críticos no que se refere à cooperação com algumas empresas brasileiras, e agora estou pensando de maneira diferente. O Brasil nos deu linhas de crédito, que poderemos pagar ou com petróleo ou com divisas.”



“Já vi programas feitos para Angola que, para funcionar, teríamos que importar camponeses da Europa...”

analfabeta, exigiriam a introdução de um homem com nível superior àquele do nosso camponês. E também uma estrutura de assistência e manutenção que nós não temos”.

“Isso não é pregar o ruralismo”, continua Lopo do Nascimento. “Eu já tive a respeito, discussões com outros colegas, ministros do Plano de países africanos. É ter consciência de que o nosso camponês tem esse nível e que o país tem um certo grau de desenvolvimento e não se pode queimar etapas. Nós introduzimos o trator. Em termos teóricos, o trator aumenta a produtividade, possibilita um desenvolvimento mais rápido. Porém, em Angola, a produtividade não aumentou. Porque é preciso a criação de toda uma infra-estrutura de apoio que nós não temos. E 60% de nosso parque de tratores atualmente está paralisado. E são tratores novos”.

“Eu não sou contra o trator. Mas é preciso criar um ambiente que possibilite a sua introdução num determinado contexto humano e social. Se esse ambiente não está criado, introduzir tecnologia avançada é um desperdício. Portanto, eu sou favorável a uma tecnologia ‘moderada’, de acordo com o nível dos nossos camponeses. Já vi projetos feitos para Angola que, para funcionar, teríamos que importar camponeses da Europa...”

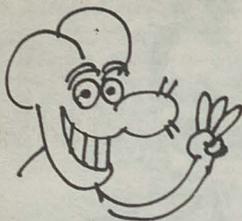
As sequelas da guerra

E a guerra? Como afeta a vida cotidiana? “A guerra está sempre dentro da minha cabe-

ça, como cidadão angolano, como dirigente e como membro do governo”, define o ministro do Plano. “Há um aspecto que eu gostaria de ressaltar: não são as consequências nem no âmbito financeiro, nem econômico. É aquilo que não se pode valorizar: as vidas perdidas, a juventude que temos que desviar para a guerra, que não pode continuar seus estudos. E não só a juventude: os melhores quadros, os mais experientes, estão dirigindo a guerra. Um exemplo: para desenvolver a nossa aviação, quase tivemos que fechar a Faculdade de Engenharia. Para termos elementos que possam trabalhar na aviação, ou na defesa antiaérea, se requer um certo nível de participação, que só existia na universidade.

“E quando você puxa para a guerra, falta em outro local. E quando falta em outro local, ou você deixa de fazer as coisas, ou tem que completar com gente estrangeira, o que custa dinheiro. Gastamos 150 milhões de dólares por ano para pagar os salários dos estrangeiros que trabalham em Angola. E isso, em grande parte, é resultado da guerra. Outro exemplo: 50% dos alunos que acabaram os cursos na faculdade de Economia no ano passado, foram para o exército. E isso porque os outros 50% eram mulheres.

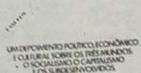
“Angola é o país africano que há mais tempo está em guerra: já são 22 anos. Estamos quase atingindo o tempo do Vietnã. Há indivíduos que nasceram e cresceram sempre na guerra. Isso tudo afeta o nosso cotidiano.”



O 3º Mundo está ligado na Codecri!



África Arde — Carlos Comitini
ref. 02-T — 360 pág. — Cr\$ 2.000,00



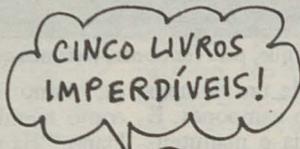
Na Sibéria, El Salvador, Nicarágua e Outros Mundos — Sebastião Nery
ref. 148 — Cr\$ 1.200,00



Rodésia, a Última Colônia — Carlos Castilho
ref. 06-T — 124 pág. — Cr\$ 900,00



Amílcar Cabral/A Arma da Teoria — Carlos Comitini (coord.)
ref. 04-T — 96 pág. — Cr\$ 700,00



O Caminhar da Igreja com os Oprimidos — Leonardo Boff
ref. 05-T — 254 pág. — Cr\$ 1.750,00

COMPRE OS CINCO LIVROS E TENHA UM DESCONTO ESPECIAL DE Cr\$ 1.000,00!!!

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA ENVIE HOJE MESMO

CERTIFICADO DE RESERVA

EDITORA CODECRI LTDA.

Rua Saint Roman, 142 — Copacabana

22.071 — Rio de Janeiro — RJ

Serviço de Reembolso Postal



SIM, quero receber o quanto antes o(s) exemplar(ê)s assi nalado(s).

Pedindo todos os cinco livros, terei um desconto de Cr\$ 1.000,00 no preço total.

02-T	04-T
05-T	06-T
148	

NOME _____

ENDEREÇO _____

CEP _____ CIDADE _____ Est. _____

ASSINATURA _____

Argentina

Pertini encabeça o repúdio internacional

O problema dos desaparecidos longe de ter terminado adquire nova e dramática dimensão com a drástica reação mundial à pretensão dos militares de dar todos eles por "mortos"

O regime argentino não conseguiu dissimular o golpe que lhe infligiu o drástico repúdio internacional à sua "explicação" de que os cidadãos desaparecidos que não se encontrem no exterior ou na clandestinidade devem ser considerados mortos: uma série de reuniões da junta militar e dos generais do exército retomou a análise desse delicado problema, que está no centro dos debates em torno do processo de redemocratização do país.

Sem dúvida, o golpe mais duro foi o do presidente italiano Sandro Pertini, velho militante antifascista que passou 11 anos de sua vida preso por defender os direitos humanos e os ideais democráticos. Quase 50% da população argentina tem ascendência italiana e por isso qualquer atitude daquele país é tomada como um ponto de referência. Assinale-se, por exemplo, que a Itália foi o primeiro país da Comunidade Econômica Européia (CEE) a se insurgir contra a renovação do bloqueio econômico à Argentina no episódio da guerra das Malvinas.

As relações argentino-italianas atravessam uma tensa etapa. Porém, dada a tradição seguida pela Itália em suas relações com as ditaduras militares do Cone Sul — nas quais manteve sua representação diplomática para "colaborar com a defesa dos direitos humanos" — não se espera que o embaixador italiano em Buenos Aires seja chamado de volta, salvo por uma imprevisível deterioração da situação.



Pertini (acima) encaminhou a Bignone (abaixo) duros protestos



Intervenção legítima

Foram na verdade duros — e inusitados, na práxis diplomática — os termos das mensagens que Pertini enviou ao seu homólogo Bignone. Porém, como ele lembra, existem pelo menos 400 cidadãos italianos ou de origem italiana entre os 30 mil desapa-

recidos, o que lhe dá suficiente autoridade para se pronunciar a respeito. "A Argentina assinou a Carta de San Francisco e, portanto, seus governantes devem responder perante o mundo inteiro por todas as suas violações dos direitos humanos e civis", afirma Pertini em seu segundo telegrama ao presidente argentino. "Além disso — prossegue — me pergunto assombrado por quê o senhor, homem honesto e íntegro oficial, quer defender oficiais que com graves delitos desonraram a divisa que o senhor carrega com honra". (...) "Toda a humanidade", conclui o presidente italiano, "deve se sentir ferida e ofendida. Estou certo de que no íntimo de sua alma, a minha palavra humana tem ressonância, embora por dever do cargo que ocupa, o senhor consinta que sua diplomacia proteste contra minha legítima e obrigada intervenção".

As críticas de Pertini foram publicadas na primeira página dos jornais italianos e o assunto mereceu amplos comentários de toda a Europa. O mesmo aconteceu com as declarações de João Paulo 2º e com os editoriais do *Osservatore Romano*, que se pronunciou drasticamente contra as declarações da junta militar, "inaceitáveis, inclusive para aqueles que querem mostrar compreensão para com as autoridades argentinas".

"O problema das pessoas desaparecidas tem estado e está, agora mais ainda, na minha alma", assinalou o papa, que es-

tendeu sua solidariedade a todas as famílias "que têm no coração um espinho tão duro", num momento em que "parece se apagar a esperança que ainda alimentavam".

Em tom semelhante, se pronunciaram os governos da Espanha (há 35 espanhóis desaparecidos e 174 filhos e netos de espanhóis) e da França (15 franceses desaparecidos), além de reações de protesto em diferentes partes

do mundo, inclusive do secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar.

Em Buenos Aires, considera-se que os militares cometeram um "erro de cálculo", quando ao divulgarem o chamado "Documento Final sobre a Guerra contra a Subversão e o Terrorismo", pensaram dar por terminado o problema dos desaparecidos. Não só porque a nível internacional os protestos assumiram proporções tais que obrigaram as forças ar-

mas a reconsiderar o assunto, mas também porque internamente os partidos políticos se mantêm firmes na demanda de mecanismos concretos para julgar os excessos cometidos durante esses anos. Mesmo quando se promulgar uma lei de anistia, os autores desses excessos não poderão escapar dos tribunais, afirmam dirigentes políticos que sentem necessidade de deixar clara a sua posição diante da crescente pressão de suas bases eleitorais. ●

"O problema dos desaparecidos não pertence ao passado"

Para comemorar o terceiro aniversário da morte do arcebispo mártir de El Salvador, Dom Arnulfo Romero, assassinado pelas forças da direita no início de 1980, e celebrar o quarto aniversário da fundação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Brasil, foi realizado em Porto Alegre o primeiro encontro das Mães

"Não queremos vingança.
Só pedimos justiça"



de Desaparecidos Políticos da América Latina, nos dias 24 e 25 de março, com a participação da Argentina, Uruguai e Brasil. (A delegação dos familiares chilenos foi presa ao tentar deixar Santiago.)

"O drama dos desaparecidos políticos não deve ser tratado com 'um manto de esquecimento', como estão pretendendo os militares argentinos", — denunciou a senhora Nora de Cortiñas, uma das "loucas da Praça de Maio", como as batizaram os militares, e mãe de Carlos Gustavo Cortiñas, 24 anos, desaparecido em Buenos Aires.

"Porque não podemos esperar que se passem 30 anos, como aconteceu depois do holocausto da 2ª Guerra Mundial, para que o mundo saiba o que está se passando aqui". Há mais de cem mil desaparecidos no continente, só na última década, segundo denunciou recentemente o escritor colombiano Gabriel García Márquez, Prêmio Nobel de Literatura.

A Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, com a presença de seu presidente, Antenor Ferrari, e de sua Co-

missão de Direitos Humanos, ficou lotada para escutar essas "heróicas embaixadoras", muitas delas de cabelos brancos, que saem pelo mundo em busca de justiça.

"Nós não queremos vingança" — destacou a argentina Carmen Aguiar de Lapacó, mãe de Alexandra Lapacó, 19 anos, desaparecida. "Apenas pedimos justiça."

O problema dos desaparecidos dos perseguidos políticos "não pertence ao passado", denunciou Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Brasil, "Isso continua acontecendo a cada dia, com total impunidade, na Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, entre outros".

"Os parentes dos desaparecidos do Uruguai são duas vezes vítimas", denunciou uma mãe. Enquanto que as mães argentinas conquistaram o direito de se reunir, os parentes de presos políticos no Uruguai são aterrorizados, dia e noite. "O telefone não pára de tocar, nos tiram da cama de madrugada para nos ameaçar e dizer que eles estão mortos".

As mães brasileiras de desaparecidos políticos, por sua vez, expuseram sua longa peregrinação pelos organismos de repressão brasileiros, argentinos e uruguaios. "Só recebemos deboches e desdém", assegurou a sra. Sarah de Basso. ●

CONCLUSÕES DO ENCONTRO DE PORTO ALEGRE

● A repressão e o desaparecimento de perseguidos políticos na América Latina não têm uma causa nacional, e vêm se repetindo continuamente em todos os países. “É o modus operandi dos exércitos treinados no Panamá”.

● As experiências colhidas das mães de desaparecidos políticos da Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Guatemala, El Salvador, Brasil, entre outros, permite determinar que “o braço executor é diferente, mas o professor foi o mesmo”, em todos os casos.

● Deve ser solicitada a criação de um Grande Tribunal Internacional, com a participação da ONU e da OEA, e dos parentes dos desaparecidos, para julgar esse genocídio.

● As organizações sociais e de massa de todos os países devem expressar sua solidariedade com os parentes dos desaparecidos políticos, e manifestá-la publicamente, para pressionar os regimes militares a dar uma resposta.

● É necessário dar máxima publicidade aos casos dos últimos “desaparecimentos” que continuam ocorrendo em Buenos Aires e Montevidéu, para tentar salvar a vida dessas últimas vítimas.

● O caso dos desaparecidos políticos não deve nem pode ser “negociado” em nome de uma suposta reconciliação, porque não poderá haver paz verdadeira sem justiça.



● Deve ser feita uma ampla campanha pela liberdade dos presos políticos, que ainda permanecem com vida no Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Guatemala e El Salvador, e no resto da América Latina.

Porto Alegre, março, 1983

NOVA IGUAÇU CONTRA A VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

□ Município dos mais populosos – e, segundo as estatísticas, um dos mais violentos – da periferia do Rio de Janeiro, localizado na região comumente chamada de Baixada Fluminense, Nova Iguaçu se juntou às vozes de denúncia da situação de total violação dos direitos humanos na América Central, Caribe e América do Sul.

Organizado pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu, juntamente com várias entidades de Direitos Humanos do Brasil e da América Latina (Uruguai, Argentina, Chile, Guatemala, El Salvador e Nicarágua), além da Secretaria de Relações Internacionais do PT (Partido

dos Trabalhadores), se realizou um ato público e ecumênico a favor das pessoas presas, torturadas, mortas e desaparecidas, “graças à atuação dos governos ditatoriais dessas regiões, apoiados pela administração norte-americana”.

Mais de mil pessoas de todos os credos políticos e religiosos, brasileiros, argentinos e uruguaios, compareceram ao ato cujo patrono, idealizador e principal organizador foi o bispo de Nova Iguaçu, d. Adriano Hipólito, que tem uma longa história de luta contra a violência, pela justiça e pela paz.

Também fizeram parte da mesa diretora, o secretário de Justiça do estado do Rio de Janeiro, Vivaldo Barbosa, o cônsul da Nicarágua no Rio, além de representantes uruguaios, argentinos, de associações de moradores, das Comunidades Eclesiais de Base entre outros.

Depois do sudeste asiático

Novo teatro de guerra dos Estados Unidos

Os próprios meios de comunicação norte-americanos denunciam o que já é inocultável: a participação direta da administração Reagan na agressão contra os povos centro-americanos

Moacir Werneck de Castro

O que era até há pouco objeto de denúncias isoladas, embora veementes — e dadas como “suspeitas”, já que partiam dos governos e agrupamentos políticos mais diretamente visados — tornou-se em março e abril últimos um grande escândalo internacional. Já não era mais possível ocultar a realidade: o governo dos Estados Unidos transforma a América Central num novo teatro de guerra.

A revelação partia agora dos próprios meios de comunicação mais influentes dos Estados Unidos, à base de fontes autorizadas e documentos secretos. Primeiro foram os semanários *Time* e *Newsweek*. Revelou o *Time* que os somozistas da chamada Força Democrática Nicaraguense (FDN), com base em Honduras, são controlados pela CIA e pelo Comando Sul do exército norte-americano, sediado no Panamá, e têm como chefe o embaixador ianque em Tegucigalpa, John Negroponte. Esse grupo é, segundo a revista, o “cérebro da insurreição”. Ele transmite ordens a um segundo *staff*, composto por militares hondurenhos, pelo coronel Enrique Bermúdez Varela (ex-membro da Guarda Nacional



Um assessor norte-americano instrui garotos hondurenhos

de Somoza) e por um oficial argentino. Esse segundo *staff*, por sua vez, passa as diretivas vindas do alto a um terceiro, que é encarregado das ações militares diretas e chefiado por antigos militares somozistas. Um diplomata citado pela revista, afirma que é tarefa do “coordenador” Negroponte “manter os hondurenhos na jogada”.

Na semana seguinte, *News-*

week informou que a CIA tinha gasto 30 milhões de dólares com a finalidade de armar e treinar os *contras* nicaraguenses baseados em Honduras. Já se sabia da existência de 19 milhões de dólares destinados pelo governo Reagan a esse fim; a novidade era o suplemento de 11 milhões de dólares para operações secretas. Oficialmente, a missão da CIA se limitaria a “conter o fluxo de ar-

mas cubano-soviéticas enviadas pelos rebeldes de El Salvador através da Nicarágua". Mas congressistas norte-americanos, citados pelo semanário, asseguravam que o objetivo real era a derrubada do governo sandinista.

As denúncias de *New York Times* foram ainda mais espetaculares. Em sua edição de 7 de abril último, o diário revelou a existência de um plano secreto do governo de Washington para promover a curto prazo a intervenção na América Central, a pretexto de "eliminar a influência de Cuba e da União Soviética" na região. Anteriormente, o *N. Y. Times* já divulgara que a ajuda oficial norte-americana aos "rebeldes" nicaraguenses era muito maior que a oficialmente reconhecida. Informava, por exemplo, que os EUA participavam ativamente do treinamento de uma força militar anti-sandinista em Honduras, fornecendo-lhe armas e informações sobre os movimentos do exército nicaraguense; e que, além disso, armavam comandos de sabotagem anteriormente treinados por oficiais argentinos.

A revelação, na íntegra, do plano secreto trazia dados novos, concretos e insofismáveis. O documento, sob o título de "Política dos Estados Unidos na América Central e Cuba para o Ano Fiscal de 1984", foi elaborado numa reunião da qual participaram, além de Reagan, o vice-presidente George Bush, o então secretário de Estado Alexander Haig, o secretário de Defesa Caspar Weinberger, o diretor da CIA, William Casey, o diretor do Conselho de Segurança Nacional, William Clark, e a "troika" de assessores presidenciais Edwin Meese, Michael Deaver e James Baker.

O plano, enquadrado na "Diretiva 17 de Segurança Nacional", de novembro de 1981, vinha confirmar as informações sobre as verbas entregues à CIA para operar na América Central,



Comandante Ana Maria: uma perda irreparável

e, particularmente, para tentar repetir na Nicarágua a ação executada no Chile em setembro de 1973, quando foi derrubado o governo popular de Salvador Allende. Recomendava, de imediato, a intensificação das pressões contra o governo sandinista e também contra Cuba.

Com relação a El Salvador, o documento preconizava o "aprimoramento das forças armadas", visando a uma atuação mais agressiva contra a guerrilha, bem como ações provocadoras no sentido de fomentar divergências entre os componentes da frente libertadora. Reconhecendo a força do movimento guerrilheiro em El Salvador e também na Guatemala, o plano indicava a necessidade de promover o "consenso político" nos dois países, através de "reformas". E, passados apenas três meses do golpe que levava ao poder na Guatemala o sanguinário Efraín Ríos Montt, já se patenteava a identificação de Washington com a ditadura recém-implantada, que abriria "novas possibilidades de melhorar as relações" entre os dois países. E a CIA era contemplada com mais alguns milhões de dólares para intensificar as

suas atividades na Guatemala, em proveito do novo ditador.

A posição do México e do Panamá com referência à América Central era severamente criticada no documento oficial norte-americano. O México estaria dando apoio à extrema-esquerda, através de propaganda, dinheiro e respaldo político. O Panamá também recebia críticas, mas o documento reflete alívio ante o "minigolpe" que substituiria o presidente Aristides Royo pelo general Darío Paredes, "militar mais dinâmico e mais pró-americano". A social-democracia européia era igualmente visada, dada a atuação dos governos sob seu controle com respeito à América Central. O México e a Internacional Socialista, em consequência, deviam "ser mantidos isolados dos problemas centro-americanos", enquanto se ressaltaria o apoio dos partidos democratas-cristãos e dos "sindicatos livres" à estratégia de Washington na área.

O memorando do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos confirma ainda que havia, em 1982, o propósito de recorrer ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

O CASO DOS AVIÕES LÍBIOS

□ Quatro aviões líbios, um Hercules C-130 e três Ilyushins, foram retidos nos aeroportos de Recife, o primeiro, e no de Manaus, os últimos, pela força aérea brasileira, sob a alegação de que carregavam armas, material que não constava da declaração de carga a bordo.

O episódio, por suas implicações políticas e diplomáticas, teve ampla repercussão internacional. O líder da Líbia, coronel Muammar Khadafi, confirmou que os aviões transportavam armas para a Nicarágua e lamentou que o funcionário responsável pelo transporte, que pediu licença para sobrevoar o território brasileiro, houvesse enganado as autoridades brasileiras, dizendo que os aviões transportavam medicamentos. Khadafi aproveitou a ocasião para reafirmar sua firme decisão de ajudar a Nicarágua, vítima de uma agressão norte-americana, assinalando que, para os líbios, a causa daquele país é sagrada, um compromisso que teve simpática repercussão na América Latina. Posteriormente, acusou as autoridades brasileiras de uma atitude imparcial e de terem tomado o partido dos Estados Unidos no caso, cedendo às pressões imperialistas contra a Nicarágua.



Khadafi: armas para defender a Nicarágua da agressão

O sr. Reagan quis “puxar a brasa para a sua sardinha”, apontando o episódio como prova da intervenção “soviética” na guerra que ele próprio provoca na América Central.

O fato teve derivações imprevisíveis. Os aviões ficaram retidos por muitos dias no Brasil e suas tripulações virtualmente confinadas em hotéis das duas capitais. Em Manaus, as medidas de segurança extrapolaram a área do aeroporto para envolverem a casa de pacíficos cidadãos de origem árabe, o que provocou indignados protestos dos seus descendentes brasileiros.

O Itamarati adotou uma atitude flexível, tentando contornar as óbvias dificuldades do caso, mas mesmo assim, até o momento de fechar esta edição, o assunto não estava encerrado.

O misterioso avião norte-americano

Um complicador do problema foi a revelação do jornal New York Times de que a CIA vinha seguindo os aviões desde que haviam sido carregados na Líbia, relegando a uma importância secundária o problema técnico que, segundo as autoridades brasileiras, teria sido a causa da não decolagem do Hercules de Recife e sua consequente retenção, quando a natureza dos volumes causou desconfiança aos funcionários do aeroporto.

Mas as complicações não ficaram aí. O fato de que um misterioso avião especial norte-americano tenha aterrissado exatamente ao lado do Hercules e que técnicos da mesma nacionalidade tenham estado em Manaus rondando os Ilyushins provocou protestos na Câmara dos Deputados, onde dois parlamentares — Jorge Uéqui (PMDB-RS) e Airton Soares (PT-SP) — pediram urgentes informações ao governo sobre os misteriosos norte-americanos e sua intervenção no problema. Queriam saber também por quê, em caso semelhante com um avião dos Estados Unidos, não houve procedimento igual.

Segundo sua praxe, a diplomacia brasileira foi muito cautelosa, evitando agravar as relações com a Líbia, um parceiro importante no intercâmbio comercial com o Brasil. A circunstância de estar pendente a venda de aviões brasileiros aos líbios por um montante de 160 milhões de dólares contribuiu para temperar ainda mais essa cautela.

No entanto, um dos fatores que contribuíram para serenar os ânimos foi a firme decisão de Figueiredo, na sua visita ao México, contra a intervenção norte-americana na Nicarágua, posição que irritou a imprensa e os meios conservadores brasileiros e hemisféricos. (N. Moreira)

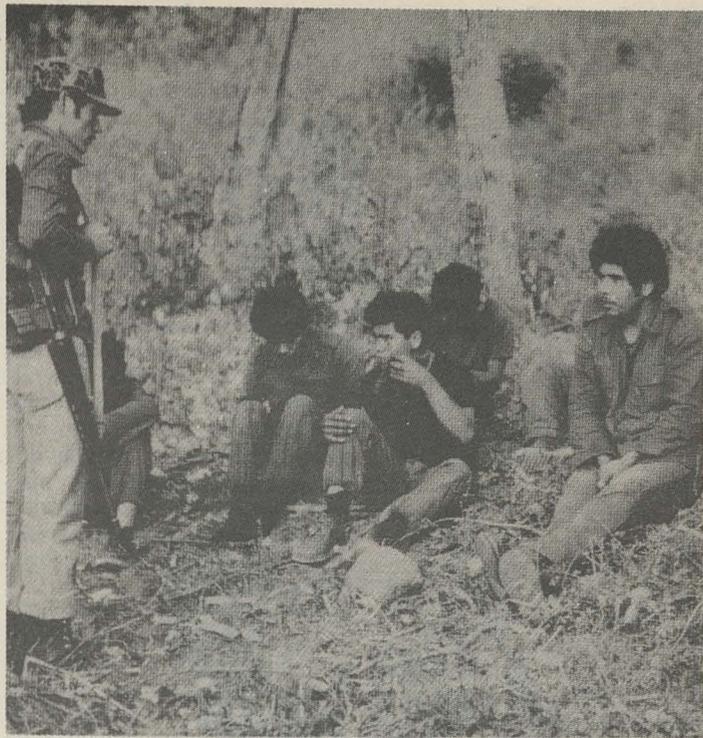
(Tiar) para resolver a situação centro-americana. Mas a posição dos Estados Unidos ao lado da Grã-Bretanha na guerra das Malvinas, colocando-os em confronto aberto com quase todos os países latino-americanos, fez frustrar o projeto.

Os antecedentes

Ao assumir a presidência dos Estados Unidos, Ronald Reagan começou logo a executar metodicamente o plano de consolidar a dominação imperialista norte-americana sobre a América Central, como parte de uma estratégia mundial reelaborada depois do revés sofrido no Vietnã. Essa orientação não era novidade: estava traçada desde 1980, quando a convenção do Partido Republicano que indicou o nome de Reagan como candidato aprovava uma plataforma que “lamentava a tomada do poder na Nicarágua pelos marxistas sandinistas” e se comprometia a estabelecer ali “um governo livre e independente”, isto é, submisso, como fora a ditadura de Somoza, aos interesses dos Estados Unidos.

A medida inicial nessa direção foi o corte dos créditos abertos por Washington à Nicarágua na administração Carter. Seguiu-se a permissão para o treinamento de grupos anti-sandinistas na Flórida e a aprovação de um fundo de 19,5 milhões de dólares para financiar as operações secretas da CIA visando a desestabilizar o governo de Manágua.

Formalmente, entretanto, a posição de Washington era ainda a de que preferia uma solução política a uma solução militar para o conflito salvadorenho. Em 16 de julho de 1981, o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Thomas Enders, deixava de lado afirmações anteriores sobre um “confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos”, que estaria ocorrendo na América Central, para



El Salvador: remotas possibilidades de negociação

traçar um quadro em que o seu governo aparecia (como costuma estar o inferno) forrado das melhores intenções: “Só uma abordagem genuinamente pluralística — dizia — pode dar condições a uma sociedade profundamente dividida para conseguir viver sem convulsões violentas e resolver gradualmente suas divergências”.

Beias palavras, sem dúvida. Mas, traduzida em termos práticos, essa formulação transformava-se em seu contrário, com o apoio aberto do governo Reagan à junta salvadorenha presidida por José Napoleón Duarte e sustentada pelas forças armadas locais. A ajuda militar e econômica dos Estados Unidos para sufocar a luta da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), braço armado da Frente Democrática Revolucionária (FDR), foi aumentando constantemente.

Em vista do agravamento da situação, a França e o México apresentaram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em agosto de 1981, uma recomendação conjunta para que se realizassem negociações entre a junta e a FDR, e fosse efetuada uma reorganização das forças armadas como prelúdio indispensável a negociações livres e honestas. Essa proposta foi rejeitada pelos Estados Unidos, seguidos por nove países latino-americanos, entre os quais o Brasil; apenas Nicarágua, Panamá, Cuba e os Países Baixos apoiaram a iniciativa franco-mexicana. Fracassou, também, uma proposta de mediação da Internacional Socialista. Assim, ficou mais remota a perspectiva de uma solução negociada.

Em fevereiro de 1982, Reagan lançou o seu chamado Plano para a Bacia do Caribe e

América Central. O plano previa uma verba adicional de 350 milhões de dólares para os países da área, beneficiando principalmente o setor privado; incentivos fiscais para as empresas norte-americanas que investissem na região; livre ingresso no mercado dos Estados Unidos dos produtos da área, mesmo manufaturados; assistência técnica aos empresários locais para explorar as potencialidades do plano; e cooperação com os países que adotassem atitude idêntica.

A exposição de motivos do plano trazia claras ameaças à Nicarágua. E com referência a El Salvador, numa afronta à opinião pública mundial, Reagan chegava a dizer que a junta, responsável pelos crimes mais repulsivos, tinha feito "tentativas importantes" para igualar os padrões internacionais de direitos humanos. Os meios progressistas do continente entenderam a significação da manobra. Reagan estava apenas tentando vender uma nova versão da infundável política imperialista dos Estados Unidos. E o Congresso norte-americano não se deixou levar pelos dotes de persuasão do velho ator: rejeitou em parte a proposta do Executivo, reduzindo as verbas de ajuda propostas.

As eleições de março em El Salvador substituíram Napoleón Duarte por Alvaro Magaña, tido como "moderado". Em compensação, o líder da extrema-direita Roberto D'Aubuisson tornou-se presidente da Assembléia, preparando-se para ser candidato à presidência em 1984. O embaixador dos Estados Unidos em San Salvador, Deane Hinton, reviu um juízo por ele anteriormente formulado: D'Aubuisson, a quem qualificara como "um assassino patológico", passava agora a ser "basicamente um patriota", empenhado em trabalhar por um regime democrático...

Ainda em março de 1982, o governo dos Estados Unidos

anunciou estar de posse de fotografias aéreas supostamente reveladoras da "ampla extensão" da ajuda militar soviética ao governo da Nicarágua, que por sua vez seria o principal abastecedor de armamentos para a guerrilha salvadorenha. Haveria, até, quartéis "em estilo cubano"... Tratava-se, segundo o Departamento de Estado, de "provas definitivas" de que os revolucionários de El Salvador estavam recebendo armas soviético-cubanas via Nicarágua. O notório general Vernon Walters, na qualidade de enviado especial, andou em peregrinação pelas capitais do continente, exibindo esse material. Mas foi recebido com frieza pela maioria dos governos, entre os quais o do Brasil. O jogo era claro demais.

As tais "provas definitivas" destinavam-se a servir de cobertura diplomática a uma nova ofensiva estratégica que deixava para trás o palavreado sobre uma "solução política". Simultaneamente com a divulgação das fotografias, o *Washington Post* revelava, em 10 de março de 1982, que o governo Reagan autorizara a CIA a financiar e treinar um grupo de 500 homens que executariam operações de sabotagem contra objetivos econômicos na Nicarágua. Três dias depois, o *New York Times* acrescentava que esse comando paramilitar clandestino iria operar em outros pontos da América Central. A operação fora combinada com o governo argentino, que se propunha a fornecer mais 1.000 homens treinados por seus militares. Havia, contudo, divergências entre os parceiros: os Estados Unidos desejariam afastar os elementos somo-zistas, demasiadamente mal-afamados, e a Argentina queria incluí-los; além disso, Washington teria como objetivo principal a derrubada do governo sandinista, enquanto Buenos Aires pretendia concentrar esforços no item do fornecimento de armas cuba-

nas. Nesse tempo, a junta presidida pelo general Galtieri estava querendo mostrar serviços a Washington como gendarme em ação no continente. Mas, com o conflito das Malvinas, os generais argentinos sofreram uma amarga decepção: entre os interesses gerais do bloco da Otan e a colaboração dos militares do Prata, os norte-americanos optaram pela primeira alternativa, de maior valor estratégico.

Uma guerra não declarada

Os acontecimentos subsequentes foram um desdobramento inevitável das premissas estabelecidas pelos Estados Unidos em sua política para a América Central. Mas, já agora, com uma amplíssima ressonância mundial. A visita do papa João Paulo 2º à área, nos primeiros dias de março de 1983, foi um reflexo da gravidade da situação. Mas não contribuiu, lamentavelmente, para clarificá-la. O pontífice declarou que desejava "abrir o coração dos habitantes dessa região dilacerada pela guerra", mas não trouxe nenhuma perspectiva, limitando-se a enunciar generalidades inócuas e ambiguidades (ver, a propósito, neste número, as declarações do líder revolucionário salvadorenho Guillermo Ungo).

Março foi um mês decisivo. No dia 11, Reagan pediu ao Congresso uma verba adicional de 110 milhões de dólares, com vistas a um "programa de emergência" para El Salvador. "Está em jogo a segurança nacional — dizia, com inigualável cinismo — caso se permita que prevaleça na região a violência apoiada pela União Soviética". E invocava a "teoria do dominó", que se supunha sepultada no sudeste asiático: se El Salvador sucumbisse, outros países da América Central, e até o México, logo cairiam sob o domínio comunista. A guerrilha avançava e, militarmente enfraquecido, o governo salva-

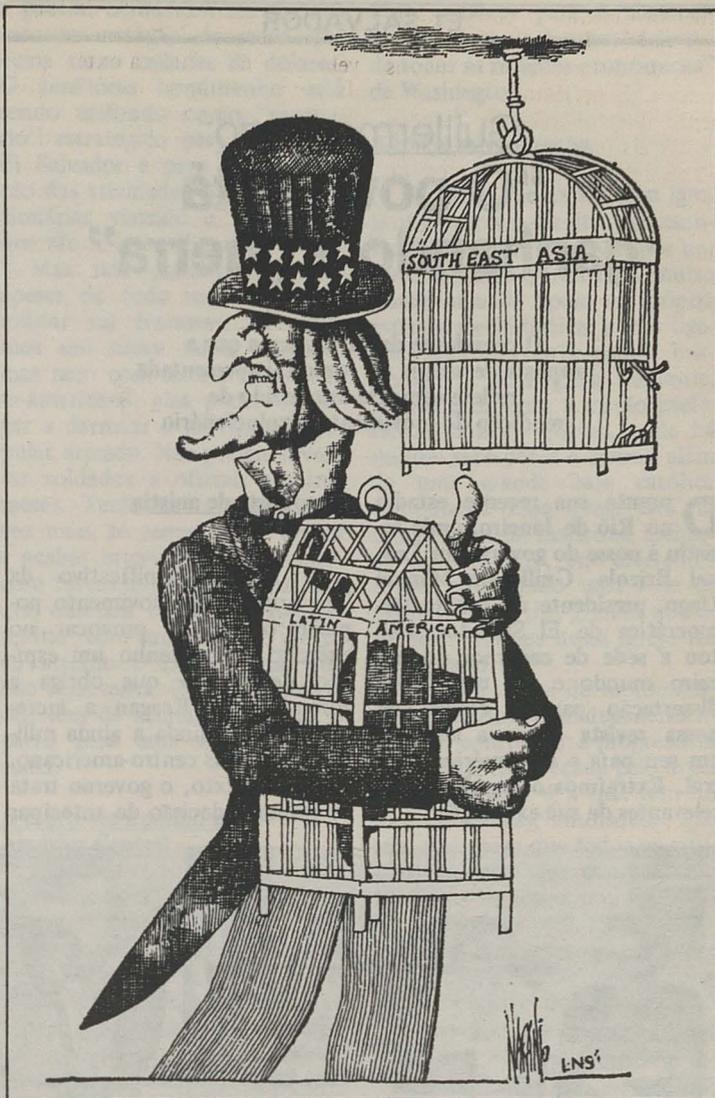
dorenho precisava de mais conselheiros norte-americanos, de mais dólares e mais armas.

Pouco depois começavam as hostilidades. Os *contras* somozistas, tendo Honduras e Costa Rica como santuários, desfecham o ataque contra a Nicarágua. O Conselho de Segurança realiza uma reunião de emergência para examinar a situação. Miguel D'Escoto denuncia: "Os Estados Unidos estão fazendo guerra à Nicarágua". Era essa a verdade pura e simples: o *New York Times*, em editorial de 10 de abril, convidaria o governo Reagan a reconhecer a existência de uma "guerra secreta" em pleno curso contra a Nicarágua.

Durante o debate no Conselho de Segurança, que durou cinco dias, o representante sandinista Víctor Hugo Tinoco advertiu que o conflito poderia degenerar numa guerra aberta com Honduras. A maioria dos 55 países participantes do debate condenou a atuação dos Estados Unidos, mas esse repúdio moral não fez cessar a agressão armada. O governo de Honduras continuou afirmando que não tinha nada a ver com a situação: não treinara os somozistas, não estava em condições de fazer guerra a ninguém.

Mas a posição oficial era desmascarada no próprio país. O presidente do Partido Democrata-Cristão de Honduras, Alfredo Landa Verde, denunciou que o governo hondurenho estava a serviço dos Estados Unidos, atuando como peça da grande estratégia norte-americana. Os invasores mantinham-se graças ao apoio logístico e ilimitado que recebiam de Honduras. Eram supridos de tudo, desde redes e comida até papel higiênico *made in USA*. O chanceler D'Escoto denunciou que tropas regulares hondurenhas participavam da agressão.

As operações militares foram completadas pela atividade terrorista. No começo de abril, foi



assassinada em Manágua a dirigente do movimento de libertação salvadorenho Mélida Anaya Montes, a comandante Ana Maria, a que se seguiu a morte do líder revolucionário Cayetano Carpio, em cujo desaparecimento os guerrilheiros salvadorenhos encontraram as marcas da CIA.

Nestes momentos, a situação evolui para um desfecho imprevisível. Uma coisa porém, é evidente: o imperialismo deu o sinal de partida para o seu plano bélico na América Central. De-

pois do Vietnã e do Oriente Médio, abre-se nessa região um novo teatro de guerra. Não é somente o governo popular da Nicarágua que enfrenta o risco de ser derrubado por armas estrangeiras, nem são apenas os movimentos libertadores da região, a começar pelo de El Salvador, que se encontram sob ameaça de ser esmagados a ferro, fogo e sangue, de acordo com o plano elaborado em Washington. A ameaça atinge a toda a América Latina. ●

Guillermo Ungo: "O povo está ganhando a guerra"

O presidente da FDR afirma que a proposta de anistia tal como foi apresentada, reflete somente um pedido de rendição do movimento revolucionário

Durante sua recente estadia no Rio de Janeiro, onde assistiu à posse do governador Leonel Brizola, Guillermo Manuel Ungo, presidente da Frente Democrática de El Salvador, visitou a sede de cadernos do terceiro mundo e fez uma breve dissertação para a equipe de nossa revista sobre a situação em seu país e na América Central. Extraímos os trechos mais relevantes de sua exposição:

A proposta de anistia

O avanço significativo da luta armada do movimento popular começa a provocar no exército salvadorenho um espírito de derrota que obriga a administração Reagan a incrementar mais ainda a ajuda militar a esse país centro-americano. Nesse contexto, o governo trata de impor a decisão de antecipar

as eleições e lança uma proposta de anistia.

Em relação às eleições, acreditamos que é um remédio que já foi tentado no último ano e que fracassou. Com mais razão, fracassará este ano em que a guerra se aprofundou, e quando o próprio governo norte-americano compromete seus recursos econômicos e militares. E a anistia parece traduzir mais uma proposta de rendição da guerrilha do que uma intenção real de modificar a situação do país. Em El Salvador há mais de 700 presos políticos e mais de dois mil desaparecidos, aos quais não se pretende incluir em nenhuma anistia. Portanto, interpretamos a iniciativa como uma oferta para uma rendição sem garantias de que no dia seguinte não seremos enterrados, depois de termos sido assassinados pelo esquadrão da morte.

É ridículo e absurdo que se peça a rendição a quem está ganhando a guerra. É em El Salvador é o povo que está ganhando a guerra. E quem está se rendendo é o exército salvadorenho. Já



Da esq. à direita: Pablo Piacentini, Paulo Cannabrava, José Pedro Cardoso (pres. do Partido Socialista uruguaio); dr. Raimundo Faoro, ex-presidente da OAB; Guillermo Ungo; Moacyr Werneck de Castro e Neiva Moreira na sede de "cadernos" no Rio de Janeiro

se renderam cerca de 400 soldados e vários oficiais, que depois foram postos em liberdade de acordo com as Convenções de Genebra, segundo testemunhou a própria Cruz Vermelha Internacional, e entregues novamente ao exército. Com eles, caíram em nossas mãos cerca de duas mil armas, além de morteiros e metralhadoras.

A resposta popular

Como afirmou o ex-procurador-geral da Justiça dos Estados Unidos, Ramsey Clark, o governo salvadorenho só se sustenta graças ao apoio norte-americano. Se a ajuda dos Estados Unidos tivesse cessado — como aconteceu em 1980, em dezembro, por uns poucos dias — o governo teria caído em termos militares e isso facilitaria, no plano político, a instauração de um governo democrático.

Mas, apesar de vivermos em um regime de terror, que imobiliza em certa medida a capacidade organizativa de nosso povo, o apoio popular ao movimento revolucionário se mantém. E os setores vacilantes se afastam cada vez mais e mais do governo, inclinando-se para a negociação e o diálogo. Isso indica que o povo salvadorenho quer a paz, porém não através de uma farsa eleitoral, que já foi tentada, mas através da negociação.

Junto à resistência popular, cabe destacar também a atividade heróica de uma série de instituições humanitárias como a Cruz Verde, as associações de Direitos Humanos, a Igreja — através de tantas freiras e sacerdotes comprometidos — as associações de pais e mães de desaparecidos, e a luta dos próprios prisioneiros dentro dos cárceres.

Solução política ou militar?

Nós achamos que a guerra vai se intensificar. E são os Estados Unidos que estão regionalizando

a guerra. Instalaram em Honduras uma estação de radar que custa cinco milhões de dólares. O território hondurenho está sendo utilizado como “santuário” estratégico para a luta em El Salvador e para a coordenação das atividades contra-revolucionárias visando a Nicarágua, que vão se intensificar.

Mas nós acreditamos que, apesar de tudo isso, a solução militar vai fracassar. Lamentamos um maior custo humano, mas nem com toda a ajuda norte-americana, eles poderão chegar a derrotar o movimento popular armado. Não podem inventar soldados e oficiais em três meses. Terão de recorrer, cada vez mais, ao esquema do Vietnã e acabar intervindo diretamente com forças norte-americanas se é que desejam insistir na solução militar, com todo o custo político interno e internacional que isso representa. Ou, caso contrário, têm de aceitar o fracasso e partir para uma solução negociada.

A teoria do dominó na América Central

A história mostra que os povos triunfam em sua luta pela democracia e pela justiça social. Se a Nicarágua venceu, El Salvador vencerá. E se El Salvador vencer a Guatemala vencerá. Isso é o que assusta a direita norte-americana e eles explicam esse fato com essa interpretação infantil da “teoria do dominó”.

É estranho: os Estados Unidos ignoraram durante décadas a América Latina, inclusive o Brasil, que é o país mais poderoso do continente. Mas quando a América Latina se recusa a ser um instrumento dócil de seus interesses, o império se lembra que somos uma “zona estratégica”. Antes, os interesses estratégicos dos Estados Unidos estavam no golfo Pérsico e no sudeste asiático. Agora acontece que a América Central se transformou em

uma “ameaça para o abastecimento e para o desenvolvimento de todas as relações econômicas” de Washington.

A igreja salvadorenha

Eu diria que existe uma igreja de extrema-direita, representada, fundamentalmente, por um ou dois bispos, mas com muito pouca base de apoio na própria estrutura eclesial, e sem ligações sólidas com a grande burguesia. É uma igreja militante, identificada com a opção preferencial com os pobres, onde há muitos sacerdotes e freiras, além de uma grande base católica camponesa. Essa igreja está lutando de várias maneiras, inclusive militarmente, em diferentes níveis, integrando uma série de organizações. Um grande número de militantes dessa igreja foi assassinado.

Desde a morte de monsenhor Arnulfo Romero há duas tendências em confronto: a progressista moderada, encabeçada pelo atual arcebispo, que é a que tem no momento maior autoridade, que tem mais peso que todos os políticos juntos e que conta com o apoio do Vaticano; e uma direita moderada que está, mais ou menos, em condições de igualdade de forças em relação à ala progressista a nível da igreja-instituição, mas que perde para esta nas bases.

A saída para El Salvador

A negociação é a única alternativa possível: estamos à procura da convergência com outros setores políticos, econômicos e sociais, que estejam, como nós, a favor da paz, mas que defendam um programa democrático e de mudanças. Dentro do próprio governo existem setores que se manifestam atualmente, embora timidamente, a favor dessa saída. Temos que chegar a conquistar a possibilidade de formar um governo de ampla participação. ●

A alternativa popular

Ramón Ortiz, dirigente das Forças Armadas Rebeldes (FAR), propõe a unidade das organizações insurgentes e faz um balanço de 20 anos de luta

Martín Morazán

Em 7 de fevereiro de 1963, Luis Augusto Turcios Lima e outros companheiros decidiram impulsionar a luta armada como via da revolução na Guatemala e fundaram as Forças Armadas Rebeldes (FAR). Foram épocas difíceis, duras. A incipiente guerrilha de então, isolada do povo, não pôde resistir aos ataques do exército e perdeu muitos dos seus melhores homens: o poeta Otto René Castillo, o chinês Marco Yon Sosa e o próprio Turcios Lima, entre outros.

Vinte anos mais tarde, cadernos do terceiro mundo convervou com Ramón Ortiz, membro da Direção Nacional das Forças Armadas Rebeldes: "Aprendemos que a principal causa dos golpes recebidos era a desvinculação do povo. Na década de 70, sem abandonar as armas, nos dedicamos ao trabalho político com as massas. Hoje, os militares teriam que acabar com a grande maioria da população guatemalteca para terminar com nossa base social de apoio", afirma o dirigente.

Isso foi em 1971, "quando se elaborou um série de estudos da realidade nacional — que hoje constituem nosso guia político — e fizemos um profundo estudo crítico". A partir daí, "nos demos conta que a guerrilha devia surgir da própria população, como produto do trabalho polí-

tico", assinala Ortiz. A seguir, cita Pablo Monsanto, fundador e atual comandante-em-chefe das FAR: "As massas não vão se jogar numa insurreição enquanto não contarem com uma força militar que seja capaz de neutralizar o poder repressivo do inimigo". E acrescenta: "Os últimos cinco anos são a melhor amostra que o terror não consegue dobrar um povo decidido a vencer. Nenhuma política genocida nos afastará desse povo, porque somos parte dele e lutamos por seus interesses".

Por outro lado, também em 1971, "nos convencemos da necessidade da unidade das organi-

zações revolucionárias, como elemento indispensável para garantir a união de todo o povo e constituir a vanguarda político-militar do processo". Nesse sentido — explica Ramón Ortiz — a criação da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) e do Comitê Guatemalteco de Unidade Patriótica (CGUP), "abriu a possibilidade de implementar uma ampla e flexível política de alianças, com base não em definições ideológicas, nem em compromissos principistas, e sim partindo de coincidências programáticas".

A unidade revolucionária, uma alternativa real

Em que etapa se encontra atualmente a luta revolucionária?

— Neste momento, a recuperação de armamento e equipamento militar é um objetivo fundamental das forças insurgentes. A consecução sistemática desse objetivo nos permitirá, a médio prazo, passar de uma atitude de resistência para outra de enfrentamento. Nos possibilitará, também, dar um salto de qualidade e infligir derrotas mais contundentes ao inimigo.



Enterro coletivo de camponeses guatemaltecos



Povoados indefesos são atacados e destruídos pelas forças governamentais

Quais têm sido os resultados da unidade das FAR com o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a Organização do Povo em Armas (Orpa) e o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT)?

— A proclamação da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) incidiu com muita força na situação política que vivia o país. O anúncio oficial da criação da URNG gerou grandes expectativas a nível nacional e internacional.

A formulação de um programa de governo definiu, pela primeira vez nos últimos 22 anos, uma alternativa concreta que possibilitava a unidade do movimento popular. Por outro lado, nesse momento, se criou o Comitê Guatemalteco de Unidade Patriótica (CGUP), um avanço a mais na unidade.

Este projeto revolucionário,

mais a força que expressa o movimento insurgente, permitiu aglutinar várias personalidades, a maioria delas residentes no estrangeiro, representantes de diferentes setores, que se identificaram com o programa revolucionário e constituíram o Comitê Guatemalteco de Unidade Patriótica. A proclamação da URNG e a formação da CGUP, somadas ao incremento da atividade guerrilheira, criaram novas expectativas a nível nacional e internacional, e se constituíram numa alternativa real para o povo da Guatemala.

O socialismo não se constrói da noite para o dia

Em caso de tomar o poder, que tipo de governo propõem as Forças Armadas Rebeldes?

— De acordo com uma das definições do companheiro Pablo

Monsanto, “nas condições concretas que se encontra o nosso país, não é possível a construção do socialismo da noite para o dia”. Quer dizer, é necessário um processo no qual se vão preparando as condições materiais para que o socialismo possa ser construído.

Então, o que vocês propõem para uma primeira etapa?

— Depois da vitória nos inclináramos por um governo popular, revolucionário, democrático e patriótico.

E quais seriam suas características?

— A principal é a presença de todos os setores do povo guatemalteco. Só serão excluídos aqueles que tiveram o poder em suas mãos e o utilizaram para explorar e reprimir. ●

A Miami dos pobres

Na fronteira mexicano-guatemalteca a concentração de refugiados cria problemas geopolíticos, evidencia as barbáries da repressão e põe de manifesto a solidariedade entre as pessoas que carecem de tudo

Juan Quispe

Os 850 quilômetros de fronteira entre o México e a Guatemala são pouco povoados, com exceção de Soconusco, próximo à cidade de Tapachula. Mas a demografia da região mudou significativamente nos últimos meses. Em janeiro de 1982, um comunicado à imprensa do Partido Revolucionário Institucional (PRI) em plena campanha presidencial de Miguel de la Madrid, anunciava a existência de 90 mil

guatemaltecos e salvadoreños na fronteira sul do país. Em outubro, a minúscula aldeia fronteiriça de Puerto Rico se havia transformado em uma aglomeração de 7.500 refugiados guatemaltecos. Em uma faixa de 20 quilômetros de largura ao longo da fronteira existem hoje em dia tantos refugiados do país vizinho quanto mexicanos.

A publicidade dada a essa situação durante a campanha pre-

sidencial e a atenção dispensada pelos bispos mexicanos do "Pacífico Sul" que tiveram um encontro num acampamento guatemalteco em território mexicano (fevereiro de 1982) transformaram os refugiados guatemaltecos em um problema internacional. Assim a ONU, através do seu Alto Comissariado para os Refugiados (Acnur), a ajuda privada mundial através de diversos organismos governamentais e movimentos humanitários e, posteriormente, a oposição mexicana, pressionaram os governos mexicano e guatemalteco no fim de 1982, no sentido de tomar medidas em benefício dos refugiados.

A partir de 1983, fala-se cada vez mais de uma "militarização da fronteira", que consistiria na formação de uma terra de ninguém, uma faixa de 20 quilômetros de largura, que obrigaria o deslocamento de toda a população — mexicana e guatemalteca — para "evitar problemas". As consequências humanas e sócio-econômicas desse deslocamento são apresentadas como um remédio tão perigoso (e explosivo) como o mal que se pretende curar.

Incidentes fronteiriços

As violações guatemaltecas da fronteira mexicana continuam num ritmo crescente no decorrer dos últimos vinte meses.

Helicópteros da Guatemala sobrevoam constantemente as cidades do estado mexicano de Chiapas que acolheram os camponeses do país vizinho. Os *kai-biles* (forças anti-guerrilheiras guatemaltecas) preocupam-se em estabelecer uma diferença entre seus contrerrâneos e os camponeses estrangeiros. Entre as vítimas mexicanas, mortos em seu próprio território, estão incluídos os membros de uma brigada de luta contra o impudismo integrada por funcionários da Secretaria de Saúde Pública. Em outra ocasião,





Os refugiados guatemaltecos recebem no México toda a solidariedade possível de seus irmãos camponeses

tropas guatemaltecas capturaram um mexicano e a família de refugiados que ele havia amparado, torturaram-nos e os atiraram no rio, embrulhados no mesmo pacote. O piloto mexicano de um teco-teco que transportava alimentos para um acampamento de guatemaltecos em Chiapas foi sequestrado e levado à Guatemala. Nesses dias, diversos jornalistas europeus e norte-americanos foram testemunhas de uma incursão de tropas guatemaltecas em território mexicano. Ao mesmo tempo, na região de Usumacinta, oficiais guatemaltecos desceram do seu helicóptero e "deram uma lição" aos mexicanos que abrigavam seus conterrâneos.

A escalada de violações territoriais foi interpretada por muitos mexicanos como uma manobra deliberada do governo da Guatemala, que estaria orquestrando uma provocação.

No cenário internacional, o México defende uma posição irrepreensível: exige respeito à autodeterminação dos povos, recusa-se a aplicar sanções diplomáticas ou econômicas contra Cuba ou a Nicarágua, respeita o direito de asilo, e se esforça em manter uma relação amistosa

com os vizinhos e por encontrar uma solução pacífica para a América Central. O prestígio crescente de sua posição naquela região oferece uma alternativa válida para a estratégia de "solução militar" impulsionada pelo presidente Reagan.

Tudo parece indicar que Ríos Montt pretenderia levar o México a perder a paciência e o equilíbrio, abandonar as respostas diplomáticas e recorrer à ação armada. Ficaria caracterizada, assim, uma "internacionalização do conflito". O México seria acusado de "nacionalista" ou "expansionista", o que o faria perder seu prestígio internacional.

Os refugiados

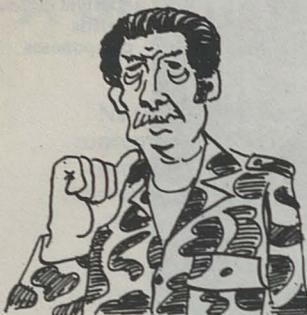
Do lado guatemalteco da fronteira, os crimes governamentais lembram as atrocidades do nazismo. Populações inteiras trancadas em suas casas, nas salas de aula e inclusive na igreja da aldeia, são incineradas vivas como vermes. Os policiais (*kaibiles*) ou os militares (*pintos*) jogam *rugby* com crianças vivas na presença de suas mães. Os rios se transformam, segundo a expressão corrente, em *rios de morte*, riachos

de sangue que arrastam corpos mutilados. Os fetos são retirados do seio materno (violado previamente) e costurados em cima do ventre do pai, ainda vivo. Testemunhos independentes (publicados por *Dial*, *Herodoto* e *Noticias de Guatemala*, da Costa Rica, que têm fontes de informação diferentes) citam casos de antropofagia: os militares guatemaltecos seriam dados a comer cérebros de crianças. Os refugiados órfãos se perguntam: "Por que é que eles matam as crianças e comem o que tem dentro de seus crâneos?"

Do lado mexicano da fronteira, a hospitalidade dos camponeses para com os refugiados é exemplar. Ela manifesta a solidariedade, como também a identidade econômica (camponesa) ou cultural (etnias, língua). Choupanas chiapanecas construídas para uma família de nove pessoas alojam até 31 refugiados. Pouco a pouco, as aldeias mexicanas organizam a recepção: desmatam para abrir uma clareira na floresta, oferecem madeira para a construção de casas, destinam um terreno para o cemitério guatemalteco (a população emigrada chega em um estado físico e psíquico deplorável), contratam

EU SOU O GENERAL RÍOS MONTT, PRESIDENTE DA GUATEMALA E HOMEM DE FÉ CRISTÃ

ESTOU TENTANDO TRAZER OS ENSINAMENTOS DO EVANGELHO A ESTE PAÍS ATRASADO



AS NOTÍCIAS DE QUE MINHAS TROPAS ASSASSINARAM MILHARES DE CAMPONESES SÃO FALSAS!

MANDAMOS TODOS ELES PARA O CÉU...



WASSERMAN
© 1982, LOS ANGELES TIMES SYNDICATE

pessoas para a colheita do café.

A generosidade é muito grande através de todo o país, da igreja católica, dos partidos políticos, do Instituto Nacional Indigenista e dos diversos comitês de solidariedade. Mas essa ação nem sempre é bem coordenada; os donativos de alimentos ou roupas ficam às vezes em mãos dos intermediários, ou sofrem problemas de armazenamento ou transporte. O organismo estatal, Comar (Comissão Mexicana de Ajuda aos Refugiados) procura controlar esse fluxo e pede que os donativos em dinheiro ou espécie sejam canalizados exclusivamente através de suas estruturas, o que nem todos os grupos solidários aceitam.

Os mal-entendidos teriam le-

vado, inclusive, à expulsão da zona de médicos mexicanos que não pertencem à Comar. Esses desentendimentos são graves, dado que a varíola, o impaludismo e outras doenças contagiosas, estimuladas pela miséria e pela subnutrição, geram uma situação epidêmica que extrapola os serviços oficiais e ameaça a população mexicana.

O fluxo guatemalteco apresenta um grave problema político no México. Se não surgirem estruturas adequadas para resolver o problema dos refugiados, Chiapas poderia se transformar em uma "Miami dos pobres", assim como a Flórida serve de abrigo aos *gusanos* ricos de Cuba ou da Nicarágua.

Existem, contudo, diferenças

notáveis: a população refugiada em Chiapas é composta principalmente por mulheres, velhos e crianças e não por homens ou gente jovem, mobilizados provavelmente pela luta popular... ou vítimas da repressão guatemalteca.

Essa realidade se choca com a figura jurídica, já que as leis de imigração mexicanas só autorizam a entrada maciça de guatemaltecos para trabalharem na colheita do café. Para sair do impasse, recorre-se frequentemente à corrupção. Circulam versões de que diversos refugiados "ajeitam" seus papéis com dois ou três mil pesos, ou com uma dúzia de tábuas de mogno que não são difíceis de conseguir pois a floresta é rica em madeira-de-lei.

Em todo caso, o fluxo migratório tende a continuar, pois as condições de vida — ou a simples possibilidade de continuar vivendo — são melhores no México.

Os militares guatemaltecos são os verdadeiros proprietários de "terras nacionais", oferecidas, em princípio, aos camponeses pelo governo, mas ocupadas de fato pelos oficiais ao longo da fronteira. Fala-se em Chiapas que existem situações semelhantes do lado mexicano. Os camponeses mexicanos que "colonizam" a selva em Marques de Comillas teriam tido que pagar seu *ejido* (terreno comunitário) a um lugar-tenente reformado que administraria os bens dos comandantes e coronéis.

Mesmo se admitirmos que situações como esta podem acontecer, os camponeses guatemaltecos têm motivos para invejar a sorte de seus irmãos mexicanos. Na Guatemala, quando chega o exército ou os *kaibiles*, as colheitas são incendiadas se pertencerem aos camponeses. Quando as terras pertencem a um oficial, como em San Francisco (300 mortos), só tocam fogo no povoado.

Como explicar o comportamento do governo guatemalteco?



Por que arriscar-se à violação de fronteiras de um país muito mais poderoso? O que lucram eles com o massacre de crianças? Por que matam inclusive os fetos?

As intenções guatemaltecas

Patrulhas civis, espécie de milícias camponesas, são recrutadas à força para impedir o êxodo em direção ao México e para reter a população indígena na Guatemala. Mas esta última, em seu território nacional e inclusive mais além da fronteira, é objeto de um genocídio. Por quê?

A imagem indígena da Guatemala é importante para a nação. Numa entrevista concedida a jornalistas da revista *Nacla*, Ríos Montt gaba-se de sua pele cobreada, de suas origens étnicas, de sua cultura diferente, de preferir um prato diário de feijão preto aos *hamburgers* e ao *corn flakes* "gringos".

Para se manter no poder um governante da Guatemala deve identificar-se claramente com 60% da população indígena. Para não passar por vassalo dos Esta-

dos Unidos, deve reivindicar a particularidade cultural que a sociedade camponesa lhe concede. O índio é o símbolo da Guatemala.

Mas o índio recusa-se a concentrar-se em aldeias. Prefere suas paragens dispersas em outras áreas rurais ou na floresta, o que o torna incontrolável. E as etnias da Guatemala falam 15 línguas que podem derrotar os esforços de qualquer polícia secreta para decifrá-las.

A cultura indígena resiste a todos os esforços de educação "nacional". As aldeias indígenas têm autoridades paralelas, um verdadeiro desafio ao poder.

Para resolver a contradição é preciso dizer ao índio que ele é o verdadeiro guatemalteco, e reduzir ao mesmo tempo o contingente de população indígena de 60 a, digamos, 40%. Não exterminá-los, pois seria ameaçar a existência da nacionalidade, mas controlá-los (particularmente as mulheres grávidas e as crianças). Em suma, manter ao mesmo tempo o poder sobre o índio e a imagem indígena que justifica o

A desculpa da subversão justifica constantes massacres com os quais se quer exercer um "controle demográfico" sobre a maioria indígena

poder sem ameaçar sua autoridade. O governo utiliza o argumento do "quadro subversivo" que vive o país para justificar e tornar possível esse "controle demográfico".

Em nisso consiste a estratégia aplicada metodicamente: uma mistura sábia entre a operação de sedução indígena (para a qual Ríos Montt convidou a imprensa e os observadores estrangeiros) e os massacres sistemáticos com a ajuda de peritos internacionais: norte-americanos, israelenses, argentinos.

Enfim, um equilíbrio impossível de manter durante muito tempo e condenado a ruir por terra a partir do momento em que — superando as previsões das próprias organizações revolucionárias — os indígenas resolverem incorporar-se maciçamente à guerra popular. ●

Na encruzilhada

Esperam-se definições na área econômica com vistas a orientar o país para a consolidação de sua independência

Miguel Conde

Há no ambiente político mexicano uma interrogação relacionada com o futuro do país e com o destino de seu projeto histórico como nação: poderá a nova administração superar os obstáculos que se lhe apresentam?

Essa expectativa é alimentada por numerosas fontes. A mais importante é a crise econômica com que o país se defronta, a mais aguda dos últimos 50 anos, segundo reconhecem as próprias autoridades.

riência nos cargos da alta política. Nenhum dentre eles havia dirigido antes — a título de responsável direto por um setor — áreas da administração pública.

Diversos grupos sociais perguntam-se se os títulos, pós-graduações, doutorados e mesmo mestrados obtidos em Harvard, Cambridge, Yale, Melbourne, Paris ou Ottawa, constituem garantia de que esses jovens poderão tirar o país da crise econômico-financeira, fortalecendo-o em sua soberania e independência,



Miguel de la Madrid: pressionado pelos empresários e pelo clero

Paralela a essa crise corre a composição do novo governo, cujo gabinete econômico — sobre o qual recai a mais grave responsabilidade do momento — está integrado por funcionários com um grande preparo acadêmico e que, do outro lado da balança, demonstram pouca expe-

tornando-o vitorioso na defesa de sua autodeterminação e de seus recursos naturais, consolidado em seu sistema democrático, incorporado a um modelo próprio de desenvolvimento que o aproxime de seu anseio de justiça social e que o engrandeça em sua política externa.

“Estratégico” para o tio Sam

Acontece que nunca, no México, tanta coisa estivera em jogo em tão pouco tempo. Além dos problemas econômicos, graves por si mesmos, a nação está sendo acossada pelos Estados Unidos e, internamente, por uma reação que trata de impor ao país a todo custo seu próprio projeto.

A firme oposição do México às pretensões hegemônicas dos Estados Unidos na América Central fere profundamente a sensibilidade imperial, além de representar uma barreira incômoda e às vezes intransponível a seu caráter autodesignado de dono e guia dos destinos da América Latina.

Mas a arrogância norte-americana busca não somente sobrepor-se à política externa do México como à defesa dos recursos naturais do país. A reserva petrolífera do México (a quarta do mundo) é a grande alternativa à dependência estratégica norte-americana das fontes de abastecimento do Oriente Próximo.

Há muitas provas disso. Uma delas é a mudança significativa do conceito do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas dos Estados Unidos sobre o México, tal como se expressa nos orçamentos de 1982 e 1983. Enquanto que no de 82 considerava-se o México como um país a mais dentro do conjunto latino-americano, no de 1983 o país aparece colocado no primeiro plano de seu interesse “estratégico”.

A história petrolífera mundial e a mexicana, em particular, demonstram que os mecanismos de poder tradicionalmente utilizados pelo “colosso do norte” se têm baseado no estabelecimento de relações bilaterais que permitam o controle, por parte deles, sobre as decisões de produção e distribuição do petróleo. Isso se tem conseguido geralmente aprofundando o endividamento exter-



Camponeses mexicanos: as suas condições de vida se deterioraram seriamente nos últimos anos

no das economias dos exportadores ou estabelecendo um maior controle sobre o mercado interno, o que facilita o acesso às matérias-primas.

Não é de estranhar, então, que essa dependência estratégica norte-americana impulse o desenvolvimento de esquemas econômicos e geopolíticos destinados a aprofundar ainda mais a já notória dependência mexicana em relação a Washington.

Cifras alarmantes

Os sinais da gravidade da situação são múltiplos. A economia do México é das mais endividadas do mundo, (a dívida é da ordem dos 85 bilhões de dólares); o país está virtualmente descapitalizado (calcula-se que entre fevereiro ou março e 1º de setembro de 1982, houve uma evasão de 50 bilhões de dólares). O comércio externo depende em 96% dos países industrializados e em mais de 80% dos Estados Unidos; o petróleo representa

75.3% das exportações (com a redução do preço do óleo cru em quatro dólares o barril, calcula-se que o México perderia anualmente dois bilhões 190 milhões de dólares com a exportação de 1.5 milhão de unidades por dia); importa-se muita tecnologia (engenharia básica, construção de fábricas, instalação de equipamentos, tecnologia de processamento, uso de marcas e autorização de patentes etc), cuja grande maioria é fornecida pelos Estados Unidos; e o déficit acumulado em conta corrente foi, entre 1977 e 1981, de 26 bilhões 676,8 milhões de dólares.

A administração Reagan contribuiu para agravar essa situação, impondo o *dumping* a doze artigos agrícolas e pesqueiros que o México exporta para os Estados Unidos.

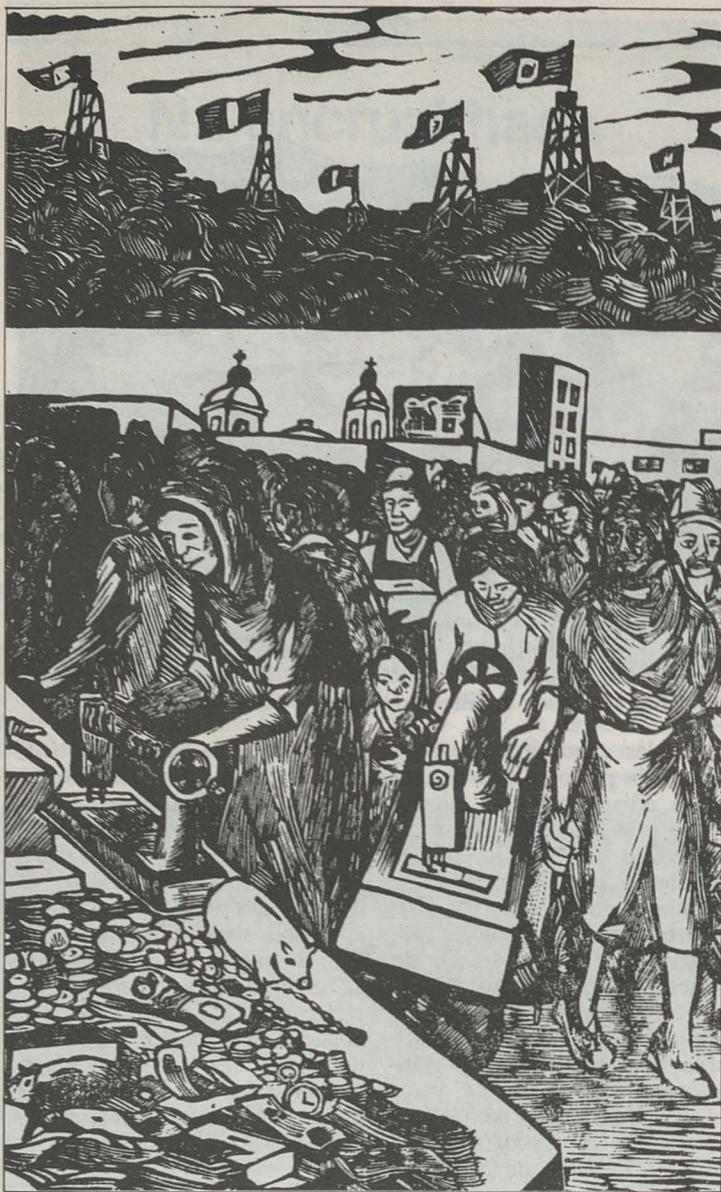
Além disso, Washington endurece sua política de migração para com os trabalhadores sem documentos. Calcula-se que em 1982 um milhão e 500 mil mexicanos atravessaram a fronteira

com os Estados Unidos à procura de trabalho e sem documentação em ordem. Estima-se que em 1983 a cifra será de dois milhões.

Aproveitando a crítica situação financeira do México, os norte-americanos negociaram, em 1982, um crédito de um bilhão de pesos em troca da entrega de 40 milhões de barris de petróleo até 1983. O México é atualmente o principal fornecedor de petróleo dos Estados Unidos, pois, ao cobrir 14.7% das importações norte-americanas, superou a Arábia Saudita.

Inimigos externos e internos

Como se fosse pouco, há quem considere nos meios políticos latino-americanos que as constantes incursões do exército guatemalteco em território mexicano foram autorizadas e mesmo promovidas pelos Estados Unidos, com o objetivo de comprometer os mexicanos em um conflito bélico que enfraqueça sua posição pacifista e de nego-



O esforço popular apoiou a nacionalização do petróleo há meio século. O México, hoje, precisa de definições semelhantes às defendidas por Lázaro Cárdenas

ciação política em relação aos problemas da América Central.

A situação interna do México também é complexa e difícil. Pela primeira vez na história do país, a direita — a reação — encabeçada pelos grandes capitais locais e estrangeiros (estes através de testas-de-ferro) e pela alta hierarquia católica, iniciou uma vasta ofensiva contra as posições progressistas do governo e da classe trabalhadora, principalmente a partir de 19 de setembro do ano passado, data em que o então presidente José López Portillo nacionalizou os bancos privados e estabeleceu o controle

generalizado do câmbio. Enquanto os empresários promovem campanhas de boatos e se mobilizam por todo o país para pressionar o novo governo do presidente Miguel de la Madrid através das reuniões "O México em liberdade" e ameaçam paralisar a produção por falta de divisas que eles mesmos saquearam do país, o clero interfere cada vez mais nas decisões da vida nacional, apesar de proibição expressa da Constituição.

A situação repercute seriamente nas condições de vida da classe trabalhadora e marginal. Enquanto os preços subiram anualmente, entre 1977 e 1982, em 20.7, 16.2, 20, 29.8, 78.9 e 100%, os salários foram aumentados no mesmo período em 10, 12, 15, 21.5, 29.5 e 33.55%.

Enfim, o destino histórico do México está seriamente ameaçado e impõe a definição da estratégia econômica, não como um fim em si, mas como um instrumento para o desenvolvimento nacional.

Pode-se antecipar a curto prazo um período de contínuas pressões políticas, econômicas e mesmo militares dos Estados Unidos visando a desviar o país de seu curso legítimo.

Dessa complexidade decorre a importância vital da nova administração do presidente Miguel de la Madrid, que assumiu o cargo a 19 de dezembro passado, e cuja responsabilidade mais grave recai no gabinete econômico, por ser este o instrumento que pode assegurar a soberania, a independência e a livre autodeterminação do país.

O México está entrando numa etapa de sua história que não só exige uma maior consolidação de suas relações com os países do Terceiro Mundo e com os produtores de matérias-primas — principalmente com a Opep — como também definições nacionais, similares às formuladas pelo general Lázaro Cárdenas há quase meio século.

●

●

Uma parede para separar os vizinhos

Para poder viver em paz com o poderoso país do norte, o México precisa romper primeiro os laços de dependência

Alicia Sepúlveda*

Os mexicanos, infelizmente, estão habituados a serem objeto, pretexto e destino de numerosas declarações provenientes dos Estados Unidos. Com a justificativa da vizinhança, estes criticam a manipulação de seus recursos, indicam a forma de solucionar seus problemas financeiros, divergem do rumo de sua política internacional. Trata-se de uma situação completamente irregular e que, nos

* Analista e encarregada de publicações do Congresso do Trabalho (CT) do México, que agrupa 12 milhões de operários

fatos, constitui uma falta de respeito absoluto à soberania mexicana.

Nos primeiros meses de 1983, essa chuva de conselhos transformou-se em um dilúvio. A queda iminente dos preços do petróleo, gerador de 80% das divisas mexicanas, tornará mais aguda a crise econômica interna e, com isso, o mal-estar social. Esse foi o denominador comum dos pronunciamentos provenientes, em sua maioria, de setores extremamente conservadores, preocupados diante da eventualidade de saídas revolucionárias para a crise. O senador Henry Jackson,

por exemplo, fez um apelo visando "a volta de nossas forças de ultramar para defender nossa fronteira", porque poderia eclodir no México uma revolução e "nos depararemos com um governo castrista em nossa fronteira".

Essas declarações poderiam ser minimizadas dizendo-se que se trata de mais um desses lunáticos ultramontanos que pululam na política norte-americana. Entretanto, apenas dois dias depois, o subsecretário de Estado Thomas Enders admitiu diante dos integrantes da *American Legion*, sólido bastião do anticomunismo mais ferrenho, que existia a possibilidade de que em 1987 ou 1988 "estejamos combatendo no Canal (de Panamá) e na fronteira mexicana". A seriedade da declaração era respaldada pela presença do presidente Ronald Reagan no mesmo ato. Como encerramento, John Gavin, embaixador norte-americano no país asteca, expressou na Câmara de Comércio México-Estados Unidos que "é do interesse dos Estados Unidos contar com um México forte, livre e próspero" pois "o que é prejudicial para os mexicanos,



Trabalhadores mexicanos emigram diariamente para os Estados Unidos em busca de emprego



A linha divisória entre os Estados Unidos e o Terceiro Mundo



Camponeses mexicanos

também é para nós”.

Amedrontar o nacionalismo revolucionário

Qualquer extraterrestre que só se baseasse nessas declarações chegaria à conclusão que os investimentos estrangeiros no México corriam um sério perigo, que existia um forte movimento

revolucionário perfeitamente organizado e, finalmente, que as massas, em marés incontidas, estavam a ponto de tomar o poder de assalto. Atualmente, não há nada mais falso. Pelo contrário, está se oferecendo todo tipo de facilidades ao capital estrangeiro, até o ponto de serem discutidos mecanismos que permitam tornar mais flexível a aplicação da lei que regulamenta os investimentos estrangeiros.

Por sua vez, o movimento operário encontra-se, em geral, desarticulado, encurralado no falso dilema “empregos-salários”, na defensiva, lutando no nível sindical mais imediato, carente de soluções globais para a crise. A situação dos partidos de esquerda também deixa muito a desejar.

Qual a razão, então, de tantas declarações?

Em primeiro lugar, se pretende amedrontar os setores que promovem o nacionalismo revolucionário como saída para a crise, acenando com o fantasma

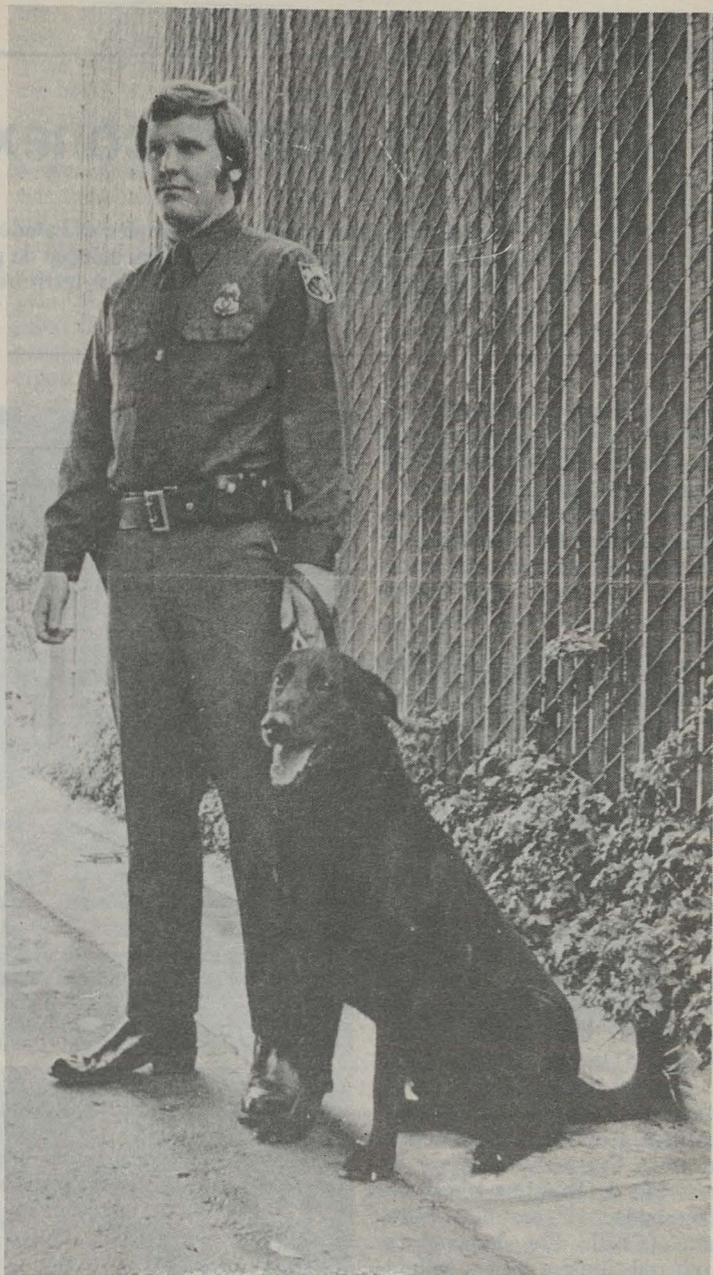
da intervenção estrangeira que suas ações acarretam. O emprego dessa suja chantagem é bastante antigo e se torna visível cada vez que surgem problemas no México. Em segundo lugar, porque se trata de desacreditar as políticas interna e externa para evitar que o “mal exemplo” se espalhe, como acaba de acontecer mais uma vez depois da nacionalização dos bancos e do estabelecimento do controle total de câmbio, a 1º de setembro do ano passado. Embora os mexicanos tenham esquecido o papel por eles desempenhado depois de 1910 e na década de 30, os Estados Unidos não esqueceram. É imprescindível, para o êxito de sua atual política belicista, provocar um distanciamento entre o México e o resto do Terceiro Mundo, especialmente no que diz respeito à América Central. O México é, senão o único, um dos obstáculos mais importantes à política norte-americana de agressão contra Cuba e Nicarágua.

Por último, trata-se de derrubar até o último tijolo da parede que separa o México dos Estados Unidos. É evidente que não se trata de uma parede tangível. Ela é formada por uma série de tradições, de princípios, que permitem aos mexicanos manterem uma linha própria de comportamento apesar de serem vizinhos da nação mais poderosa — e mais intervencionista? — do mundo moderno. Trata-se da luta incessante travada por milhões de mexicanos para construir um país economicamente independente, baseado em seus próprios recursos e que visa satisfazer as necessidades das grandes massas trabalhadoras. Trata-se da negativa de integrá-los totalmente à economia norte-americana e de uma obstinada decisão de independência que sobrevive até hoje, embora com um custo muito alto.

Trata-se da defesa da sua soberania e da de outras nações aliadas. É isso o que se pretende mudar. É esse o motivo das monstruosas pressões contra a moeda, contra o setor produtivo, contra as finanças mexicanas. E daí as declarações e outras chantagens mais diretas, como as expulsões de cidadãos sem documentos. E, como em todas as chantagens, ceder, fazer o primeiro pagamento, é ser escravo para sempre.

A saída para os problemas mexicanos é, certamente, construir um país forte e próspero, mas não como pensa John Gavin. Um México forte e próspero só é viável se se acabar com a miséria e a marginalização de muitos milhões de mexicanos. E esse objetivo não pode ser atingido fazendo novas e mais onerosas concessões ao capital estrangeiro.

Com efeito, a boa vizinhança não pode existir entre desiguais, entre um amo e um subordinado. Para viverem em paz com o poderoso vizinho os mexicanos têm de reforçar a parede norte, in-



A boa vizinhança não pode existir entre um amo e seu subordinado

dependizando a economia, fortalecendo o mercado interno, comerciando com outras nações. O princípio da autodeterminação das nações precisa tornar-se realidade. É necessário fortalecer-se internamente, dando alimenta-

ção, trabalho, moradia, educação e saúde ao povo. Pode-se começar fazendo um enérgico protesto cada vez que os pró-consules se intrometerem em assuntos que dizem respeito exclusivamente aos próprios mexicanos. ●

Os crimes conexos

Dois atentados comovem a Europa e os Estados Unidos, enquanto Begin, indiferente a qualquer solução de paz, prossegue sua política de assentamentos judeus nos territórios ocupados

Beatriz Bissio

Um solitário assassino entrou sem problemas no Hotel Montechoro, em Albuferras, Portugal, em 10 de abril passado e matou no *hall*, diante de numerosas testemunhas, Issam Sartawi, dirigente palestino que representava a OLP em uma Conferência da Internacional Socialista. Em Beirute, poucos dias depois, a 18 de abril, uma carga de dinamite fez voar pelos ares grande parte do edifício da embaixada dos Estados Unidos, com mais de 50 vítimas.

Embora separados por distâncias geográficas consideráveis, o assassinato de Sartawi e o atentado contra a embaixada norte-americana têm muito em comum. Não apenas pelo recurso extremo à violência por parte de seus autores, e sim porque ambos tendem a questionar e até inviabilizar uma saída negociada para o Oriente Médio.

Sartawi havia dedicado os últimos dez anos de sua atuação política à difícil tarefa de aproximar a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Ele demonstrou, com trabalhosa e paciente diplomacia, que a social-democracia e outros setores políticos do velho continente, inclusive, podiam modificar sua posição em relação ao problema árabe-israelense, reconhecendo o direito palestino à autodeterminação em um Estado independente. Com isso, eles não estariam cometen-



Os destroços da embaixada norte-americana e o dirigente palestino Issam Sartawi, morto no chão do hotel: crimes que têm muito em comum



do nenhuma heresia, já que a OLP é uma organização responsável e disposta a flexibilizar suas posições para concretizar uma saída viável para a permanente instabilidade do Oriente Médio, originada, fundamentalmente, na falta de uma solução para a questão palestina. Os europeus estariam, assim, reparando em parte o dano histórico cometido com a usurpação do território pátrio.

O caminho da negociação

Foi Issam Sartawi que abriu para a OLP e para Yasser Arafat o caminho da presença na ONU (quando, em 1975, em seu célebre discurso, o dirigente máximo palestino afirmou que tinha um ramo de oliveira na mão e a arma na outra). E com essa nova polí-

tica, a OLP se projetava no cenário internacional como uma força revolucionária e não como um bando de terroristas, imagem esta que a bem instrumentada influência israelense nos meios de comunicação e agências de notícias tinha conseguido disseminar em todos os cantos do planeta.

Mas a ação de Sartawi ia mais longe. Devidamente respaldado pela OLP, ele se entrevistou em julho de 1982, em Paris, com o general israelense Peled e participou em fevereiro passado, em Túnis, de uma reunião com membros do Partido Trabalhista de Israel. "Devemos seguir o caminho da negociação para deixar os israelenses sem desculpas de espécie alguma para não negociarem com os palestinos", declarou Sartawi, explicando sua

posição. E em sua última entrevista, concedida na própria manhã do crime ao jornalista *freelancer* colombiano Oscar Guerrero, o dirigente palestino tinha afirmado: "Não descansarei até fazer sentarem à mesma mesa Reagan, Begin e Arafat". Essas declarações, publicadas em Lisboa pelo periódico "O Jornal" (ver quadro), são eloquentes. Ilustram um plano (que não conta com um apoio unânime dentro da OLP) tendente a comprometer os mais influentes políticos europeus na tarefa de pressionar Reagan e Begin a negociarem diretamente com a OLP.

O fato de que Arafat se sentasse à mesa de negociações diretamente — e não através de terceiros como propõe Reagan, sugerindo para esse papel o rei

A PROPOSTA DE SARTAWI

□ Eis as declarações de Sartawi em relação à negociação com Israel e ao Plano Reagan, na própria manhã da sua morte:

- O Plano Reagan é inaceitável para os palestinos, inclusive porque nós não confiamos em Washington. As tropas de Israel continuam a ocupar o território libanês, com o pretexto de vigiar a paz. Reagan não tem qualquer proposta que favoreça o povo palestino. A administração Reagan é cega. Quer tapar o sol com a peneira e isso é impossível. A nossa luta é justa, a OLP é reconhecida por muitos governos e temos o direito de viver na nossa pátria.

- Eu sou uma espécie de embaixador itinerante na Europa, funcionando a partir de Paris como conselheiro pessoal de Yasser Arafat. Tenho uma grande experiência na Europa. Aqui, em Montecarlo, espero ter vários encontros de alto nível com personalidades da Internacional Socialista e sentar-me à mesa com Shimon Peres. É a oportunidade para um diálogo moderado, pois sou muito realista e sempre pensei que os encontros devem ser diretos, neste caso entre israelenses e palestinos.

- Já fui ameaçado de morte várias vezes. Sobretudo quando o chanceler austríaco Bruno Kreisky me concedeu o prêmio da paz. Respondi às vozes anônimas que os que lutam pela paz têm muitos inimigos.



- A minha ambição — que há oito meses estou tentando concretizar — é sentar à mesa de diálogo Ronald Reagan, Menahem Begin e Yasser Arafat, e ainda, Bruno Kreisky como observador. Só dessa forma se conseguirá um acordo direto. Os três à mesma mesa seria uma conquista importante para a paz no Oriente Médio. Irei lutar por todos os meios para que este encontro se concretize. (...) Pessoalmente fiz todos os contatos necessários entre Telavive, Washington e a OLP e, quando este Congresso da Internacional Socialista for encerrado irei informar Arafat sobre os resultados. Depois terei um encontro em Paris ou em Washington com um representante da administração Reagan. Para essa reunião de cúpula, conto ainda com o apoio pessoal e político do chanceler austríaco.

Hussein — teria implicado avanços significativos em relação à situação atual. Não somente o reconhecimento por parte dos Estados Unidos e Israel da OLP como única e legítima representante dos palestinos (o que no momento nenhum deles aceita), mas o compromisso dos responsáveis diretos pela tragédia palestina de chegarem a um acordo que assegurasse a esse povo em diáspora um território e um governo autônomo.

É válido duvidar da possibilidade de que o direito a se sentar à mesa de negociações seja atingido pela OLP através da ação diplomática e das pressões de governos aliados ou simpatizantes da causa palestina. Mas não se pode acusar quem atua nesse terreno e com essa esperança, de traidor, como fizeram com Sartawi alguns setores extremistas palestinos.

Ação extremista

O assassinato foi assumido aparentemente pelo grupo encaçado por Abu Nidal, cujo nome verdadeiro é Abry Al Banamas. Referindo-se a ele, recentemente, Sartawi tinha declarado: “Quando caem nas mãos da OLP, os partidários de Abu Nidal acabam admitindo que foram recrutados pelos serviços secretos de Israel nos territórios ocupados. Contrariamente ao que se poderia pensar — acrescentava Sartawi — Abu Nidal não é um extremista a serviço da Frente de Rejeição mas um renegado a serviço de Israel”. Segundo se soube naquela época, os serviços de segurança austríacos tinham estabelecido com absoluta certeza que o braço direito de Abu Nidal foi quem matou o representante da OLP em Bruxelas, Naim Khader, e o responsável pelo ataque à sinagoga em Viena, ambos ocorridos em 1981. Abu Nidal foi expulso da OLP em 1974 e condenado à morte, à revelia, dois anos mais tarde.

Dos setores palestinos que integram a OLP, só o grupo conhecido como FPLP — Comandante-geral, de Ahmed Jibril (uma dissidência da Frente Popular de George Habash) coincidiu com a qualificação de “traidor” para Sartawi. Jibril é conhecido nos setores palestinos por sua intransigência e suas posições extremistas e carece de peso dentro da estrutura da Organização.

A interpretação majoritária do papel cumprido por Issam Sartawi está refletida no comunicado emitido por ocasião de sua morte pelo Comitê Executivo da OLP, do qual fazem parte a Frente Popular de Habash e a Frente Democrática de Libertação da Palestina, liderada por Hawatme, ambos de tendência marxista. Diz o comunicado: “Sartawi morreu lutando dentro do próprio terreno inimigo e foi capaz de alcançar êxitos que muito serviram à causa do nosso povo”. E Arafat afirmou: “Sartawi estava abrindo um caminho novo para o povo palestino, baseado no diálogo, mas sem abrir mão de nossos princípios; por isso foi assassinado”. Arafat acusou o *Mossad* (serviço secreto de Israel) pela autoria do crime.

Mas Sartawi não foi o primeiro. Em 1978, tinha sido assassinado o representante da OLP em Londres, Saïd Hammani, considerado o homem que iniciou o diálogo com os israelenses. Em junho de 1981, foi assassinado Naim Khader, em Bruxelas, e em 1º de agosto houve uma tentativa de assassinato contra Abu Dabud, dirigente da *Al Fatah*. Também na Europa, desta vez em Roma, foi assassinado em outubro de 1981, Majed Abu Sharar, encarregado dos contatos com os palestinos dos territórios ocupados por Israel.

Essas mortes afetavam palestinos com contatos na Europa e em alguns círculos israelenses. Sartawi era amigo pessoal de duas figuras chaves na ofensiva diplomática da OLP na Europa,

o ex-chanceler austríaco Bruno Kreisky e o presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt. Foi Brandt que o convidou para a reunião de Albuferras.

Os homens públicos costumam reconhecer que em política as amizades nem sempre são transferíveis. Os assassinos de todos esses líderes palestinos — quadros forjados com sacrifício em longos anos de militância — sabiam muito bem que não será fácil para a OLP substituir Hammani, Khader, Abu Sharar e Sartawi, em seu trabalho diplomático no velho continente.

O atentado à embaixada

Pela sua magnitude e consequências, o atentado à embaixada norte-americana em Beirute já foi qualificado por alguns comentaristas do Oriente Médio como um “mini-Pearl Harbor”, fazendo referência ao surpreendente e eficaz ataque japonês à principal base norte-americana do Pacífico, durante a 2ª Guerra Mundial.

Embora três grupos tenham reivindicado a autoria do atentado, são muitas as opiniões que coincidem em ver a mão do *Mossad* na perícia dos detalhes do planejamento e execução das explosões. É o que pensa, por exemplo, Suleiman Franjeh, velho dirigente conservador libanês. Sua opinião coincide com a do parlamentar norte-americano Larry Blaizer, membro do Comitê de Relações Exteriores do Congresso, para quem só o *Mossad* poderia dispor das informações necessárias para planejar uma operação tão bem-sucedida como o ataque contra a embaixada dos Estados Unidos no Líbano.

O jornal *As Safir*, de Beirute, também se inclina por essa interpretação, lembrando o “caso Navon”, de 1954, sufocado pelo governo de Telavive, que temia um escândalo internacional. Naquela época, agentes da inteli-

gência israelense recrutados entre a população judaica local, foram responsáveis pela colocação de bombas em bibliotecas norte-americanas no Cairo e em Alexandria. Objetivo: fazer fracassar as negociações entre o governo dos Estados Unidos e o novo regime egípcio, encabeçado por Gamal Abdel Nasser.

Curiosamente, poucos dias antes do atentado à embaixada dos Estados Unidos em Beirute, a Rádio Israel vaticinava que Washington estava decidida a intensificar seus esforços para que a missão Philip Habib conseguisse alguma vitória nas negociações para a retirada das tropas sionistas do território libanês. Menahem Begin, por seu lado, em reiteradas oportunidades, tinha manifestado seu desejo de que os Estados Unidos se retirassem das negociações que, segundo seu ponto de vista, deviam se desenvolver exclusivamente entre os governos libanês e israelense. Porta-vozes do presidente Amin Gemayel assinalam que o Líbano não tem interesse em um acordo desse tipo.

A mesma posição de Begin foi defendida pelo ministro de Relações Exteriores de Israel, Yizhak Shamir, em uma conferência pronunciada em Haifa. Shamir censurou Habib por "interferir na concretização dos interesses básicos de Israel" no Líbano.

Na hora da explosão, Habib, supostamente, deveria se encontrar na embaixada, coisa que na realidade não aconteceu. No entanto, muito mais do que a figura do negociador Habib, foi a própria política norte-americana para o Oriente Médio que se viu questionada pelos 250 quilos de dinamite que fizeram cair os sete andares da sede diplomática.

Uma cortina de fumaça

Os dois atentados — contra a embaixada norte-americana e contra Sartawi — seriam assim



Uma das colônias judias na Cisjordânia ocupada: anexação "de facto"

elos da mesma cadeia de intransigência que mina o caminho da negociação no Levante.

E servem como cortina de fumaça para desviar a atenção do plano que Begin executa, implacável: incrementar os assentamentos de colônias judias nos territórios ocupados com a meta de chegar em 1986 a 100 mil judeus — em geral, tão fanáticos quanto o próprio primeiro-ministro —, bem no coração da população árabe subjugada¹.

Nas comemorações do 35º aniversário da criação do Estado de Israel (coincidentes com a data do atentado à embaixada norte-americana), Begin anunciou um novo assentamento, desta vez na montanha próxima à populosa cidade palestina de Nablus, na Cisjordânia. Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro rejeitava o conceito de um Estado palestino nos territórios ocupados, "independentemente que fosse em associação com a Jordânia ou não". Begin se referia à proposta do Plano Reagan, que contempla a autonomia palestina na Cisjordânia e Gaza, em um

Estado confederado palestino-jordaniano.

A rejeição do plano por parte de Israel e a negativa da OLP de credenciar o rei Hussein da Jordânia como seu porta-voz para a discussão da proposta de Reagan fazem com que esse projeto — previsto para atualizar os Acordos de Campo David — esteja desde já condenado ao fracasso.

A OLP reiterou na última reunião de seu Comitê Executivo, realizada em Argel, que continua reivindicando a plataforma política do Plano de Fez, elaborado pelo conjunto dos países árabes em fins de 1982, no qual se exige a criação de um Estado palestino independente. O rei Hussein — que ganhou um novo papel de protagonista com a proposta do presidente Reagan de uma confederação palestino-jordaniana nos territórios ocupados — se nega a participar das negociações sem o apoio da OLP. E Israel não quer nem ouvir falar das propostas do plano norte-americano, pois lhe exigiriam a retirada do Líbano, primeiro, e dos territórios ocupados depois. Inclusive do Golã, como o próprio Reagan disse ao presidente Hafez Assad, da Síria, através de um telegrama no qual o exortava a se unir aos esforços de paz em torno do plano em discussão.

¹Foram realizadas recentemente nos Estados Unidos denúncias sobre as pressões do governo Begin para que os judeus norte-americanos ricos investissem na compra de terras na Cisjordânia e Gaza.

Comentários da imprensa síria assinalaram que até agora falta credibilidade a Reagan para afirmar que poderá exigir a retirada de Israel do Golã.

Expectativa jordaniana

A Jordânia, por seu lado, está preocupada com sua segurança nacional, uma vez que a política de assentamentos israelenses se realiza em suas próprias fronteiras. Com seu país desafiado por essa realidade, o ministro de Informação jordaniano, Adnan Abu Audeh, exortou Washington a exercer positivamente sua condição de mediador entre o Líbano e Israel, forçando o regime sionista a transitar pelo "caminho da Paz e da Justiça".

Por seu lado, a OLP precisa da Jordânia em um momento em que sua estratégia de resistência se centraliza na mobilização de massas nos territórios ocupados. A saída de Beirute e sua dispersão no seio do mundo árabe obrigaram os palestinos a repensar sua tática e estratégia. Os territórios ocupados e a população palestina de um milhão e meio de habitantes que vive na área passaram a ter um novo papel, dada a falta de condições para travar uma guerra semi-convencional contra Israel, como a que se cogitava quando a OLP e os libaneses progressistas dominavam o sul do Líbano.

E para chegar aos territórios ocupados, a única fronteira amiga é a jordaniana. Quando em 1974, o rei Hussein reconheceu a OLP com o objetivo de lhe garantir uma influência direta nos territórios ocupados, decidiu reorganizar o Parlamento. Dissolveu o anterior — que incluía representantes do setor palestino do reino, justamente dos territórios ocupados por Israel em 1967 — e convocou uma nova Câmara Legislativa com exclusiva representação dos jordanianos da margem oriental do rio Jordão. Cabia à OLP a responsabili-

dade de designar as autoridades do setor ocidental, ocupado.

Hoje esses palestinos da Cisjordânia e Gaza estão em uma situação mais difícil do que nunca. A distância geográfica cada vez maior dos dirigentes da OLP e a crescente repressão por parte de Israel dificultam todo movimento, inclusive os meramente reivindicativos. É óbvio que eles, mais do que qualquer outro setor palestino, sentem a urgência de uma negociação que assegure seus direitos.

As interrogações

A poucos dias do assassinato de Issam Sartawi, Yasser Arafat viajou para países escandinavos e se encontrou com dirigentes da Suécia, Noruega e Dinamarca. Arafat reiterou a eles de que se deve lutar por uma solução negociada para a crise do Oriente Médio e que a social-democracia européia tem um papel muito importante nesse sentido. Referindo-se a essas negociações, o primeiro-ministro sueco, Olof Palme, afirmou: "Arafat e a OLP querem negociar. E a social-democracia está unida em sua vontade de cooperar com um diálogo OLP-Israel que contribua para uma coexistência pacífica entre o futuro Estado palestino independente e Israel".

Poucos dias depois — em uma semana de intensos contatos diplomáticos em diferentes pontos do Oriente Médio, África e Europa — Arafat se encontrava com o secretário-geral do Partido Comunista de Israel (*Rakah*), Meir Filner. Coerente com a declaração que emitira ao saber do assassinato de Sartawi, quando afirmou que continuaria seu caminho, Yasser Arafat quis assim demonstrar que as balas que tiraram a vida de seu assessor e amigo pessoal, não o desviariam da negociação e do diálogo com setores judeus menos intransigentes.

O dilema de Arafat não é fá-

cil: a experiência o leva à conclusão de que é necessário o diálogo com Israel. Mas, como e com quem levá-lo adiante? A esse respeito, as posições sustentadas pelo primeiro-ministro Begin ou seu adversário político, o dirigente trabalhista Shimon Peres, não diferem. Sirva de exemplo a atitude do próprio Peres na Conferência de Albuferas: foi ele quem se opôs a que a OLP fosse recebida com plenos direitos. E essa intransigência obrigou Sartawi a manter um status de observador. Poucas horas antes do atentado contra o dirigente palestino, Shimon Peres tinha se referido em sua intervenção à "profunda alma terrorista da OLP".

Sem minimizar a importância que adquirem dentro de Israel correntes de opinião como o movimento "Paz Agora", tudo indica que terão que ser feitas pressões muito fortes para que a OLP e Israel possam chegar a sentar à mesa de negociações.

Por outro lado, se não for na mesa de negociações, como se colocará um fim à situação da crise no Oriente Médio? O que vai acontecer com a Síria, Jordânia, o próprio Egito, e, obviamente, com a OLP? Vão permanecer indiferentes à política de assentamentos judeus nos territórios ocupados? Poderão tolerar a anexação *de facto* da Cisjordânia e de Gaza? E o Líbano? Até quando poderá suportar a ocupação por parte de Israel e de seu aliado Saad Haddad, da metade de seu território?

São essas perguntas sem respostas pré-fabricadas (mas previsíveis) que levam muitos analistas do Oriente Médio a especular com a possibilidade de uma nova guerra árabe-israelense, dessa vez deflagrada a partir de um enfrentamento entre sírios e israelenses. A atitude da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e — naturalmente — da União Soviética, pode fazer o fiel da balança mudar. ●

A resistência cultural

O ministro das Relações Exteriores da Fretilin fala de seu povo e dá uma visão pouco conhecida da reação dos mauberes à invasão indonésia

Cláudia Neiva

Mari Alkatiri, jovem de 31 anos, não tem a imagem tradicional de um ministro, porém há anos que exerce o cargo, como responsável das Relações Exteriores de Timor Leste. Durante a sua recente viagem pela América Latina concedeu uma entrevista aos cadernos abordando a resistência cultural do seu povo frente à invasão indonésia.

“A princípio, a Indonésia procurou justificar a invasão de Timor Leste com a alegação de que, na verdade, não havia diferença entre o povo maubere e o indonésio, que constituíamos um único povo. Derrubamos essa falsa tese através do estudo de antropólogos do mundo inteiro, principalmente norte-americanos”. Todos esses estudos comprovaram a diversidade da origem dos dois povos: a do indonésio é malaia, e a do maubere, melanésia, ou seja, a mesma dos povos do sul do Pacífico.

Além disso, há um dado na história de Timor Leste que não pode ser esquecido: os quase 500 anos de colonização portuguesa. O desenvolvimento de Timor Leste foi muito diferente do dos países da área que foram colônias holandesas, como a Indonésia, por exemplo. “Timor Leste é o único país daquela região cuja cultura tem uma grande dose de latinidade”, enfatiza o ministro.

Mari Alkatiri acrescenta que o esforço do governo indonésio em impor a teoria de “um mesmo povo” esbarrava em fatos muito concretos: 75 a 80% dos indonésios são muçulmanos, enquanto que em Timor Leste, a maioria da população é animista, cerca de 1/3 é composto de católicos e um número muito pequeno de muçulmanos. “Não há como falsear esses dados”, assinala Alkatiri. “Todo um desenvolvimento histórico diferente do dos países daquela região fez com que nascesse em Timor Leste uma nova nação, com sua própria identidade cultural”.

“Cruzada islâmica”

Alkatiri se refere a outro fato interessante: o caráter de “cruzada” islâmica da invasão indonésia. “A princípio, a maioria dos mortos eram católicos, sendo muitos, inclusive, tirados de dentro das próprias igrejas e depois assassinados”. Isso forçou uma reação da Igreja, que passou a assumir uma posição patriótica. “Desde então — continua Alkatiri — ela vem desempenhando um importante papel na luta de libertação e no apoio à Fretilin”.

A repressão aberta, junto a outras medidas mais “sutis”,



A nação maubere tem sua própria identidade cultural



Alkatiri: "resistir sempre à ocupação"

como a recompensa aos que se convertessem ao islamismo, só fez aumentar o número de católicos, como uma forma a mais de resistência ao invasor. A partir daquele momento, o povo passou a identificar a religião islâmica com o poder ocupacionista, e a encarar a conversão ao catolicismo como uma atitude patriótica.

Cultura popular: em vitrines

Em todos esses anos de ocupação, as poucas notícias que circulam sobre Timor Leste enfatizam o aspecto militar da invasão e o desenvolvimento da resistência armada. Mas a repressão não parou aí: ela atingiu todas as formas de manifestação da cultura popular maubere. "Desde a dança, a música, até o animismo, que é a crença predominante no país, são combatidos. Por todos os meios, os indonésios forçam uma assimilação", denuncia Alkatiri.

"Só permitem que a nossa cultura popular se manifeste quando isso é do interesse deles. Por exemplo, quando visitantes estrangeiros vêm ao país. Nessas ocasiões, nossas formas de expressão popular são mostradas como produtos dentro de uma vitrine. Ou então quando, para

'provar' que temos a mesma cultura, levam grupos de dança maubere para se apresentarem em Jacarta... ao som de músicas indonésias. Enfim, procuram de todas as maneiras extrair o conteúdo patriótico de nossas manifestações e dar a impressão, mediante artifícios como esse, de que não existe diferença entre a cultura indonésia e a maubere".

A repressão chega até os tradicionais acontecimentos sociais. O casamento entre os mauberes, por exemplo, passou a só ter validade se for realizada uma nova cerimônia diante de autoridades indonésias. Só assim ele é considerado legal.

Outro alvo dos invasores, aliás, um dos principais, é a língua. Tanto o português, quanto o *tetum* (língua local), embora não oficialmente proibidos, são desestimulados de todas as formas. Por isso, quando uma criança maubere fala em português ou *tetum*, ela sabe que aquilo é um ato de rebeldia. Ou quando um pai contrata um professor particular de português, ele tem consciência de que é também uma forma de resistência.

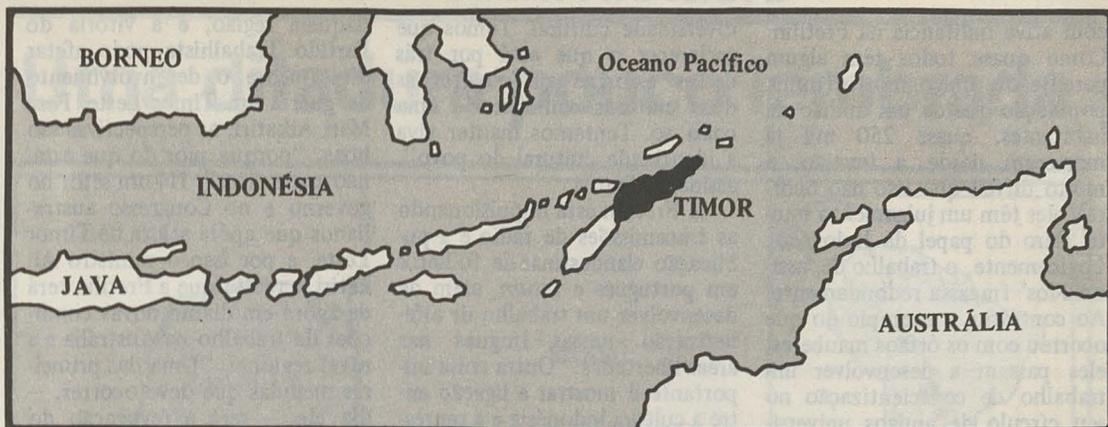
Outra forma mais "sutil" utilizada pelos indonésios para facilitar a sua ocupação do país, é

estimular o casamento entre rapazes mauberes e jovens indonésias, que chegam a Timor Leste em aparentemente inocentes excursões. O inverso já se dá de maneira direta e violenta: os soldados indonésios forçam casamento com moças mauberes. "Tanto em um caso como em outro — afirma Alkatiri —, fracassam: pouquíssimos rapazes se casaram com indonésias, e as nossas jovens passaram a se casar muito cedo, com 14 a 16 anos (coisa que antes não era frequente), para evitar um casamento forçado com os invasores indonésios na idade adulta".

Alkatiri enfatiza que "apesar da forte e sistemática campanha do governo indonésio no sentido de provocar uma assimilação cultural do nosso povo, os mauberes têm grande consciência da enorme diferença entre os dois povos, e do absurdo de usar esse argumento para justificar a ocupação do país. Há anos, a Fretilin vem desenvolvendo um trabalho de conscientização, sem chauvinismo, para afirmar a identidade do nosso povo. Essa consciência é, aliás, uma das explicações para a tenacidade da resistência do povo maubere".

Televisão: instrumento de dominação

Os poucos meios de comunicação existentes em Timor Leste estão a serviço do governo indonésio. Num país onde a maioria da população é analfabeta, a televisão, introduzida depois da invasão, tem sido um dos principais instrumentos de alienação e propaganda do ocupante estrangeiro. Com o objetivo de desestimular a resistência maubere, a televisão procura sempre exaltar o poder da Indonésia, realizando programas sobre a capacidade militar das suas forças armadas, o poderio do seu armamento etc. Utilizam a televisão também para veicular a falsa tese da identidade comum dos dois



povos. “Enfim, mediante uma campanha psicológica sutil, tentam impor sua ideologia. Até as pessoas concentradas nas chamadas ‘aldeias estratégicas’ (na realidade, campos de concentração onde confinam os que resistem à invasão) são obrigadas a assistirem a esses programas”, afirma Alkatiri.

Como a maioria das formas de diversão populares são, quando não reprimidas, desestimuladas, a televisão acaba sendo o meio natural de lazer do povo. E daí a sua força e o perigo da sua manipulação.

Indonésia: investindo nos jovens

O ministro Alkatiri chama atenção para o fato de que um dos principais alvos dos indonésios tem sido as novas gerações. “Eles criaram órgãos especiais para os jovens, além de estarem investindo muito nas crianças”.

Mas todo esse esforço termina se voltando contra eles mesmos. Alkatiri explica: “Um bom exemplo dessa falta de visão dos indonésios foi a decisão de se encarregarem dos órfãos de guerra. Essas crianças e jovens eram levados e criados na Indonésia. Naturalmente, quando cresciam, começavam a se perguntar por que eram órfãos, por que seus pais tinham morrido, e passavam a tomar consciência do papel da Indonésia nisso. Esses jovens es-



A mudança de governo na Austrália pode ajudar a Fretilin a ganhar novo apoio diplomático na área do Pacífico Sul

tão causando sérios problemas para o governo de Jacarta, pois estão criando dentro do próprio país núcleos clandestinos de resistência”.

Além desses órfãos, o governo do general Suharto procura atrair os estudantes mauberes

que, terminado o curso médio, não têm onde prosseguir os seus estudos (em Timor Leste não há universidade). “Esse método — continua o ministro Alkatiri — também se mostrou errado, pois esses jovens passaram toda a sua vida em Timor Leste, muitos

com ativa militância na Fretilin. Como quase todos têm algum parente ou amigo morto (numa população que de um milhão de habitantes, quase 250 mil já morreram desde a invasão, é muito difícil que isso não ocorra), eles têm um julgamento muito claro do papel da Indonésia. Logicamente, o trabalho de 'assimilá-los' fracassa redondamente. Ao contrário, a exemplo do que ocorreu com os órfãos mauberes, eles passam a desenvolver um trabalho de conscientização no seu círculo de amigos universitários, junto aos seus pais e assim por diante".

Frequentemente, esses rapazes e moças terminam sendo os melhores alunos das turmas, e por isso mesmo, são impedidos de voltar para Timor Leste. Há também muitos casos de deportação para outras ilhas indonésias: não interessa ao governo de Suharto formar quadros qualificados que depois colocarão seus conhecimentos a serviço da Fretilin. "A médio e longo prazos, essas deportações deixam um saldo positivo, pois permitem 'furar' o bloqueio informativo e fazer um trabalho de conscientização junto à população dessas ilhas indonésias", afirma Mari Alkatiri.

Novas formas de resistência

O trabalho desenvolvido pelo governo de Jacarta através dos meios de comunicação e a adoção de formas mais sutis de repressão, paralelamente à ocupação militar, forçaram a Fretilin a um trabalho de conscientização mais profundo. A Fretilin está promovendo estudos e pesquisas sobre a origem cultural do povo maubere, para que não reste a menor dúvida do seu caráter nacional, específico. "Mostramos ao povo os reais objetivos dos indonésios de tentar destruir o maior fator de separação entre os nossos dois povos, ou seja, a

diversidade cultural. Temos que esclarecer o que está por trás desses esforços em mostrar as duas culturas como sendo uma coisa só. Tentamos manter viva a identidade cultural do povo", assinala Alkatiri.

A Fretilin está impulsionando as transmissões de rádio e a publicação clandestinas de folhetos em português e *tetum*, além de desenvolver um trabalho de alfabetização nessas línguas nas áreas libertadas. "Outra coisa importante é mostrar a ligação entre a cultura indonésia e a repressão, que em Timor Leste estão intrinsecamente ligadas. Os 250 mil que já morreram, tombaram porque são mauberes. O nosso povo tem sua própria identidade, que pretendem destruir com a imposição da cultura indonésia. Não há, portanto, como separar as duas coisas".

À medida que a guerra se prolonga, a conscientização do povo maubere aumenta, ao contrário do que esperavam os indonésios. "Paralelamente à luta armada, que está se intensificando (este ano pode mesmo ser considerado o da contra-ofensiva), os patriotas estão descobrindo novas formas de resistência. Por exemplo, as associações de bairro, as cooperativas, os clubes esportivos — lugares que fogem um pouco ao controle indonésio — estão sendo usados para a discussão da situação que o país atravessa, e como espaços de manifestação da identidade cultural maubere. Aí são estimulados danças, músicas, jogos, realmente populares, como também o uso do português e do *tetum*. Enfim, há uma resistência intrínseca à ocupação".

A vitória trabalhista na Austrália

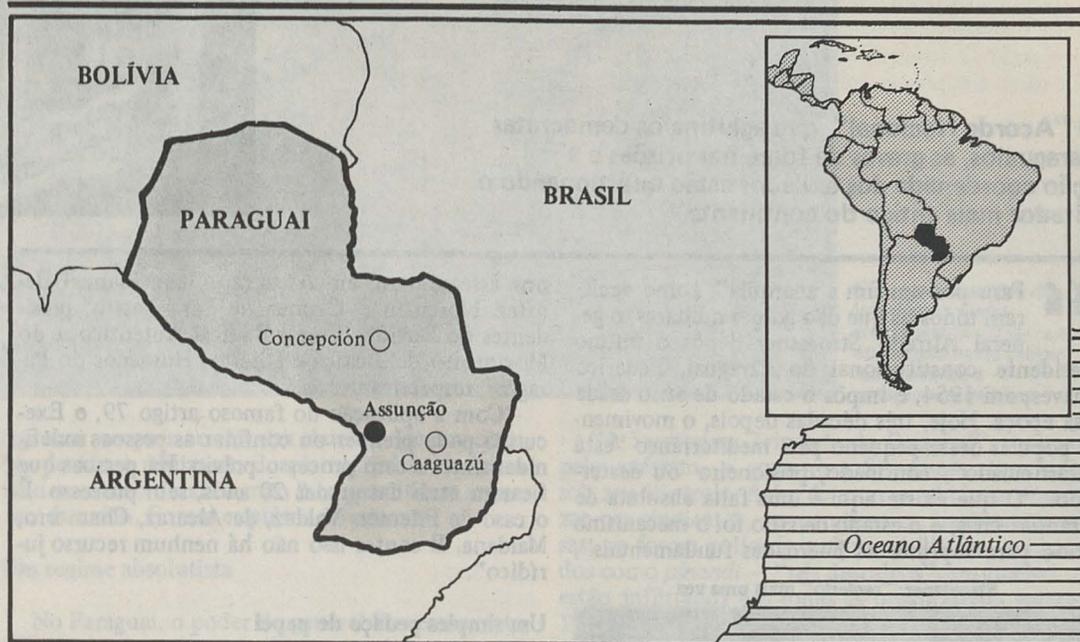
A recente mudança de governo na Austrália tem sido acompanhada com muita atenção pela Fretilin. A Austrália tem uma grande influência sobre os países

daquela região, e a vitória do Partido Trabalhista pode afetar diretamente o desenvolvimento da guerra em Timor Leste. Para Mari Alkatiri, as perspectivas são boas, "porque pior do que está, não pode ficar". Há um setor no governo e no Congresso australianos que apoia a luta de Timor Leste, e por isso o ministro Alkatiri acredita que a Fretilin terá de agora em diante novas condições de trabalho na Austrália e a nível regional. "Uma das primeiras medidas que deve ocorrer, — diz ele — será a revogação do veto à entrada de membros da Fretilin no país. Por enquanto, o máximo que nos concedem é um visto de 24 horas, o que equivale a uma proibição de entrar na Austrália".

Mari Alkatiri lembra que nos últimos anos a diplomacia australiana vinha dando um apoio muito grande ao governo indonésio: "Quando a questão de Timor Leste era colocada em discussão nas Nações Unidas, o governo australiano fazia pressão sobre os países da área para votarem contra nosso país. O ex-primeiro-ministro australiano chegava a telefonar diretamente para Suharto oferecendo-lhe apoio".

Um dos argumentos que a Indonésia usa para dificultar o reconhecimento da Fretilin pelos demais países, é que ela não contaria com o apoio de nenhum governo da região. Na verdade, países como a China, o Vietnã e Vanuatu, reconhecem a Fretilin. Nesse contexto, qualquer mudança de posição da Austrália teria um peso muito grande, primeiro porque desarmaria a tese da Indonésia, depois porque influenciaria pelo menos seis países da região, entre eles a Nova Zelândia. "No campo internacional — conclui Alkatiri — o governo australiano poderia atuar, por exemplo, junto a Portugal, ainda considerado pelas Nações Unidas como o responsável por Timor Leste" ●

Uma ditadura pouco lembrada



Perseguição, tortura, desterro, falta absoluta de liberdades civis, morte de opositores políticos. Esse é o panorama no momento em que se completam 29 anos da ditadura do general Alfredo Stroessner, no Paraguai.

"O mundo tem uma grande dúvida com o povo paraguaio", afirma com razão um líder banido. Na verdade, a opinião pública mundial — inclusive as tendências progressistas — poucas vezes se pronunciam sobre esse regime tirânico. Com os presos políticos e os exilados mais antigos do continente americano, o regime do general Stroessner acaba de comemorar 29 anos de estado de sítio. Pela sétima vez, o ditador foi "reeleito" presidente da República. Stroessner, atualmente com 70 anos, depois de dizimar as forças opositoras, mantém na prisão figuras como Filemón Valdéz, Antonio Maidana, Chamorro, Alcaraz e mais um milhar. Muitos deles estão há duas décadas esperando um julgamento, que nunca chega.

Outros, condenados a longas penas, cometeram o crime de cumprir as sentenças, mas o tribunal do silêncio os apanhou e já ninguém lembra deles. Com todo esse terror, se forjou o "império do contrabando" ou a "Hong Kong" latino-americana, como também ficou conhecido o Paraguai. A Coréia do Sul e o Japão, entre outros, têm em Assunção o seu melhor armazém. O país se converteu em refúgio dos terroristas da direita européia e de alguns conhecidos líderes do nazismo e criminosos de guerra.

cadernos do terceiro mundo conseguiu entrar no sistema paraguaio, que se auto-proclama "regime democrático e republicano". Héctor Escobar, enviado especial, visitou as prisões e conviveu com dirigentes políticos — tanto em Assunção como os do exílio. Sentiu o clima repressivo e escutou muitas opiniões. Esta é a reportagem que ele nos oferece, quando Stroessner acaba de começar o seu sétimo mandato.

Cresce o descontentamento

O "Acordo Nacional", que aglutina os democratas paraguaios, as greves de fome nas prisões e a ação coordenada dos exilados estão questionando o ditador mais antigo do continente

“ Para pôr um fim à anarquia”, como declararam todos os que dão golpes militares, o general Alfredo Stroessner depôs o último presidente constitucional do Paraguai, Federico Chaves, em 1954, e impôs o estado de sítio desde essa época. Hoje, três décadas depois, o movimento popular desse pequeno país mediterrâneo “está desarticulado”, confinado, prisioneiro ou desterrado. “O que existe aqui é uma falta absoluta de garantias civis, e o estado de sítio foi o mecanismo usado para suprimir as liberdades fundamentais”,

Stroessner: “reeleito” mais uma vez



nos asseguraram, em Assunção, Juan Manuel Benítez Florentín e Carmen de Lara Castro, presidentes do Partido Liberal Radical Autêntico, e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Paraguai, respectivamente.

“Com a aplicação do famoso artigo 79, o Executivo pode prender ou confinar as pessoas indefinidamente e sem processo prévio. Há pessoas que ficaram atrás das grades 20 anos, sem processo. É o caso de Filemón Valdez, de Alcaraz, Chamorro, Maidana. E contra isso não há nenhum recurso jurídico”.

Um simples pedaço de papel

Napoleón Ortigoza, escolhido em 1982 o “Preso do Ano” pelas sociedades latino-americanas de Direitos Humanos e o sargento Escolástico Obando, condenado em 1968 a 20 anos, são o melhor exemplo de que aqui não há justiça. Ortigoza está louco, denuncia a sra. Lara Castro, “e se impetramos um recurso de habeas-corpus para ele, a Corte Suprema de Justiça indefere, alegando que durante o estado de sítio é prerrogativa exclusiva do presidente prender as pessoas, pelo tempo que julgue mais conveniente”.

“Com a eliminação prática do habeas-corpus, a Constituição se esvaziou, ficou reduzida a um simples pedaço de papel”, assinala o dr. Benítez Florentín, acrescentando: “Não se respeita nenhuma garantia. A correspondência, os documentos particulares, o direito de propriedade e de residência são violados. Só depois da morte de Somoza, houve mais de cem mil violações dos direitos humanos em Assunção. Com a operação ‘Pente-Fino’, o exército e a polícia invadiram milhares e milhares de residências, sem ordem judicial.”

Sem nenhum amparo legal, as pessoas são expulsas, desterradas, sem que se promulgue nenhuma sentença. É o caso dos líderes democrata-cristãos e liberais, Luis Resk, González Casavianca, Domingo Laino e Mario Mayorquín, que tentaram





Em algumas seções do interior, as mesas receptoras funcionavam assim: não havia cabine indevassável, a votação era pública

regressar ao país no dia das eleições. Mesmo quando, devido à realização do pleito, tinha sido levantado o estado de sítio, não lhes permitiram sequer sair do avião. Foram expulsos novamente.

Um regime absolutista

No Paraguai, o poder do general Stroessner é total. Aqui, ninguém pode “sequer sonhar em ser militar, policial, juiz, professor, ou aspirar a qualquer simples cargo público sem estar filiado ao partido do governo”, destaca Benítez Florentín. “Imagine, não temos nem ao menos direito a um passaporte. Quando o conseguimos, mediante uma ação legal, a polícia nos tira o documento ao voltarmos ao país. Vale só para uma vez”.

Está proibido até pensar. Não se permite discordar, nem em casa. “O dr. Mario Milciades Melgarejo e o advogado Rubén Darío León, membros da direção do partido do governo estão presos há sete meses, por discordar”, assinala a sra. Lara Castro. “Quem não pensa como o ditador é subversivo”, acrescenta.

O exército está a serviço do regime, segue cegamente o presidente Stroessner. Quem não aceita suas ordens, “ou vai embora ou é liquidado”. Apesar disso, o Partido Colorado, no poder, sofreu algumas dissidências. Em 1959, uma cisão deu origem ao Movimento Popular Colorado (Mocopo), que atualmente integra o chamado “Acordo Nacional”. Antes, em 1955, já tinha ocorrido uma divisão, protagonizada pelo então segundo homem do Partido Colorado, que desde esta época reside em Nova Iorque e encabeça a Junta de Governo Colorado no exílio, de ultra-direita. Ambos movimentos estão na ilegalidade.

“A Santíssima Trindade do Paraguai”, formada pelo exército, o governo e Stroessner, tem tudo sob seu controle. Além de estar proibido se organizar em sindicatos, cooperativas ou ligas camponesas, as forças policiais e os paramilitares, conhecidos como *pinandi* — “pés descalços”, em guaraní —, estão infiltrados em todas as organizações sociais, profissionais ou estudantis.

Túneis sem saída

Atrás das grades, os inimigos da ditadura costumam ser divididos em várias classes: os do “artigo 79, do estado de sítio; os da lei 209, condenados por crimes contra a democracia; os do departamento de investigações, e finalmente, os condenados por uma pesada sentença”. Os presos incluídos nas três primeiras categorias, seriam conhecidos como “reféns” políticos em qualquer parte do mundo.

“Estamos atrás das grades à toa, não fizemos nada”, nos asseguraram três detidos da prisão de “Tucumbú”, dois adolescentes, os irmãos Centurión — o mais velho, vítima de paralisia infantil —, e Alfonso Silva Quintana, de 51 anos, 13 dos quais na prisão, sem julgamento.

“Nós não matamos, não roubamos, não fizemos mal algum”, nos responderam os Centurión. “Em março, fez três anos que estamos aqui”. A polícia procura seu pai, Victor Centurión, um líder camponês, refugiado na Venezuela. “Nos levaram aos tribunais e não sabíamos o que dizer, não fizemos nada”. Na prisão, “trabalhamos duro para pagar a comida”.

“É grande o número de presos políticos no país. Há sete meses trouxeram a última remessa de 34 prisioneiros, e todos estão aqui”, disse Silva

Quintana. "Minha esposa e eu ficamos 13 anos presos, sem ter feito nada. Ela foi expulsa do país, desterrada recentemente. Se chama Saturnina Almadá. Foi expulsa para a Alemanha".

"Os companheiros mais jovens fizeram uma greve de fome em dezembro, para tentar forçar o governo a tomar uma decisão relativa ao nosso caso", acrescenta. E, ao que tudo indica, essa foi a primeira vitória dos presos políticos paraguaios. "Os tri-



Maidana: preso há mais de 20 anos

bunais se viram pressionados e soltaram sete, entre eles, minha esposa", continua Alfonso Silva Quintana. "O método aqui consiste, nesse caso, em proterlar por anos o julgamento, e embora a pessoa não tenha sido julgada, não sabe quando vai sair".

E mais, considerados "inimigos da democracia", os que têm a sorte de um dia serem condenados, ao cumprir a pena, "passam automaticamente para o departamento de investigações", sob o controle do qual podem passar anos. O caso mais conhecido é o do sargento Escolástico Obando. Há cinco anos cumpriu a pena de 15 anos que lhe havia sido imposta e está esperando que um dia o chamem para prestar declarações.

Apesar de já ter passado "uma vida" na prisão, Silva Quintana diz orgulhoso: "Eu sou comunista e isso, aqui, é considerado como grave delito". E acrescenta: "Eu não peço por mim, e sim pelos companheiros mais jovens. Em 30 de maio, Eustacio Rodríguez vai cumprir três anos de condenação. Gostaria que se fizesse uma campanha mun-

dial para que não o deixem morrer na prisão, no departamento de investigações".

"Nós não estamos sendo tratados como presos políticos. Estamos num presídio comum, e recebemos o mesmo tratamento que os demais detentos". E denuncia: "Levamos uma vida muito dura, de trabalho, porque a assistência e os serviços são teríveis, e a comida é péssima".

Comida de cavalo

Perguntado em que consistia essa "péssima alimentação", Silva Quintana explica: "É nojenta, uma vergonha, pode-se dizer! Por isso temos que trabalhar em artesanato, para poder comprar nossa própria comida".

"A comida é uma mistura de feijão com *locro*", esclarece, "o *locro* (prato paraguaio) é feito com esse milho amarelo-avermelhado, que antes só era usado para alimentar animais. Estamos comendo comida de cavalo. E não há carne". O governo manda uma ração de carne para alimentar os prisioneiros, "mas isso nunca chega aos presos". É negociada com alguns presos "privilegiados", uma espécie de companhia anônima, onde se distribuem os ganhos com alguns chefes, meio-a-meio.

O café-da-manhã é um cozido negro, feito de mate e açúcar, com dois biscoitos. O almoço consiste em *locro* com ossos, sem carne. E à noite servem uma mistura de feijão com milho. "Isso explica porque as pessoas estão subnutridas".

"Aqui quem manda é a força bruta, a força viva. Estamos como presos políticos da Irlanda, sem nenhum direito. É a imprensa aqui é amarela, nunca diz nada. Isso é o esquecimento..."

A prisão de "Tucumbú" é considerada privilegiada. Pior é a situação no Presídio Central e na prisão de mulheres. No Presídio Central, estão Antonio Maidana e Miguel Angel Soler. Maidana, depois de 20 anos de prisão, se refugiou na Argentina, mas foi trazido de novo, clandestinamente, para a prisão.

Mãos elásticas

É um fato bem conhecido que para as polícias das ditaduras militares da América Latina não há fronteiras. O "caso Maidana" não é uma exceção para as forças de segurança do general Stroessner. Mesmo no Brasil já foram realizadas incursões, nos estados do Paraná e Santa Catarina, onde sequestraram e torturaram refugiados políticos, com grande facilidade, segundo denúncias às quais tivemos acesso durante nossa estadia em Assunção.

"A polícia paraguaia estava na pista de um suposto levante, uma invasão que os refugiados iriam fazer", afirma o "Negro", um exilado que há 26 anos mora no Brasil. "Eles vieram e nos sequestra-



FRONTEIRA DE PAÍS BRASIL PARAGUAI

Entre 300 e 400 mil brasileiros estão assentados em território paraguaio, o que gera sérios problemas para os camponeses locais

ram. Nos mantiveram presos por várias semanas, nos torturando. Quase que nós não saíamos vivos. Procuravam nos vincular com esse suposto complotô”.

“Acusavam Carlos Andrés Pérez, o ex-presidente venezuelano, de ser o ‘cérebro’ da invasão”, diz o “Negro”. Queriam saber “onde estavam as armas e o dinheiro que Pérez teria enviado para a invasão. Na verdade, não havia nem invasão nem nós sabíamos de nada. Graças às denúncias internacionais do nosso caso, salvamos nossa pele”, afirma o “Negro”. E acrescenta: “No Paraguai, Pérez é considerado um terrorista perigoso”.

“Não lhes digo meu nome porque as leis brasileiras me proibem de fazer declarações”, desculpa-se ele, “mas se estamos aqui fora do país, é porque lá as condições de repressão são tão grandes que já é uma sorte estar vivo”.

“Somos uns 20 mil exilados políticos e um milhão e meio de refugiados econômicos e sociais, vivendo na Argentina, Uruguai e Brasil. Um número elevado para uma nação de apenas três milhões de habitantes.”

O “Acordo Nacional”: uma alternativa

Apesar do poder que exerce com mãos de ferro e do notório apoio da administração norte-americana, a ditadura paraguaia está se enfraquecendo e a resistência interna se fortalece. Com essa afirmação, concordam tanto os líderes da oposição paraguaia entrevistados em Assunção como os exilados. “Nós não temos um projeto unipartidário, mas buscamos um estatuto democrático, aprovado por todos, e isso foi concretizado no Acordo Nacional”.

Esse acordo é uma frente política “criada em 1979 por todas as forças democráticas paraguaias”.



Dele fazem parte desde os liberais e conservadores democratas até os comunistas e membros de outras tendências revolucionárias.

O documento inicial foi assinado pelo Partido Liberal Radical Autêntico, encabeçado por Domingo Laino e Manuel Benítez Florentín; pelo Partido Revolucionário Febrerista, que pertence à 2ª Internacional; pelo Partido Democrata Cristão, dirigido por Luis Resk; pelo Mopoco, Movimento Popular Colorado; pelo Partido Comunista e por outras organizações e individualidades democráticas.

O Acordo Nacional fez um apelo à abstenção nas eleições passadas, nas quais Stroessner se “auto-elegeu” pela sétima vez. “Não existe nem a mais remota possibilidade de participar de uma eleição com o ditador. Seria fazer o papel dos Doldán e dos Celauro”, garantiu Benítez Florentín. “Aqui se sabe com cinco anos de antecedência quem vai ganhar e com que porcentagem”. Um método que superou a eletrônica... ■

A oposição consentida

Ao reconhecer o governo como ditatorial e autoritário, os dirigentes dos partidos tolerados pelo regime de Stroessner mostram as contradições que caracterizam sua questionada atuação política



O Partido Liberal (PL), dirigido por Fulvio Celaya, e o Partido Liberal Radical (PLR) são dois agrupamentos não-oficialistas que atuam na legalidade. Acusados pelos partidos que estão na clandestinidade — como o Partido Liberal Radical Autêntico, liderado por Domingo Laino — e pelo Acordo Nacional, de contribuírem para manter a fachada de democracia que levou o general Stroessner a se reeleger pela sétima vez, seus dirigentes muitas vezes são designados pelo próprio presidente.

As declarações que publicamos a seguir, dos “candidatos” à presidência da República por esses dois partidos, ajudarão o leitor a formar um juízo sobre o papel que eles cumprem no processo paraguaio.

Enzo Doldán, o exótico candidato à presidência da República pelo Partido Liberal Radical, é um senhor gordo, de bigode à mexicana, de gestos e estilos folclóricos e sonoros. Seu currículo é digno de sua suposta condição opositora: ex-sargento do exército durante a guerra do Chaco, 15 prisões e um atentado à mão armada. Além do mais, ele é advogado e senador.

Doldán recebeu-nos na sede central de seu partido. Uma antiga construção verde, enfeitada por meia dúzia de cartazes de 30 por 30, que exibem a cara sorridente do candidato. Algumas horas depois das eleições, o local estava vazio: só avistamos o zelador, cochilando, e o próprio candidato.

Por que foi que o senhor resolveu disputar as eleições?

— Fui candidato por um imperativo do meu partido. Participamos do processo eleitoral na espera de que o país pudesse chegar a desembocar num regime democrático, num Estado de direito, a que todos nós aspiramos.

E como esperam conquistá-lo?

— Lutando.

Lutando, como?

— A luta é pacífica. Usamos a imprensa, o Congresso, a rádio, e todas as oportunidades que se nos apresentam.

O senhor acha que houve realmente eleições no Paraguai e que havia condições para sua vitória?

— Bem, podem se organizar em qualquer parte do mundo umas eleições como as que houve aqui no Paraguai. Mas não são eleições reais, de acordo com a constituição e a lei.

Pode dar-nos alguns detalhes de sua campanha eleitoral?

— Só organizamos quatro comícios de alguma importância por causa das limitações políticas.

Onde, na capital?

— Não, no interior, visitamos mais ou menos umas 50 localidades.

Qual é o tipo de governo que existe no Paraguai?

— Bom, pode-se dizer que está nos limites entre um governo muito forte e uma ditadura.

Então, não existe democracia?

— Há uma democracia relativa, onde os partidos funcionam, mas condicionados às necessidades do governo.

E qual é a situação atual dos direitos humanos?

— Os direitos humanos são respeitados na medida dessas necessidades. Há algumas liberdades e se respeitam alguns direitos, mas não podemos afirmar que os direitos humanos sejam respeitados em toda a extensão do conceito.

Há perseguição política?

— Diminuiu muito. Contudo há confinamentos, desterros e algumas prisões, para não perder o hábito (solta uma gargalhada).



Doldán (acima) e Celauro (abaixo) são considerados pelos setores mais progressistas como "instrumentos" do regime



O senhor participa da mobilização pela volta dos exilados?

— Eu não peço a volta de ninguém. Eu peço apenas o cumprimento da lei e da constituição.

Mas se o senhor Doldán estava sozinho, em companhia do zelador da sede do partido, quando entrevistamos o doutor Fubvio Hugo Celauro, candidato à presidência da República pelo Partido Liberal, ele estava em companhia de um livro que fingia ler, na sala de sua casa, enquanto umas quantas galinhas ciscavam pelo jardim. Mas ninguém perturbava o ambiente.

Por que foi que o senhor se candidatou?

— Eu acho que isto é uma democracia, de acordo com o conceito do governo.

E de acordo com seu conceito?

— Para os comunistas, a democracia popular é uma democracia. Nós pensamos de outra maneira. Se temos uma democracia, embora incipiente, e tomarmos conta dela, teremos algum dia uma democracia liberal.

Segundo seu critério, o que é o Paraguai de hoje?

— Uma democracia, tal qual é entendida pelo governo. Uma democracia — repete — com uma

atenção especial à ordem, em relação à qual existe um paternalismo exagerado.

Não há controle da administração pública e se exige filiação partidária, tanto no exército como para exercer qualquer função pública. A liberdade se dá na imprensa independente, nas atividades individuais, que são sempre corajosas, e no fato de que cada um faz o que quiser, sempre e quando não atingir o governo.

Como definiria o governo de seu país?

— Não podia defini-lo como a ditadura de uma só pessoa, mas como a ditadura de um partido, com o apoio do exército.

Então, o senhor concorda que existe uma ditadura no Paraguai?

— Sim, do ponto de vista de um liberal, é uma ditadura; qualificada sob o conceito que teria um conservador, ou a administração Reagan ou qualquer outra similar, poder-se-ia considerar simplesmente como um governo autoritário.

Se o senhor confirma que "existe uma ditadura" e que não há a mais remota possibilidade de vencer Stroessner, qual é o sentido de sua candidatura?

— Ela teve o sentido de fazer com que a liberdade não seja extinta, que a democracia se instale e possa melhorar. Se o senhor considera que não existem condições para atuar em política só restam duas alternativas: a não-participação política — que é uma forma de castração psicológica — ou a alternativa armada. E isso significaria, para nós, levar o país a um estado que eu chamaria de "centro-americano".

Até agora eu não consegui entender por que o senhor afirma que existe uma ditadura e depois diz que atua para que as liberdades não sejam extintas. Mas se não existem, como podem ser extintas?

— Bem, não há liberdade absoluta mas uma série de liberdades pequenas. Agora, a *Liberdade* em abstrato é aquela defendida pelo Partido Liberal, e precisamos para isso de uma liberdade plena, precisamos de todas as pequenas liberdades, que configuram, somadas, a grande liberdade. E ela pode se desenvolver de maneira que haja respeito ao direito alheio, à dignidade do indivíduo, à justiça social, que é fundamental para que desapareçam as grandes diferenças sociais: os privilegiados, extremamente ricos e os humildes, que são explorados. Acho que a liberdade é uma pequena árvore e é preciso saber conservá-la ou ela murcha. Para nós, a democracia paraguaia, embora incipiente, pequena e mirrada, é a única que temos, e por isso devemos conservá-la, cultivá-la e fazer com que cresça.

“Stroessner é anticomunista como o santo padre”

Augusto Montanaro, ministro do Interior define a democracia paraguaia

O regime paraguaio, conduzido pelo general Stroessner, vai completar 30 anos. Desses anos todos, o Paraguai conseguiu um recorde nada recomendável: tem os presos políticos mais antigos do continente. Nesta entrevista, o ministro do Interior dá detalhes desse fenômeno.

Senhor ministro, como segundo homem do país, poderia nos definir qual é a atual situação do Paraguai?

— Exerço as funções de ministro do Interior — a pasta política do gabinete — mas todos temos a mesma responsabilidade, o mesmo sentido de servir a nossa pátria e a nosso partido, a Associação Nacional Republicana, Partido Colorado. Isso de que eu sou o segundo homem é um pouco exagerado de sua parte. Sou um colaborador a mais do presidente.

Quanto à sua pergunta, posso afirmar que graças a um período de 28 anos de estabilidade e de efetiva ação governamental do presidente Stroessner, o país vive hoje numa democracia representativa e republicana, de acordo com a Constituição.

E qual é a situação dos direitos dos cidadãos e das liberdades públicas?

— Sob minha jurisdição está o respeito aos direitos e às liberdades das pessoas. No país reina o pleno gozo das instituições democráticas e republicanas. Os inimigos nos acusam pela vigência do estado de sítio. Mas o estado de sítio é uma faculdade conferida ao poder executivo que permite deter — por tempo indefinido — pessoas suspeitas de atividades contra a segurança do Estado. De resto, os partidos e as pessoas se desenvolvem com toda liberdade de ação e movimento.

Quanto tempo o Paraguai está sob estado de sítio?

— Bom, entendo que durante a época liberal, em 40 anos de governo, houve 37 de estado de sítio.

90 - terceiro mundo

E agora, no período do governo do presidente Stroessner, faz 29 anos que o estado de sítio está em vigor.

E por quanto tempo mais vai ser “necessário” esse estado de sítio?

— Durante todo o tempo que o poder executivo ache conveniente. Na preservação da paz, da tranquilidade e da ordem do país. Porque não queremos ser responsáveis, amanhã, levantando o estado de sítio, por atos e por violências que possam ocorrer. Teríamos então que apelar para o estado de sítio novamente, para poder prender as pessoas.

Depois de quase três décadas de estado de sítio consecutivo, o senhor não acha que o regime está suficientemente consolidado? Ainda precisa se apoiar em leis de exceção?

— Achamos que o país está em condições de prescindir delas — *admite o ministro, de mau humor* —, mas não queremos ser responsáveis por mortes inocentes, por atos de sabotagem e de terrorismo, como acontece em outras partes, onde depois de levantado o estado de sítio, teve-se que aplicá-lo novamente para defender as instituições democráticas e republicanas.

Como o senhor qualifica a situação dos presos políticos no Paraguai?

— Eles não existem!

E esses senhores que se comenta que estão condenados à prisão perpétua?

— São processados, condenados, não são presos políticos, são delinquentes. E são dois, o capitão Ortigosa e o tenente Obando. Este último cumpriu sua pena faz cinco anos e continua na prisão. São os únicos processados. Outros presos políticos, não existem. Peço-lhe que me diga o nome de um preso político e eu lhe direi se ele está realmente detido e se é por atividade política ou por outro delito.

no. 54 — maio — 1983



No entanto, a Anistia Internacional comentava em dezembro passado sobre uma suposta greve de fome de presos políticos paraguaios, de gente que tinha mais de um ano atrás das grades...

— É verdade, é verdade. São processados pela Lei 209, pela defesa da democracia. Esses que o senhor aponta estão na Penitenciária Nacional e a cargo de um juiz de primeira instância. Alguns meses antes do fim do ano passado, tentaram uma greve de fome e quiseram, com isso, forçar uma decisão do magistrado, mas levantaram a greve e aí estão tranquilamente. O senhor pode ir falar com eles, inclusive, na Penitenciária Nacional, amanhã ou hoje à tarde, que é dia de visita.

A propaganda do governo fez um chamado à votação "pela paz e pela democracia". Isso significa que no próximo período haverá abertura política? Os exilados poderão voltar?

— De acordo com seus comportamentos e de acordo com seus planos e atividades no país. Se eles deixarem os planos subversivos para perturbar a ordem e a tranquilidade do país, poderão voltar.

Como essa seleção vai ser feita? Haverá algum juramento?

— Eu já disse em reunião de imprensa que eles não precisam prestar nenhuma garantia, mas sim adequar-se à Constituição e às leis, e realizar atividades públicas abertas, amigas da democracia e do livre jogo das instituições da República.

Mas, onde? Lá fora ou aqui dentro do país?

— Aqui dentro.

Então, por que não os deixaram entrar nas diversas oportunidades, quando eles tentaram voltar?

— Não, porque eles tentaram voltar subversivamente, com aquilo que chamam de "Operação Volta". Se eles solicitarem autorização um a um, como já manifestei, não haverá nenhum inconveniente para que voltem.

Quer dizer que, um a um, poderão voltar?

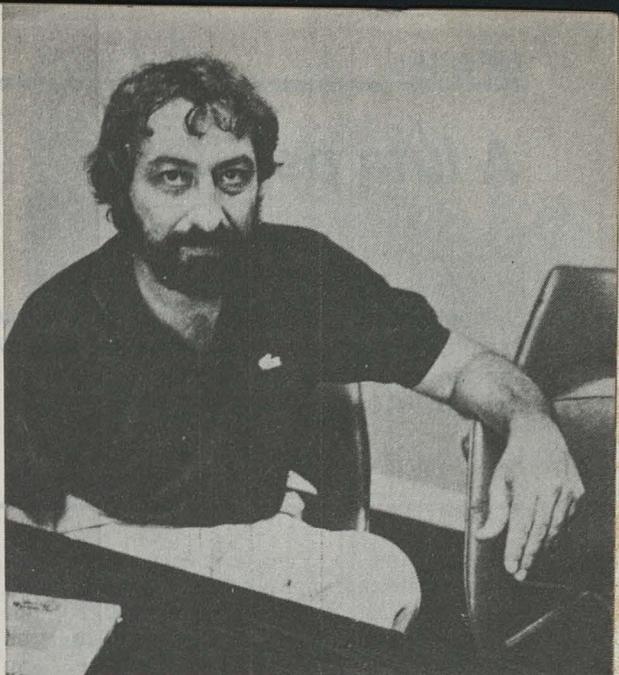
— Poderão voltar.

Inclusive Domingo Laino, o presidente do Partido Liberal Radical Autêntico?

— Não. Laino e Resk (este último é o presidente do Partido Democrata Cristão, no exílio) foram expulsos do país. No momento, não existe nenhuma penalidade contra eles, mas os consideramos elementos nocivos à vida institucional.

O doutor Luis Resk é marxista ou democrata-cristão?

— Ele diz que é democrata-cristão, mas nós suspeitamos de suas vinculações com o socialismo eu-



O ministro do Interior (ao lado) considera Domingo Laino, dirigente político exilado (acima), um "elemento nocivo"

ropeu de esquerda. Nós o expulsamos porque o consideramos um agitador. Por isso foi expatriado. Nós o pusemos fora do país por ser um agitador.

Senhor Montanaro, a que o senhor acha que se deve o êxito do general Stroessner durante os 28 anos que está no poder? Como conseguiu se reeleger?

— Devo dizer-lhe com toda honestidade que o êxito se deve a que o povo está satisfeito com a posição firme que o candidato do Partido Colorado, o general Stroessner, adota. Ele defende uma posição anticomunista e é inimigo do terrorismo, assim como o santo padre João Paulo 2º também é.

A luta pela terra

O Movimento Camponês Paraguaio está tendo êxito na organização e na defesa dos direitos dos lavradores, segundo declara seu responsável máximo, Gabriel García

Paulo Cannabrava Filho

O Movimento Camponês Paraguaio (MCP) é atualmente a maior organização de massa no país. Prestes a transformar-se numa grande federação unitária, o movimento começou a ganhar força no Paraguai a partir de 1962, com as Ligas Agrárias e a Juventude Agrária Católica, organizações que atuaram até 1976, quando a repressão liquidou não só com elas como com todos os partidos políticos do país.

Em 1977, a Juventude e as Ligas Agrárias se rearticularam numa ação unitária que deu origem ao Movimento Camponês Paraguaio, atualmente dirigido por Gabriel García.

Na semi-clandestinidade, o MCP tem como principal bandeira de luta a defesa dos direitos sociais e políticos do povo. São também seus objetivos fundamentais conseguir a legalização da organização e chegar à formação de uma grande federação



de camponeses que garanta a autonomia e a independência do movimento em relação aos partidos políticos e às instituições governamentais.

Gabriel García, responsável nacional do MCP, esteve recentemente no Brasil acompanhado por Luís O. Alonso, do Acordo Paraguaio no Exílio (ver Quadro) e de Santiago Rolón e Porfíria Mendoza, asilados políticos que representam o movimento camponês e o movimento pelos direitos humanos.

Ele encara com grande otimismo o desenvolvimento da luta democrática em seu país, que estaria determinado por dois fatores: um, vital, é o desenvolvimento da frente interna de luta; outro, é a correlação internacional de forças, ou seja, o fator externo.

Ação solidária

O dirigente camponês paraguaio considera natural que o processo de redemocratização que se dá em alguns países, particularmente no Brasil, repercuta e tenha influência no desenvolvimento político do Paraguai. Mas está convencido de que isso apenas não basta, que é necessária uma ação solidária do conjunto da sociedade de todos os países em apoio ao povo paraguaio em sua luta contra a ditadura.

Para Gabriel García, o fator determinante é o desenvolvimento das forças sociais internas, através dos sindicatos classistas, da organização de intelectuais, da atuação e do desenvolvimento dos partidos políticos e das organizações populares em geral.

O dado mais positivo nesse sentido, é que todos os setores da sociedade estão se organizando, criando as bases para uma grande frente nacional de luta democrática.

Como exemplo desse espírito unitário, Gabriel García mencionou o próprio movimento camponês



que se rearticula e os 17 sindicatos operários que formam a *Solidariedade Intersindical*, um passo significativo em direção à organização de uma nova Confederação Operária independente, e o *Acordo Nacional Paraguuaio*, uma frente de quatro partidos políticos.

As transnacionais entram no campo

O Paraguai é um país agrícola com farta disponibilidade de terras ótimas para agricultura. Entretanto, apesar de ter 406.752km² e apenas três milhões de habitantes (uma proporção de sete habitantes por quilômetro quadrado, aproximadamente) um dos principais problemas do país é a terra. Mais de um terço da população paraguaia teve que emigrar por razões econômicas.

Em 1940, foi ditada uma Lei de Reforma Agrária que além de orientar a distribuição de títulos de propriedades previa a repatriação dos emigrados para ajudarem na ocupação dos espaços territoriais vazios do país. Entretanto, a Lei e a prática das instituições do Estado favorecem prioritariamente o imigrante estrangeiro.

Apesar da situação de abandono, o campesinato paraguaio está conseguindo consideráveis progressos na sua organização



O ACORDO PARAGUAIO NO EXÍLIO

Um milhão e meio de paraguaios vivem atualmente no exílio e cerca de 50 mil tiveram que abandonar o país em virtude da repressão exercida pela ditadura do general Alfredo Stroessner. A maioria dos exilados (um milhão na Argentina, 200 mil no Brasil) teve que abandonar o país por motivos econômicos, ou seja, pela absoluta impossibilidade de conseguir trabalho e meios para sustentar sua família no país.

O Acordo Paraguuaio no Exílio (APE) é uma frente democrática e unitária de exilados paraguaios (basicamente residindo na Europa e na América Latina) e existe desde dezembro de 1981. O objetivo do APE é a luta contra a ditadura e a conquista de um regime democrático para o Paraguai.

O APE apóia e complementa, no âmbito internacional, a luta que o Acordo Nacional do Paraguai (ANP) trava no interior do país contra a ditadura e o imperialismo. O ANP, ao contrário do APE — que é uma frente de personalidades —,

é uma frente de quatro partidos que estão lutando para criar um espaço legal de atuação política no país: o Partido Febrerista, o Partido Liberal Radical Autêntico, o Partido Demócrata Cristão e o Movimento Popular Colorado (Mopoco).

Atualmente, participam do Acordo Paraguuaio no Exílio as seguintes forças políticas: Febreristas no exílio, Liberais e Liberais Radicais, ex-oficiais do exército paraguaio exilados, independentes, o Partido Comunista Paraguuaio de Antonio Maidana, o Partido Comunista Paraguuaio de Oscar Creydt e Colorados no exílio.

Coordenado pelo advogado Arturo Acosta Mena, o APE¹ tem cinco propostas básicas para sua ação política; 1) libertação de todos os presos políticos e o esclarecimento de todos os casos de desaparecidos; 2) anistia geral e regresso imediato de todos os exilados políticos; 3) levantamento do estado de sítio e extinção das leis repressivas 294 e 209; 4) liberdade de organização para todos os setores políticos, associativos e sindicais; 5) eleições livres e imparciais para iniciar o caminho da democratização do Paraguai.

1 — O endereço da sua Coordenação Geral é: APE — Abendstrasse, 30/99, Berna 3018 — Suíça

Nos últimos anos, esse problema se agravou com o ingresso do capital transnacional na atividade agrícola, expulsando os pequenos produtores para dar lugar à produção extensiva de soja ou algodão, operada com maquinaria agrícola sofisticada.

A concentração da propriedade da terra se agravou de tal forma que, atualmente, dois por cento das propriedades ocupam 85% das terras paraguaias. Isso ocasiona permanentes conflitos entre os pequenos proprietários e os novos proprietários estrangeiros que são privilegiados pelas instituições de crédito e que muitas vezes têm títulos falsos de propriedade.

Na fronteira com o Brasil, num território de

dois mil quilômetros de extensão por 65 quilômetros de profundidade, é onde se encontra a maioria das empresas e dos colonos estrangeiros. Entre 300 e 400 mil brasileiros (10% ou mais da população do Paraguai) estão assentados nos departamentos de Concepción, Canediyú, Amambay, Alto Paraná e Caaguazú, onde se encontram as melhores terras para a agricultura.

Reforma agrária imediata

A produção agrícola no Paraguai, até há pouco tempo assentada em torno da pequena e média propriedade, está sendo gradual e rapidamente desarticulada por essa política de privilegiar o capital

AS VÍTIMAS DA REPRESSÃO

Relação de cidadãos paraguaios mortos e desaparecidos em virtude da repressão política, bem como dos que se encontram presos. Esta relação está de acordo com a documentação fornecida pelo Movimento Camponês Paraguai, pela Comissão Paraguai de Defesa dos Direitos Humanos, do Comitê de Igrejas e da Juventude Paraguai pelos Direitos Humanos. Os dados se referem a casos ocorridos a partir de 1974.

1) Mario Arzamendia Flores — das Ligas Agrárias, 61 anos, morto na tortura no dia 11 de abril de 1976;

2) Doroteo Silvano Flores — dirigente das Ligas Agrárias, filiado ao Partido Liberal Radical. Sua casa foi invadida em abril de 1976 pelo exército e pela polícia. Foi detido, golpeado e degolado diante de sua esposa e filhos.

3) Juan de Dios Salinas — militante da Juventude Agrária Católica. Pai de seis filhos. Foi detido e morto em junho de 1976.

4) Arturo Bernal — dirigente das Ligas Agrárias, filiado ao Partido Democrata Cristão, pai de cinco filhos. Seu cadáver foi entregue à família dois meses após sua detenção.

5) Alejandro Falcón — membro da Juventude Agrária Católica. Morto em 17 de maio de 1976.

6) Dionisio Rodas — membro das Ligas Agrárias. Morto a tiros por forças paramilitares (maio de 1976).

7) Albino Vera — membro das Ligas Agrárias, pai de seis filhos, morreu na tortura na sede da Delegação de Governo de Paraguari.

8) Sixto Melgarejo — membro da Juventude Agrária Católica, 25 anos, morto na tortura.

9) Juan Manuel Cabral — pai de oito filhos.

Brutalmente torturado, morreu de tuberculose no cárcere sem receber atenção médica, em outubro de 1976.

10) Ignacio Martínez — pai de oito filhos. Morreu por falta de assistência médica e em consequência de torturas. Membro das Ligas Agrárias.

11) Víctor Leguizamón — 16 anos, morreu na prisão por falta de assistência médica.

12) Doroteo Brandel — 30 anos, esteve preso dois anos e quando foi libertado denunciou as torturas. Em agosto de 1978 foi assassinado em emboscada paramilitar.

13) Blas Rodas — desde 1977 trabalhava na reorganização dos camponeses. Foi assassinado pela polícia política em abril de 1980.

14) Leonides Bogado, viúva de González — acusada de pertencer ao Partido Comunista foi presa e morreu no penal de mulheres por falta de atenção médica em fevereiro de 1983.

15) Evasio Benítez Armoa — morreu na sala de tortura em novembro de 1974.

16) Benicio López Quiñónez — herói da Guerra do Chaco, morreu na tortura em dezembro de 1974.

17) Juan Carlos da Costa del Castillo — dirigente da Organização Primeiro de Março, morto em enfrentamento com a polícia, em abril de 1976.

18) Mario Raúl Schaerer Prono — era professor ligado a comunidades de base. Morreu na tortura em abril de 1976.

19) Julio Román — operário. Seu corpo apareceu no rio Paraná dias depois de haver sido detido em setembro de 1977.

20) Jorge Agustín Zavala Esquivel — 27 anos, dirigente da Organização Primeiro de Março, foi morto a tiros em Assunção, em janeiro de 1978.

Em 8 de março de 1980, cinco mil efetivos do exército e de forças paramilitares realizaram um operativo contra os camponeses da comunidade de Acaray-mi, no departamento de Caaguazú. Esta

e o colono estrangeiros, orientados para a grande propriedade fundiária. Isso trouxe como consequência o agravamento da questão social no campo e nas cidades, onde desaguardam as terras de camponeses expulsos de suas terras e sem nenhuma perspectiva de sobrevivência.

Apesar dessa situação de abandono — no campo não existem escolas nem nenhum tipo de assistência social — o campesinato paraguaio está conseguindo progressos consideráveis na organização desse setor majoritário da população.

O Movimento Camponês Paraguaio (MCP), a principal organização de massa do país, está fazendo um levantamento minucioso da situação real do campo e do campesinato. O MCP já conseguiu tam-

bém articular as reivindicações básicas dos camponeses na atual conjuntura, que estão contidas em documento subscrito pela representação no exterior da organização:

- 1) reforma agrária integral e imediata; 2) liberdade de organização para todos os trabalhadores do campo; 3) legalização do Movimento Camponês Paraguaio; 4) assistência técnica e creditícia justa e efetiva para o produtor rural; 5) livre comercialização dos produtos; 6) esclarecimento sobre a situação dos desaparecidos no Paraguai (na sua maioria camponeses); 7) anistia geral para todos os camponeses presos e asilados e para todos os compatriotas que se encontrem nessa situação; 8) entrega aos familiares dos cadáveres dos camponeses mortos. ●

é a relação dos camponeses mortos no massacre:

- 21) Estanislaw Sotelo — membro das Ligas Agrárias; 22) Mario Ruíz Dias — membro das Ligas Agrárias; 23) Secundino Segovia Brítez — agricultor; 24) Feliciano Verdun — membro das Ligas Agrárias; 25) Federico Gutiérrez — camponês; 26) Reinaldo Gutiérrez — membro das Ligas Agrárias; 27) Adolfo César Britos — membro das Ligas Agrárias; 28) Concepción González — membro das Ligas Agrárias; 29) Fulgencio Castillo Uliambre — membro das Ligas Agrárias; 30) Guernando Brítez — membro do PC-C; 31) Marcelino Casco — membro das Ligas Agrárias.

Relação de cidadãos desaparecidos no Paraguai, vítimas da repressão política. Todos os casos registrados estão documentados pela Comissão Paraguaia de Defesa dos Direitos Humanos e pelo Comitê de Igrejas do Paraguai e ocorreram a partir de 1970:

- 1) Lorenzo López — membro das Ligas Agrárias, detido em abril de 1970. Foi visto pela última vez no quartel do Regimento Escolta Presidencial.

- 2) Faustina Torres de Quintana — detida em Assunção em março de 1970.

- 3) Carlos José Mancuello — estudante de engenharia. Preso em 74, desapareceu no Departamento de Investigações em setembro de 76.

- 4) Amílcar Oviedo — estudante, detido em 74, desapareceu em 76 no Departamento de Investigações. Militante do Exército Revolucionário Paraguaio.

- 5) Carlos Rodolfo Ramírez Villalba — membro do ERP, detido em 74, desapareceu em 76 no Departamento de Investigações.

- 6) Benjamín Ramírez Villalba — irmão de Carlos Rodolfo, desapareceu nas mesmas circunstâncias.

- 7) Bienvenido Arguello — carpinteiro, detido em maio de 75.

- 8) Miguel Angel Soler — advogado, secretário-

geral do PC de Maidana. Detido em novembro de 1975.

- 9) Derlis Villagra — jornalista, secretário da Juventude Comunista, detido em novembro de 75.

- 10) Octavio Ruben González Acosta — membro do PC de Maidana, preso na fronteira com o Brasil em dezembro de 75.

- 11) Ramón Pintos — agricultor, detido em maio de 76.

- 12) Diego Rodas — agricultor, detido em maio de 1976.

- 13, 14, 15, 16) Os irmãos Francisco, Adolfo, Policarpo e Elixto López, camponeses no departamento de Misiones, foram detidos em maio de 1976.

- 17) Martino Rolón Centurión — dirigente das Ligas Agrárias, detido em abril de 1976.

- 18) Juan José Panayo — militante do PC (Maidana), detido em janeiro de 1977.

- 19) Castulo Vera Baes — militante do PC (Maidana), detido em dezembro de 1977.

Relação de onze camponeses que se encontram detidos ilegalmente no Paraguai: Eliodoro Jiménez; Andrés Centurión; Luciano Centurión; Ramón Paiva; Arcadio Flores; Gil Santos Dure; Mariano Martínez; Felipe Flores; Francisco Solano Dure; e Vidal Martínez. Membros das Ligas Agrárias, foram detidos em março de 1980.

Existe também um grupo de 30 camponeses que estão sendo julgados em Assunção, acusados de pertencer ao Partido Comunista de Oscar Creydt. Eles foram detidos entre janeiro e março de 1982. Legalmente, não poderiam continuar na prisão a menos que seja provada sua culpabilidade.

A relação inclui 56 cidadãos que desapareceram na Argentina e de dois desaparecidos no Brasil: Soledad e Jorge Barret Viedma. Soledad, grávida de vários meses e seu irmão Jorge foram vistos pela última vez em Recife, Pernambuco, em 1973.

NÃO PODEMOS ACEITAR
UMA NEGOCIAÇÃO COM
OS REBELDES DE
EL SALVADOR



SE A GENTE DER UM
DEDINHO QUE SEJA
PRA ELES LÁ, TODA A
AMÉRICA CENTRAL CAI
E O MÉXICO VAI JUNTO
COM ELA



MAS, SR. PRESIDENTE,
O MÉXICO É UM DOS
PAÍSES QUE ESTÁ
REIVINDICANDO UMA
NEGOCIAÇÃO



ESTÁ VENDO? ELES JÁ
ESTÃO CEDENDO!



WASSERMAN
© 1983 LOS ANGELES TIMES SYNDICATE



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

★
ANGOLA AIRLINES

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola